

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS  
DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2009 | 2010

*Disponível em*  
*[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)*



*Banco de Portugal*

EUROSISTEMA

**BANCO DE PORTUGAL**

**Departamento de Relações Internacionais**

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

***Design e Distribuição***

Departamento de Serviços de Apoio

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

***Impressão e Acabamento***

Banco de Portugal

Departamento de Serviços de Apoio

***Tiragem***

300 exemplares

Deposito Legal N° 235642/05

ISSN 1646-2807

# ÍNDICE





## Índice

<i>Nota prévia</i> .....	7
<b>Capítulo I Enquadramento Internacional</b> .....	11
<b>Capítulo II Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste</b> .....	17
Angola .....	19
Cabo Verde .....	39
Guiné-Bissau .....	59
Moçambique .....	77
São Tomé e Príncipe .....	97
Timor-Leste .....	117
<b>Capítulo III Relações Económicas e Financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste</b> .....	135
III.1. Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste .....	137
III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste .....	143
III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal .....	147



NOTA PRÉVIA





## **Nota Prévía**

À semelhança das edições anteriores, a "Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2009/2010" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos dados macroeconómicos fundamentais como no que se refere às respectivas relações económicas e financeiras com Portugal.

O presente documento foi elaborado com base em informação recebida até Junho do corrente ano, a qual corresponde, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, eventualmente passíveis de revisão.

Agradece-se a amável colaboração das diversas entidades contactadas – em particular, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste – que se revelou indispensável para a obtenção dos elementos necessários à elaboração do presente relatório.

**Departamento de Relações Internacionais**

Área de Cooperação

*Agosto de 2010*



CAPÍTULO I  
ENQUADRAMENTO  
INTERNACIONAL





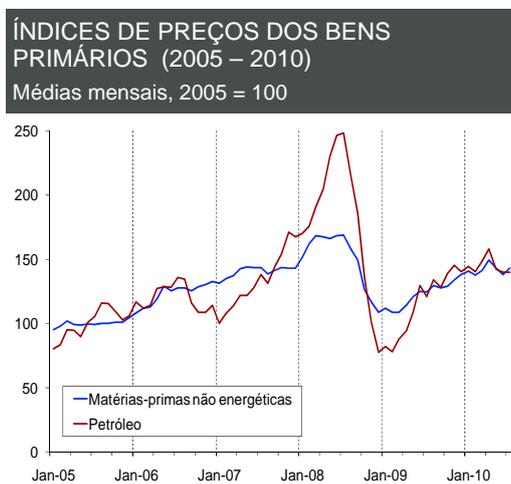
## Evolução recente

Após a grave recessão de 2008/2009, a economia mundial mostrou nítidos sinais de recuperação nos primeiros meses de 2010. No primeiro trimestre deste ano, a economia mundial cresceu vigorosamente, a uma taxa anualizada da ordem dos 5%. As medidas excepcionais de estímulo orçamental e monetário que foram tomadas pelos principais países exerceram um importante efeito de amortecimento da crise. A expansão apresentou ritmos diferenciados entre as regiões, com um acentuado dinamismo na Ásia, fortalecimento na América Latina e um crescimento mais ténue na Europa. Entre as principais economias avançadas, os EUA lideraram a retoma.

Durante o segundo trimestre deste ano, renovadas perturbações financeiras iniciadas na Europa – em resultado de perda de confiança quanto à sustentabilidade orçamental, políticas e perspectivas de crescimento futuras - introduziram novos riscos. As preocupações quanto à sustentabilidade dos sectores públicos, despoletadas pela fragilidade da situação grega, tornaram-se patentes a partir de Maio. A incerteza quanto ao risco soberano alastrou a grande número de economias europeias e traduziu-se em dificuldades de financiamento, conjugadas com uma rápida subida dos diferenciais de juro. O mercado interbancário foi significativamente afectado, à excepção dos prazos mais curtos. As bolsas e os mercados bancários e cambiais ressentiram-se da atitude de maior prudência e aversão ao risco. Apesar da severidade das tensões ter posteriormente regredido, a confiança dos mercados fragilizou-se.

Elevou-se a procura dos activos tradicionalmente utilizados para reserva de valor, como o ouro e as obrigações soberanas dos EUA e Alemanha. Invertendo a tendência de subida patente até ao início de Maio, observou-se um período de descida dos preços dos bens primários, em resultado do ajustamento em baixa das expectativas, a que se seguiu uma relativa estabilização.

### Gráfico I.1.



A inflação manteve-se contida nas economias avançadas, num contexto de persistência dos baixos níveis de utilização da capacidade. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, onde as taxas de inflação anteriores à crise eram mais acentuadas, houve uma clara desaceleração em 2009.

Após a forte quebra de 2009, o comércio mundial mostrou um franco recrudescimento, estimando-se um aumento de 9% em 2010 (-11% em 2009).

Os dados mais recentes e a informação já disponível para o segundo trimestre revelam uma atenuação do crescimento nos EUA e Japão e um maior dinamismo na Europa, para o que contribuiu a significativa robustez da Alemanha. O vigor das economias emergentes atenuou-se ligeiramente mas permaneceu forte. A China continuou a evoluir a taxas superiores a 10%.

### *Evolução e perspectivas por grupos de países*

Os principais riscos e incertezas quanto às perspectivas futuras ter-se-ão acentuado, em resultado de: i) incertezas quanto aos desenvolvimentos da dívida soberana nas economias avançadas; ii) possibilidade de maior restritividade no acesso ao crédito; iii) incerteza quanto às reformas na regulamentação bancária e financeira; iv) continuada fraqueza da procura privada em grande número de países desenvolvidos; v) recrudescimento de tensões proteccionistas, para o que contribuirá o crescente défice comercial dos EUA e o elevado excedente na China.

Nos **EUA**, medidas orçamentais e monetárias de carácter expansionista sem precedentes, bem como as acções com vista à estabilização e fortalecimento do sector financeiro, conduziram à inversão da situação recessiva já no segundo semestre de 2009. O pacote orçamental impulsionou a economia, mas reflectiu-se no rápido crescimento do défice e dívida pública. A consolidação das contas públicas será prioritária logo que a retoma esteja solidamente em curso.

Contudo, a retoma tem sido lenta, o que é aliás consistente com experiências passadas de crises no sector imobiliário e financeiro. A procura interna continua débil e persiste a fraqueza nos mercados de trabalho e habitação. Em consequência da continuada contenção da despesa das famílias, a sua taxa de poupança elevou-se; as famílias estarão a privilegiar o reequilíbrio dos seus défices financeiros.

A **economia japonesa** registou um sólido crescimento no primeiro trimestre de 2010, estimulada pelas políticas expansionistas e pela robustez das exportações, em resultado da forte procura proveniente de países asiáticos, com especial destaque para os bens de capital. Contudo, no segundo trimestre, esta economia enfraqueceu consideravelmente, tendo o PIB trimestral estabilizado face ao período anterior. A procura interna revelou-se muito fraca. Agravou-se no segundo trimestre a tendência de deflação: os preços dos bens produzidos internamente terão diminuído 1.8% face ao período homólogo. O iene, por seu turno valorizou-se consideravelmente nos últimos meses.

Na **UE**, diversos países iniciaram a crise com elevados défices correntes e forte dependência de capitais externos. A inversão da bolha de construção e de crédito fragilizou a região, que enfrenta desafios complexos. Os principais consistem na execução de planos credíveis de consolidação orçamental e no prosseguimento da coordenação e reestruturação do sector financeiro.

O novo mecanismo e a facilidade de estabilização financeira, adoptados a 10 de Maio, facultarão, quando necessário, apoio financeiro aos Estados-membros que enfrentem severas dificuldades de acesso aos mercados de dívida soberana. A reforma em curso do quadro da supervisão e estabilidade financeira, com coordenação a nível Europeu, deverá contribuir para restaurar a confiança. A consolidação adicional do sector público poderá conduzir a algum abrandamento, em 2011, do crescimento daqueles países da área do euro em que seja requerido um maior esforço de reequilíbrio das contas públicas. O efeito negativo a curto prazo do aperto orçamental poderá, de alguma forma, ser contrariado pelo impacto positivo sobre a confiança dos agentes económicos.

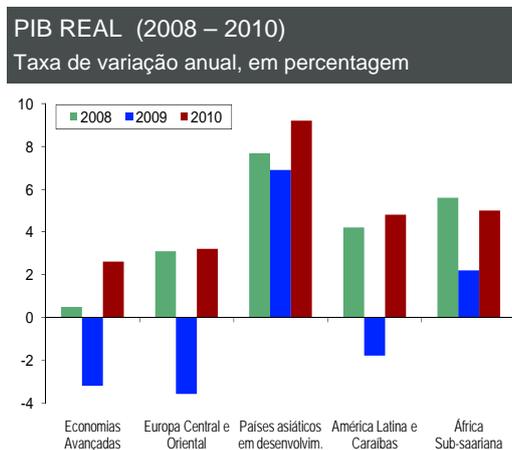
Após um início de retoma ténue no segundo semestre de 2009 e primeiro trimestre de 2010, observou-se uma aceleração no segundo trimestre, quer na UE, quer na área do euro. A Alemanha, em particular, registou uma acentuada robustez, com um crescimento, no segundo trimestre, de 2.2% face ao período anterior e de 3.7% em termos homólogos.

A **Comunidade de Estados Independentes** foi amplamente penalizada em 2008 e 2009, mas começou a recuperar a taxas moderadas, beneficiando da subida de preço dos bens primários.

Na **Ásia**, à excepção do Japão, a recuperação foi robusta e equilibrada, propiciada pela resiliência da procura interna, quer pública, quer privada. Neste grupo de países, a solidez dos balanços financeiros e os baixos níveis de dívida pública ampliaram a margem de manobra das políticas monetária e orçamental. Em quase todas as economias asiáticas a retoma iniciou-se já em 2009, de forma rápida e vigorosa. A taxa de crescimento em 2010 poderá exceder a de 2008 nas principais economias da região. Esta foi a região em que a crise teve um efeito mais limitado, originando apenas um abrandamento (em termos médios anuais) em 2009.

Na **América Latina**, o impacto da crise foi considerável em 2009, mas foi seguido por uma expansão forte, estimulada quer pela procura externa, quer interna. Com fundamentos sólidos, estas economias puderam recorrer a políticas acomodatócias e conseguiram voltar a atrair fluxos de capital ainda em 2009; os países exportadores de bens primários beneficiaram também do aumento dos preços destes bens e, de uma forma mais geral, da retoma da procura externa.

### Gráfico I.2.



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Update*, Julho 2010

### África Sub-saariana

A África Sub-saariana ultrapassou a crise com menores custos do que no passado. Embora o limitado grau de integração de muitos países da região na economia global tenha contribuído marginalmente para este comportamento, a principal causa distintiva nesta crise – que foi aliás muito mais profunda do que anteriores ciclos de abrandamento global – foi a maior solidez dos fundamentos macroeconómicos. Tal permitiu aos países recorrer de forma eficaz a políticas contracíclicas, compensando a quebra da procura privada com o aumento da despesa pública. No conjunto da região, e com base nos dados do FMI (*World Economic Outlook Update*, Julho 2010), registou-se um enfraquecimento da expansão do produto para 2.2% em 2009 (5.6% em 2008). Para 2010, o FMI estima um ritmo de expansão de 5% na região.

Os choques da crise global foram sentidos fundamentalmente no canal do comércio, não só pela quebra da procura em 2009, como pela descida dos preços dos bens primários que constituem o grosso das suas exportações. De entre as matérias-primas não energéticas, o preço dos metais foi particularmente afectado. No entanto, tem-se assistido, desde o primeiro semestre de 2009, a uma recuperação gradual dos preços internacionais das matérias-primas não energéticas.

As remessas e fluxos de ajuda oficial foram menos atingidos do que o antecipado e os sectores bancários mostraram-se no geral bastante resistentes. A composição dos fluxos externos privados, com maior peso de investimento directo e menor dependência de formas de capital mais voláteis, limitou também o impacto financeiro.

Muitos dos países de baixo rendimento foram protegidos pela sua fraca integração, quer comercial, quer financeira na economia global. Nalguns casos, como aconteceu na Guiné-Bissau, beneficiaram mesmo da estabilização económica e maior solidez das políticas, associada ao apoio à reconstrução após períodos de conflito.

Os países de rendimento médio em virtude da sua maior abertura ao comércio, foram atingidos severamente. Os países exportadores de petróleo sofreram o colapso da procura externa e dos preços do petróleo, evidenciando uma marcada deterioração do saldo corrente e também das contas públicas, que em alguns casos se tornaram mesmo deficitárias.

À medida que a retoma se aprofunde, grande número de países desta área necessitarão de reorientar a despesa pública de objectivos de estabilização a curto prazo para a promoção das áreas de infraestruturas, saúde e educação, indispensáveis para o crescimento a médio prazo.

Acabado de redigir em 31 de Agosto de 2010

CAPÍTULO II  
EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS  
DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE





# ANGOLA



Área: 1 246 700 Km<sup>2</sup>

Capital: Luanda

População: 18.5 milhões (2009)

Moeda: Kwanza



### II.1.1. Síntese

O choque externo que atingiu a economia angolana no segundo semestre de 2008 continuou a condicionar a conjuntura macroeconómica ao longo dos anos seguintes – embora se tenha progressivamente esbatido, estando agora em curso uma recuperação sólida do ritmo de actividade. Tal choque tinha sido directamente induzido pela crise internacional, cujo impacto em Angola se fez sentir sobretudo pela via da deterioração dos termos de troca (-37.5% em 2009, face a um ano precedente já afectado pelo fenómeno) – deterioração essa essencialmente associada à queda abrupta dos preços internacionais do petróleo (cerca de 76% entre meados e finais de 2008).

Tendo escapado aos efeitos iniciais da crise global – dada a sua inserção limitada nos mercados financeiros internacionais – a economia angolana foi, de facto, fortemente atingida nessa segunda fase, devido à sua elevada dependência do sector petrolífero (que representou cerca de 58% do PIB no triénio 2006/2008, caindo para 41% em 2009). A dimensão do choque está bem patente no facto de as receitas petrolíferas arrecadadas pelo Estado terem caído para cerca de metade, em percentagem do PIB, entre 2008 e 2009 – levando as contas públicas (e as contas externas) para uma situação deficitária que já não se verificava desde a primeira metade da década.

#### Quadro II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2007-2010)				
	2007 Est.	2008 Est.	2009 Est.	2010 Prog.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	23.3	13.8	0.7	6.7
Inflação ( <i>t.v.a. média</i> )	12.2	12.5	13.7	15.0
Massa monetária ( <i>t.v. anual</i> )	49.5	93.5	27.5	26.7
Balança corrente (% PIB)	15.6	8.5	-9.6	2.8
Saldo orçamental (% PIB)	11.4	8.8	-9.1	-2.9
Dívida externa (% PIB)	16.2	17.4	21.1	22.6

Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

O arrefecimento da economia em 2009 resultou directamente da contracção do sector petrolífero (cujo VAB caiu 5.1% nesse ano, em termos reais, ajustando-se à redução da procura internacional), mas também do abrandamento na esfera não-petrolífera, afectada pela retracção da procura interna – desde logo ao nível do consumo e do investimento públicos. De facto, a queda acentuada das receitas petrolíferas levaria as autoridades angolanas a introduzirem medidas de contenção da despesa – dada a dimensão dos desequilíbrios, cujo corolário foi a queda acelerada das reservas cambiais e a emergência de pagamentos em atraso (internos e externos).

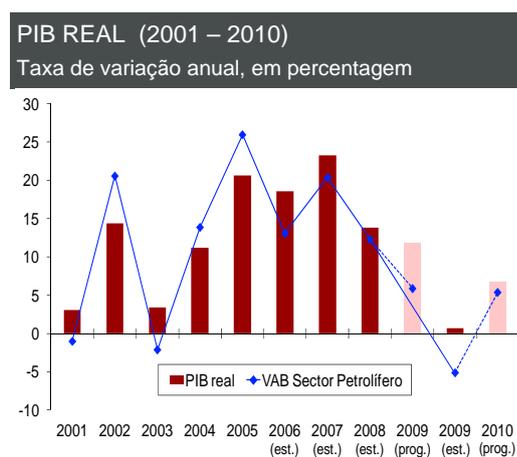
Essa contenção orçamental – reflectida no OGE/2009 revisto e no OGE/2010 – é, aliás, o eixo principal do programa de ajustamento macroeconómico (do tipo *Stand-by Arrangement*, SBA) celebrado em finais de 2009 com o FMI. Tal programa – o primeiro alguma vez formalmente estabelecido por Angola (que antes tinha mantido apenas “programas-sombra” com o Fundo) – é relevante como fonte de financiamento complementar (envolvendo USD 1.4 mil milhões ao longo de 27 meses), mas sobretudo pela credibilidade adicional que confere ao processo de ajustamento.

Além da contenção orçamental, este processo envolveu igualmente um aperto das condições monetárias (também para contrariar a ligeira subida da inflação observada até meados de 2009) e ainda a inflexão da política cambial de “kwanza forte”, que vinha sendo seguida desde finais de 2005. Permitiu-se, assim, uma depreciação cambial considerável (18.6% até Abril de 2010, em termos anuais efectivos), que ajudaria ao reforço gradual das reservas cambiais – juntamente com a recuperação das receitas petrolíferas, sobretudo a partir do segundo semestre de 2009.

## II.1.2. Procura, Produção e Preços

A intensificação do ritmo de actividade na economia angolana começou a ficar patente ainda nos meses finais de 2009, variando apenas a percepção quanto à magnitude do processo – enquanto as autoridades avançam (no OGE revisto) uma projecção de 6.7% para o crescimento real em 2010, outros observadores são um pouco mais comedidos (com o FMI a adiantar 5.9%). De qualquer forma, está manifestamente em curso uma retoma vigorosa da actividade económica, depois do abrandamento observado nos dois anos precedentes – que tinha, aliás, interrompido um período de expansão excepcionalmente acelerada, em torno de 20% ao ano (cf. Gráfico II.1.1).

**Gráfico II.1.1.**



O arrefecimento da economia angolana, agora ultrapassado, tinha culminado em 2009 (com uma taxa de crescimento real estimada em 0.7%), como consequência directa do choque externo induzido pela crise internacional – cujo impacto, no caso de Angola, se traduziu sobretudo por uma acentuada deterioração dos termos de troca. Este fenómeno reflectiu essencialmente a queda do preço internacional do petróleo, com o cabaz de referência da OPEP a cair de \$140.73 por barril em meados de 2008 para um mínimo de \$33.36 no final do mesmo ano (aumentando depois gradualmente, até perto de \$70 em meados de 2009, e oscilando daí em diante entre \$60 e \$85).

De facto, o peso do sector petrolífero (sempre superior a 50% do PIB ao longo da década e acima dos 58% em 2008, antes de cair para 41% em 2009) foi novamente determinante para o desempenho da economia, no seu todo. O arrefecimento desta esteve, assim, desde logo associado à própria quebra de produção do referido sector, cujo VAB terá acusado em 2009 uma redução real de 5.1%. Depois de ter atingido níveis próximos dos 2 milhões de barris por dia (Mbd) em meados de 2008 (recorde-se que rondava os 800 mil há uma década), a extracção de petróleo angolano foi, efectivamente, caindo – para valores em torno de 1.7 Mbd no primeiro semestre de 2009.

Acompanhou assim a tendência de quebra da procura então prevalecente no mercado petrolífero global – e acompanhou, em particular, os esforços da OPEP (de que Angola é membro desde 2007) para ajustar a oferta à referida quebra da procura, procurando assim sustentar os preços internacionais. A produção angolana começaria depois a recuperar, em meados de 2009, para se fixar em valores próximos de 1.9 Mbd no primeiro semestre de 2010 – estando projectado, para o conjunto do ano em curso, um aumento real do VAB petrolífero, na ordem dos 5.4%.

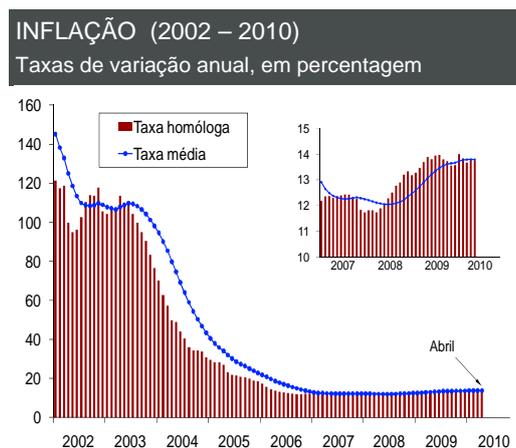
Os efeitos indirectos sobre a actividade económica, no seu todo, em resultado das quebras de produção e (sobretudo) de preço no sector petrolífero angolano foram, porém, bastante mais significativos – dada a importância das receitas petrolíferas no contexto das contas públicas e da

balança de pagamentos. A acentuada redução das referidas receitas terá, de facto, determinado um significativo abrandamento da procura interna em 2009 – desde logo por via do consumo e, mais ainda, do investimento públicos, mas com repercussões que afectaram todas as componentes da despesa interna (até pelas perturbações, na actividade das empresas a operar em Angola, que terão resultado das dificuldades de liquidez atravessadas pelo Estado).

Ainda assim persistiram também indicações positivas, como o aumento no volume de projectos de investimento privado (não-petrolífero) registados pela Agência Nacional para o Investimento Privado angolana. Sobretudo, continuou patente o dinamismo da economia não-petrolífera – cujo VAB terá registado um crescimento real de 8.2% em 2009. Embora robusto, este valor representa naturalmente uma desaceleração face aos 15.0% de 2008 e aos 25.7% apurados no biénio 2006/2007, mas deverá recuperar em 2010/11, acompanhando a dinâmica das receitas petrolíferas.

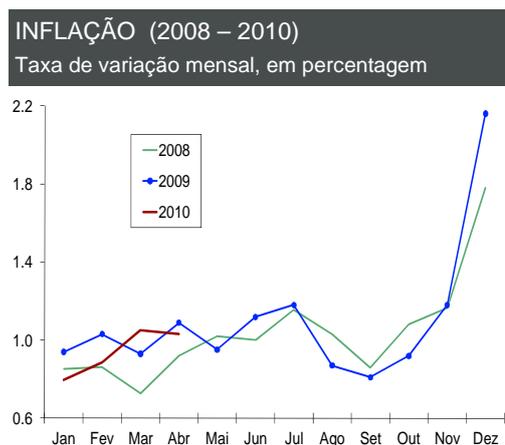
Particularmente relevante é ainda o facto de a taxa de crescimento real do VAB não-petrolífero ter superado, pelo quarto ano consecutivo, a do sector petrolífero – em linha com a necessidade de diversificação produtiva que as autoridades assumem como prioridade estratégica. Em 2009, a agricultura e diversas actividades de serviços terão sido dos sectores que melhor resistiram ao abrandamento generalizado, projectando-se que assim continuem em 2010. Já o sector da construção – dos mais dinâmicos nos últimos anos, dado o esforço de reconstrução em curso – poderá ressentir-se um pouco, a curto prazo, da conjuntura de relativa contenção orçamental.

Gráfico II.1.2.



Fontes: BNA e FMI.

Gráfico II.1.3.



A inflação excessivamente elevada foi um dos principais problemas com que a economia angolana se confrontou durante década e meia, a partir dos anos noventa – reflexo de sérios desequilíbrios macroeconómicos e factor de severas distorções na afectação dos recursos, com penosas consequências sociais. O gradual abrandamento da cadência inflacionária nos primeiros anos da década em curso representou, pois, um relevante progresso sócio-económico e um assinalável sucesso da estratégia de estabilização posta em prática pelas autoridades angolanas.

Esse processo de desinflação tendeu, contudo, a esgotar-se a partir de 2006 e acusou mesmo uma ligeira inversão em meados de 2008 (cf. Gráfico II.1.2), evidenciando um padrão de distribuição sazonal bastante semelhante ao longo dos últimos três anos (cf. Gráfico II.1.3). Depois de ter alcançado um mínimo de 11.7% em Março de 2008, a inflação homóloga anual foi, de facto, aumentando gradualmente até aos 14.0% apurados em Julho de 2009 – após o que tendeu genericamente a estabilizar, repetindo-se os 14.0% em Dezembro findo (contra um valor programado de 10.0%), na sequência do habitual estímulo associado à quadra festiva de final do ano.

A inflação em Angola está tradicionalmente condicionada por certos factores principais – com destaque para a depreciação cambial e a expansão excessiva da liquidez, mas também para o comportamento dos preços internacionais dos bens alimentares (dado o seu peso no cabaz do IPC e o facto de serem, em larga medida, importados), assim como para diversos estrangulamentos do lado da oferta (logística portuária, circuitos de distribuição interna, etc.) Tais factores estiveram em acção nos últimos dois anos, com efeitos de sinal contrário que se terão anulado parcialmente no respectivo impacto sobre a inflação.

Assim, a subida desta última a partir de meados de 2008 terá sido influenciada pelas pressões inflacionistas decorrentes da forte expansão da liquidez então verificada – e, eventualmente, por algum efeito desfasado da alta dos preços internacionais dos alimentos que se fez sentir no primeiro semestre. A baixa posterior destes exerceu, por seu turno, um impacto moderador sobre o IPC – tal como o abrandamento, em 2009, no ritmo de expansão da liquidez – ao passo que o efeito da depreciação cambial permitida no segundo semestre do mesmo ano terá sido já de sinal contrário. Quanto a 2010, a manutenção do rigor orçamental e monetário, com a sustentação da estabilidade cambial como corolário, será crucial para viabilizar a meta de 13.0% estipulada no OGE (inflação homóloga anual em Dezembro) – que o desempenho até Abril (13.7%) não compromete.

### II.1.3. Contas Externas

A importância do sector petrolífero para a economia angolana fica sempre particularmente evidente no cariz assumido pelas respectivas contas externas – conforme se constatou, uma vez mais, em 2009. De facto, a quebra abrupta das exportações petrolíferas, conjugada com a relativa inércia de boa parte das restantes componentes da balança de pagamentos, arrastou esta última para um défice global equivalente a 7.3% do PIB (contra um excedente de 7.6% em 2008, cf. Quadro II.1.2) – o qual redundaria na deterioração das reservas cambiais e na acumulação de atrasados. Tal cenário está agora a inverter-se em 2010, com a recuperação das receitas petrolíferas a sustentar o processo – e a contenção orçamental e monetária como pano de fundo.

**Quadro II.1.2.**

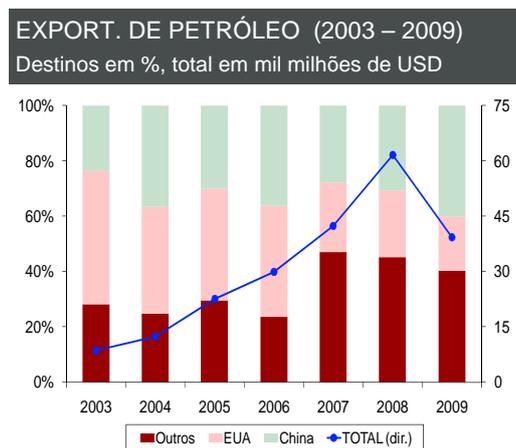
BALANÇA DE PAGAMENTOS (2007-2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
	Est.	Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	15.6	8.5	-9.6	2.8
Balança comercial	50.8	50.5	25.6	36.6
Exportações	73.4	75.2	56.9	62.2
<i>dq: Exp. petrolíferas</i>	71.1	73.5	55.5	60.0
Importações	-22.6	-24.7	-31.3	-25.7
Serviços e rendimentos	-34.9	-41.8	-35.0	-33.5
<i>dq: Juros da dívida</i>	-1.9	-0.6	-0.5	...
<i>Dividendos e lucros</i>	-12.0	-15.5	-9.4	...
Transferências correntes	-0.4	-0.2	-0.3	-0.2
Bal. de capital e financeira	-10.4	-0.9	2.3	1.6
<i>dq: Inv. Dir. Estrangeiro</i>	-3.0	-1.0	5.0	1.0
Balança global	5.2	7.6	-7.3	4.3

Fontes: BNA e FMI.

A acentuada deterioração dos termos de troca em 2009 (-37.5% face ao ano anterior – quando este tinha sido já, aliás, parcialmente afectado pela deterioração) foi determinante para que se registasse nesse ano um défice da balança corrente (correspondente a 9.6% do PIB) – o que já não sucedia desde 2003. De facto, o preço médio do barril de petróleo angolano caiu de \$89.9 em 2008 para \$57.0 no ano seguinte (projectando-se que ronde os \$69 em 2010), o que levaria – jun-

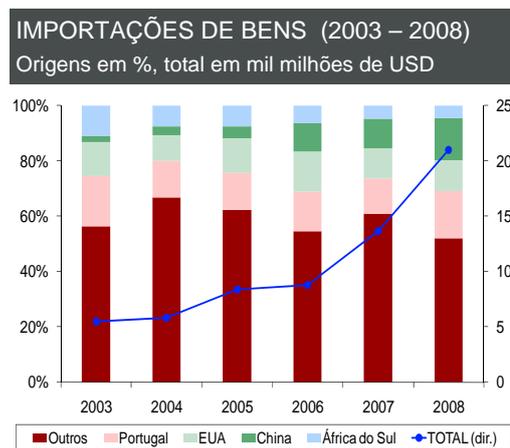
tamente com a queda da quantidade extraída – à substancial contracção das receitas de exportação (menos 36.4% face a 2008). Em termos geográficos, esta queda foi acompanhada pelo reforço da China como principal cliente do petróleo angolano (39% do total, cf. Gráfico II.1.4), afastando-se dos EUA (19%) – reforço esse que se tem verificado também do lado das importações de mercadorias, embora Portugal permaneça como principal fornecedor (cf. Gráfico II.1.5., apenas com dados até 2008, que todavia não se terão alterado significativamente no ano seguinte).

Gráfico II.1.4.



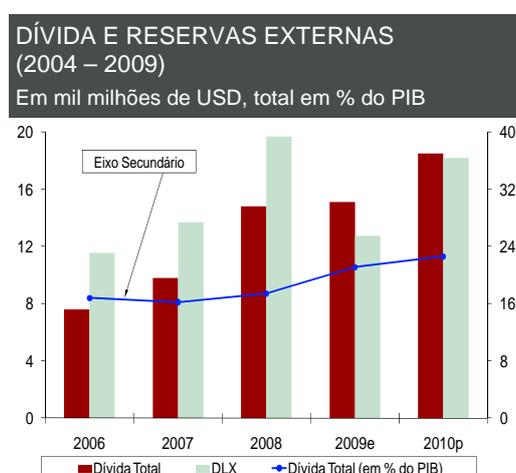
Fontes: BNA e FMI.

Gráfico II.1.5.



As exportações petrolíferas (largamente predominantes, com mais de 95% do total de mercadorias desde 2005) foram acompanhadas, na queda de 2009, pelas exportações de diamantes – igualmente afectadas pela baixa dos preços internacionais. Essa contracção das receitas em divisas não se terá repercutido significativamente nas importações de mercadorias contabilizadas para o conjunto de 2009 (as quais revelaram alguma inércia, embora o seu ritmo tenha abrandado ao longo do ano). Já o mesmo não sucedeu, porém, com outras rubricas, cujo desempenho se alterou substancialmente face a 2008 – na esfera dos serviços (transportes, viagens, construção, etc.), dos rendimentos (dividendos e lucros) e dos capitais (com o IDE a registar entradas líquidas positivas pela primeira vez desde 2005).

Gráfico II.1.6.



Fontes: BNA e FMI.

As pressões geradas ao nível da balança de pagamentos pela deterioração dos termos de troca reflectiram-se rapidamente no mercado cambial, com a redução da oferta de divisas e a tentativa de sustentar a cotação do kwanza a resultarem numa queda acelerada das reservas cambiais ao longo dos primeiros meses de 2009. Essa queda seria posteriormente contrariada pela maior contenção orçamental e monetária (que reduziu a procura de divisas), mas ascenderia ainda a USD 4.7 mil milhões para o conjunto de 2009 – embora esteja já em recuperação no ano em curso (graças também ao aumento das receitas petrolíferas).

Constata-se, assim, que o valor das reservas cambiais no final de 2009 (USD 12.7 mil milhões) voltou a ser ultrapassado pelo montante da dívida externa (USD 15.1 mil milhões), o que já não sucedia desde 2005 (cf. Gráfico II.1.6). Esta última registou, aliás, um aumento moderado no ano passado, devendo agora acelerar em 2010 (embora permaneça sustentável) – a reflectir, além das tradicionais linhas de crédito, também o financiamento associado ao SBA com o FMI e a possibilidade de ser emitida dívida soberana no mercado internacional (na sequência das primeiras notações de *rating*, obtidas em Maio findo: B+ por parte da S&P e da Fitch; B1 no caso da Moody's).

#### II.1.4. Finanças Públicas

À semelhança do verificado no âmbito das contas externas (que registaram o primeiro défice da balança corrente em seis anos), também na esfera das contas públicas se observou que o impacto do choque externo foi muito pronunciado, levando ao apuramento de um défice orçamental global em 2009 (equivalente a 9.1% do PIB), o que já não ocorria desde 2004. A dimensão do choque está bem reflectida na queda das receitas petrolíferas para cerca de metade, em percentagem do PIB, face ao apurado em 2008 (cf. Quadro II.1.3) – não obstante o bom desempenho das receitas não-petrolíferas (com uma execução superior em 28% ao programado no OGE/2009), dado que estas tradicionalmente representam apenas cerca de 1/5 do total (cf. Gráfico II.1.7).

**Quadro II.1.3.**

FINANÇAS PÚBLICAS (2007-2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
	Est.	Est.	Est.	Orç. <sup>(a)</sup>
Receitas totais	45.8	50.5	32.6	33.9
<i>d.q.: Receitas petrolíferas</i>	37.1	40.8	20.5	21.7
Despesas totais	34.4	41.6	41.6	36.8
Despesas correntes	22.6	27.6	28.5	25.7
<i>d.q.: Pessoal</i>	7.9	8.5	11.6	12.0
<i>Bens e serviços</i>	6.9	8.5	6.8	6.9
<i>Juros</i>	1.1	1.5	2.3	1.0
Despesas de investimento	11.8	14.0	13.1	11.1
Saldo global (b.compromissos)	11.4	8.8	-9.1	-2.9

**Fontes:** BNA, Min. Finanças de Angola e FMI; **Notas:** (a) OGE inicial.

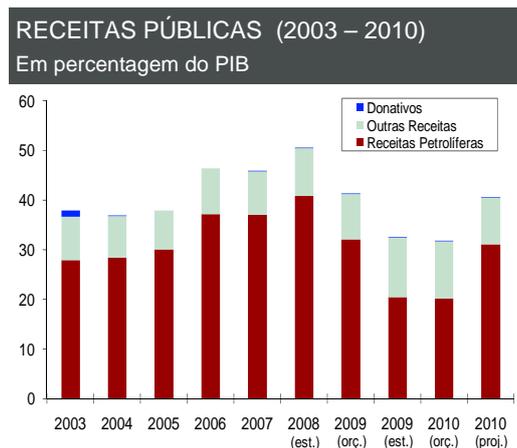
As autoridades angolanas reagiram à fraca arrecadação de receitas petrolíferas com a aprovação, em meados do ano, de um OGE/2009 revisto – que preconizava um importante esforço de contenção da despesa, em especial de investimento (com uma moratória à execução de quase todos os novos projectos inscritos no OGE inicial). A persistência das pressões ao nível das contas públicas e da balança de pagamentos acabaria, contudo, por levar as autoridades a celebrarem em Novembro de 2009, pela primeira vez, um programa macroeconómico apoiado pelo FMI.

Este programa, com um horizonte de 27 meses, representa um canal de financiamento adicional significativo em si mesmo (USD 1.4 mil milhões, ou seja o montante mais elevado, em termos nominais, alguma vez disponibilizado pelo Fundo a um país sub-Saariano), mas tem relevância

sobretudo pela habitual função de catálise desempenhada pela instituição na esfera financeira internacional – com a credibilidade acrescida que confere aos esforços de ajustamento.

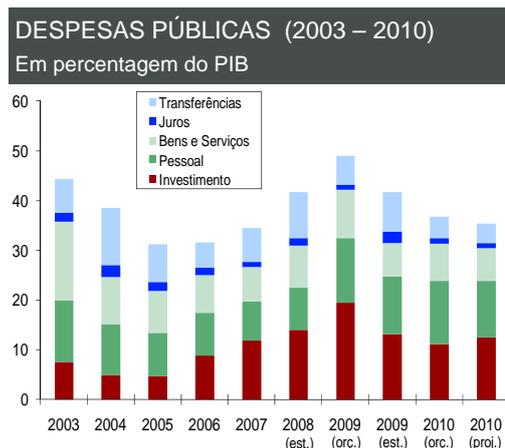
No caso angolano, o programa enfatiza o ajustamento orçamental, conforme viria reflectido no OGE/2010 – com uma contenção acrescida de despesas (embora preservando as de carácter social), mas também passos adicionais no tocante aos processos em curso para melhorar a gestão das despesas públicas, avançar com a reforma da tributação não-petrolífera e preparar a criação de um Fundo Soberano para a gestão mais eficiente dos recursos petrolíferos.

**Gráfico II.1.7.**



Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

**Gráfico II.1.8.**



Os esforços de contenção foram já significativos em 2009, estimando-se que as despesas totais tenham ficado cerca de 17% abaixo do orçamentado, em base de compromissos (cf. Gráfico II.1.8) – com destaque para as despesas de investimento e as de bens e serviços (executadas a 66% e 68%, respectivamente, do inscrito no OGE inicial). Tal não seria, porém, suficiente para evitar a acumulação de atrasados, que ascendiam já a USD 2.5 mil milhões em meados de 2009 e terão ultrapassado os USD 5 mil milhões no segundo trimestre de 2010 – altura em que as autoridades introduziram um plano faseado de regularização. A concretização deste último, que está em curso, é certamente muito relevante para a retoma da economia angolana – e será seguramente facilitada com a recuperação das receitas petrolíferas que se projecta para 2010 (cf. Gráfico II.1.7).

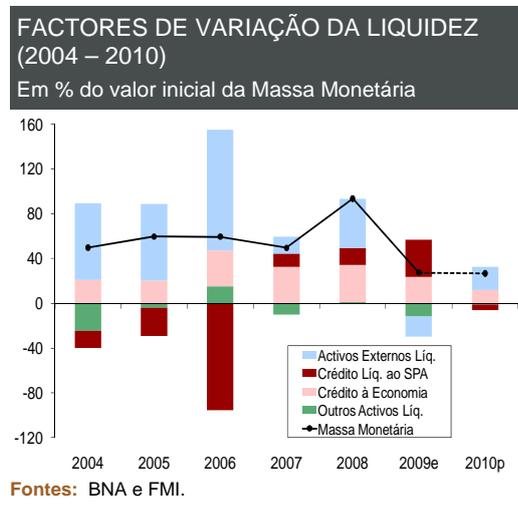
## II.1.5. Situação Monetária e Cambial

Confrontado, a partir de meados de 2008, com a intensificação (ainda que ligeira) da cadência inflacionária, o banco central redobrou esforços para contrariar essa tendência – procedendo, logo no primeiro trimestre de 2009, a um aperto das condições monetárias, com o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias (de 15 para 20%) e da taxa de redesconto (de 19.57% para 25%). Ao mesmo tempo, renovava o empenho na sustentação da taxa de câmbio nominal do kwanza e na contenção da base monetária (objectivo operacional) – para cujo efeito o seu principal instrumento de política é tradicionalmente a venda de divisas no mercado cambial.

Com a entrada de receitas petrolíferas em acentuada desaceleração, ao mesmo tempo que se mantinha a pressão dos gastos públicos, o resultado seria um forte aumento do crédito líquido ao Estado (induzido pela mobilização de depósitos), em paralelo com uma queda significativa dos activos externos líquidos, até meados de 2009. Estes últimos recuperaram um pouco nos meses seguintes – mas determinando, ainda assim, um significativo efeito contraccionista sobre a liquidez (equivalente, para todo o ano, a 17.6% do valor inicial da massa monetária, cf. Gráfico II.1.9). Já o

crédito líquido ao Estado continuou a aumentar no segundo semestre de 2009 – agora impulsionado pela emissão de títulos do Tesouro (sobretudo de prazos mais longos), com o Estado a aceitar taxas mais altas (em linha com a tendência induzida pelo aperto monetário – cf. Gráfico II.1.10).

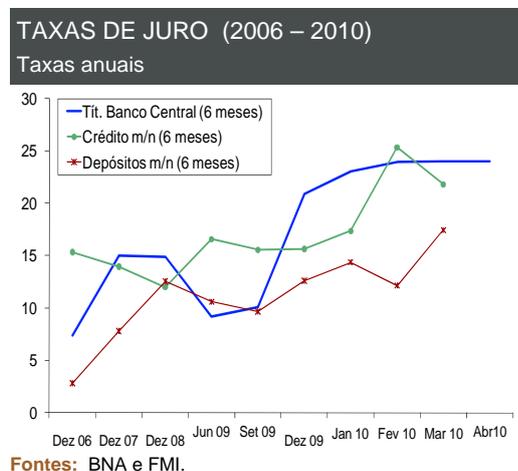
**Gráfico II.1.9.**



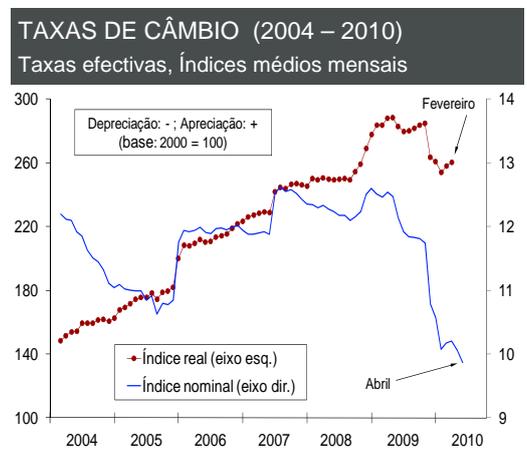
A referida queda das reservas cambiais determinaria uma reacção das autoridades – enquadrada, a partir de certa altura, pelo diálogo com o FMI. Foi, assim, reforçada a contenção, quer orçamental (com o OGE/2009 revisto e, mais tarde, o OGE/2010) quer monetária – com novos aumentos do coeficiente de reservas obrigatórias, para 30%, e mais tarde da taxa de redesconto, também para 30% (favorecendo assim o abrandamento do crédito à economia, que todavia se expandiu ainda 55% em 2009 – contra 67% no ano anterior).

Por outro lado, deu-se também uma inflexão da política cambial: numa primeira fase, o BNA continuou a sustentar a taxa de câmbio nominal, mas limitou a oferta de divisas no mercado oficial – o que levaria, nomeadamente, ao surgimento de um diferencial acentuado face ao mercado paralelo (acima de 25% em Setembro de 2009), como já não sucedia desde o início da década. Confrontadas com tais distorções, as autoridades acabariam, enfim, por permitir uma correcção substancial da taxa de câmbio: 18.6% de depreciação anual efectiva até Abril de 2010 (cf. Gráfico II.1.11).

**Gráfico II.1.10.**



**Gráfico II.1.11.**



## Quadro A.II.1.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2006 - 2010

UNIDADES	2006	2007	2008	2009		2010		
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>								
PIB nominal	mil milhões de KZ	3 630	4 638	6 373	5 796	5 677	7 204	...
	mil milhões de EUR	36.0	44.2	57.8	...	51.3	...	...
	mil milhões de USD	45.2	60.5	84.9	74.3	71.6	81.9	...
PIB real	tx. variação anual	18.6	23.3	13.8	11.8	0.7	6.7	...
VAB real do sector petrolífero	tx. variação anual	13.1	20.4	12.3	5.9	-5.1	5.4	...
VAB real dos outros sectores	tx. variação anual	25.7	25.7	15.0	16.3	8.2	7.5	...
Inflação (IPC-Luanda)	t.v. homóloga anual	12.2	11.7	13.2	10.0	14.0	13.0	13.7 <i>Abr</i>
	t.v. média anual	13.3	12.2	12.5	...	13.7	15.0	13.8 <i>Abr</i>
<b>FINANÇAS PÚBLICAS<sup>(a)</sup></b>								
Receitas totais	percentagem do PIB	46.4	45.8	50.5	41.3	32.6	33.9	...
Receitas petrolíferas	percentagem do PIB	37.2	37.1	40.8	32.1	20.5	21.7	...
Despesas totais	percentagem do PIB	31.6	34.4	41.6	49.0	41.6	36.8	...
Despesas correntes	percentagem do PIB	22.7	22.6	27.6	29.6	28.5	25.7	...
Despesas de investimento	percentagem do PIB	8.9	11.8	14.0	19.5	13.1	11.1	...
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	14.8	11.4	8.8	-7.7	-9.1	-2.9	...
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	6.6	14.3	14.2	-7.8	-4.4	-4.4	...
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>								
Activos externos (líq.), em USD	tx. variação anual	141.4	18.8	43.5	-36.4	-35.4	42.9	...
Crédito à economia	tx. variação anual	93.2	77.8	66.8	23.9	55.3	22.2	...
Massa monetária (M3)	tx. variação anual	59.5	49.5	93.5	21.0	27.5	26.7	...
<b>TAXAS DE JURO</b>								
Crédito em moeda nacional (a 180 dias)	taxa anual	15.3	13.9	12.0	...	15.6	...	21.8 <i>Mar</i>
Depósitos em moeda nacional (a 180 dias)	taxa anual	2.8	7.8	12.5	...	12.6	...	17.4 <i>Mar</i>
Depósitos em moeda estrangeira (a 180 dias)	taxa anual	3.6	4.3	4.8	...	4.9	...	5.2 <i>Mar</i>
Títulos do Banco Central (a 91 dias)	taxa anual	6.3	15.0	14.6	...	23.3	...	25.0 <i>Mar</i>
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>								
Importações (em USD correntes)	tx. variação anual	5.1	55.6	53.6	-21.3	6.8	-6.1	...
Exportações (em USD correntes)	tx. variação anual	32.2	39.3	44.0	-43.6	-36.2	25.1	...
Balança comercial	percentagem do PIB	51.1	50.8	50.5	26.3	25.6	36.6	...
Balança corrente	percentagem do PIB	23.7	15.6	8.5	-3.2	-9.6	2.8	...
Reservas Internacionais (líquidas)	mil milhões de USD	8.6	11.3	17.5	11.7	12.7	16.9	13.8 <i>Fev</i>
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>								
Dívida externa total	milhões de EUR	6 052	7 164	10 067	...	10 843	...	...
	milhões de USD	7 594	9 806	14 800	15 600	15 125	18 500	...
	percentagem do PIB	16.8	16.2	17.4	21.0	21.1	22.6	...
Serviço da dívida	perc. das exportações	9.9	10.7	3.1	...	9.6	...	...
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>								
Taxa bilateral KZ / EUR	taxa média	100.9	105.0	110.3	...	110.6	...	113.2 <i>Jun</i>
Taxa bilateral KZ / USD	taxa média	80.4	76.7	75.0	...	79.3	...	92.6 <i>Jun</i>
ITCE nominal [apreciação: +] <sup>(b)</sup>	tx. variação anual	8.3	2.9	0.0	...	-5.4	...	-18.6 <i>Abr</i>
ITCE real [apreciação: +] <sup>(b)</sup>	tx. variação anual	19.4	11.4	7.3	...	7.6	...	-9.5 <i>Fev</i>

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Os valores programados para 2010, incluindo o do PIB, são os do OGE inicial (foi apresentado em Agosto de 2010 um OGE revisto); (b) Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2000/04.

**Quadro A.II.1.2.**
**PRODUTO INTERNO BRUTO, 2006 - 2010**

Preços correntes, em milhares de milhões de Kwanzas

	2006	2007	2008	2009		2010
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog. <sup>(a)</sup>
Sector primário	2 564	3 028	4 315	...	3 003	...
Agricultura, silvicultura e pesca	323	357	523	...	647	...
Indústria extractiva	2 241	2 671	3 792	...	2 356	...
Petróleo e gás (LPG)	2 121	2 588	3 716	...	2 300	...
Outros (incl. diamantes)	121	83	76	...	57	...
Sector secundário	287	478	707	...	846	...
Indústria transformadora	154	246	421	...	409	...
Electricidade e água	1	5	6	...	6	...
Construção	132	227	280	...	431	...
Sector terciário	777	1 132	1 351	...	1 828	...
Comércio e serviços transaccionáveis	566	784	975	...	1 249	...
Serviços não-transaccionáveis	210	348	376	...	579	...
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)</b>	<b>3 630</b>	<b>4 638</b>	<b>6 373</b>	<b>5 796</b>	<b>5 677</b>	<b>7 204</b>
<b>Para memória:</b>						
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)</i>	36.0	44.2	57.8	...	51.3	...
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de USD)</i>	45.2	60.5	84.9	74.3	71.6	81.9
<i>PIBpm nominal (em Kz, variação anual em %)</i>	26.9	27.8	37.4	-9.1	-10.9	26.9
<i>PIB real (variação anual em %)</i>	18.6	23.3	13.8	11.8	0.7	6.7
Sector petrolífero	13.1	20.4	12.3	5.9	-5.1	5.4
Outros sectores	25.7	25.7	15.0	16.3	8.2	7.5

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Valores apresentados no contexto do OGE revisto (Agosto de 2010).

## Quadro A.II.1.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2000 - 2010 <sup>(a)</sup>

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
2000	Dezembro	...	268.4	268.4	325.0
2001	Dezembro	...	116.1	116.1	152.6
2002	Dezembro	...	105.6	105.6	109.0
2003	Dezembro	...	76.6	76.6	98.2
2004	Dezembro	...	31.0	31.0	43.5
2005	Dezembro	...	18.5	18.5	23.0
2006	Dezembro	...	12.2	12.2	13.3
2007	Dezembro	...	11.7	11.7	12.2
2008	Dezembro	...	13.2	13.2	12.5
2009	Dezembro	...	14.0	14.0	13.7
2008	Janeiro	0.9	0.9	11.8	12.2
	Fevereiro	0.9	1.7	11.8	12.2
	Março	0.7	2.5	11.7	12.1
	Abril	0.9	3.4	11.9	12.1
	Maio	1.0	4.5	12.0	12.1
	Junho	1.0	5.5	12.3	12.0
	Julho	1.2	6.7	12.5	12.1
	Agosto	1.0	7.8	12.8	12.1
	Setembro	0.9	8.7	12.9	12.1
	Outubro	1.1	9.9	13.2	12.2
	Novembro	1.2	11.2	13.3	12.4
	Dezembro	1.8	13.2	13.2	12.5
2009	Janeiro	0.9	0.9	13.3	12.6
	Fevereiro	1.0	2.0	13.5	12.7
	Março	0.9	2.9	13.7	12.9
	Abril	1.1	4.0	13.9	13.1
	Maio	1.0	5.0	13.8	13.2
	Junho	1.1	6.2	13.9	13.3
	Julho	1.2	7.5	14.0	13.5
	Agosto	0.9	8.4	13.8	13.5
	Setembro	0.8	9.3	13.7	13.6
	Outubro	0.9	10.3	13.6	13.6
	Novembro	1.2	11.6	13.6	13.7
	Dezembro	2.2	14.0	14.0	13.7
	<i>Dezembro (prog.)</i>	...	...	10.0	...
2010	Janeiro	0.8	0.8	13.8	13.8
	Fevereiro	0.9	1.7	13.7	13.8
	Março	1.0	2.8	13.8	13.8
	Abril	1.0	3.8	13.7	13.8
	<i>Dezembro (prog.)</i>	...	...	13.0	15.0

Fontes: Banco Nacional de Angola; Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice total para a cidade de Luanda.

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

## Quadro A.II.1.4.

## BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2006 - 2010

Em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009		2010
	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.
<b>1. Balança Corrente</b>	<b>10 690</b>	<b>9 402</b>	<b>7 194</b>	<b>-2 391</b>	<b>-6 902</b>	<b>2 272</b>
Mercadorias	23 085	30 735	42 932	19 507	18 345	29 921
Exportações (f.o.b.)	31 862	44 396	63 914	36 018	40 747	50 956
Sector petrolífero	30 483	43 004	62 457	34 411	39 742	49 130
das quais: Petróleo bruto	29 929	42 352	61 666	...	39 238	...
Diamantes	1 155	1 182	1 210	1 317	747	1 467
Outras	225	211	247	290	258	359
Importações (f.o.b.)	-8 778	-13 662	-20 982	-16 511	-22 402	-21 035
das quais: Bens de capital	-2 522	-4 107	-6 308	...	-6 544	...
Sector petrolífero	-2 676	-4 508	-5 713	-5 511	...	-6 402
Outras	-6 102	-9 154	-15 269	-11 000	...	-14 633
Serviços e rendimentos	-12 205	-21 111	-35 527	-21 632	-25 031	-27 449
Serviços (líq.)	-6 027	-12 333	-21 810	-11 725	-17 890	-17 227
Créditos	1 484	311	330	303	313	402
Débitos	-7 511	-12 643	-22 139	-12 028	-18 202	-17 629
dos quais: Transportes e viagens	-1 774	-2 717	-3 975	...	-3 471	...
Construção	-1 476	-2 634	-5 007	...	-4 277	...
Assistência técnica	-3 052	-5 448	-7 592	...	-7 748	...
Rendimentos (líq.)	-6 178	-8 778	-13 718	-9 907	-7 142	-10 222
dos quais: Juros da dívida pública	-805	-1 169	-508	...	-360	...
Dividendos e lucros	-5 277	-7 268	-13 185	...	-6 756	...
Transferências correntes (líq.)	-190	-222	-210	-266	-216	-200
<b>2. Balança de Capital e Operações Financeiras</b>	<b>-3 715</b>	<b>-6 276</b>	<b>-725</b>	<b>-5 150</b>	<b>1 645</b>	<b>1 282</b>
Transferências de capital (líq.)	1	7	12	0	0	0
Endividamento a médio e longo prazo	-1 154	2 525	3 833	668	753	1 354
Desembolsos	1 206	6 109	5 277	3 067	4 294	4 722
Amortizações programadas	-2 360	-3 585	-1 443	-2 399	-3 541	-3 368
Investimento directo estrangeiro (líq.)	-228	-1 805	-891	-1 588	3 561	778
do qual: Entradas	9 067	9 796	16 581	...	12 995	...
Outros capitais (incl. Erros e Omissões)	-2 334	-7 003	-3 679	-4 230	-2 668	-850
dos quais: Erros e Omissões	267	-462	-366	...	241	...
<b>3. Balança Global: [ 1 + 2 ]</b>	<b>6 975</b>	<b>3 126</b>	<b>6 470</b>	<b>-7 541</b>	<b>-5 258</b>	<b>3 554</b>
<b>4. Financiamento</b>	<b>-6 975</b>	<b>-3 126</b>	<b>-6 470</b>	<b>6 763</b>	<b>5 258</b>	<b>-4 265</b>
Variação das Reservas oficiais (líq.) [aumento: -]	-5 402	-3 019	-6 673	5 938	4 711	-3 865
Financiamento excepcional	-1 573	-107	203	825	547	-400
do qual: Var. de Atrasados [aumento: +]	-1 608	-230	202	...	547	...
<b>5. Diferencial de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-778</b>	<b>0</b>	<b>-711</b>
<b>Para memória:</b>						
Balança comercial (em percentagem do PIB)	51.1	50.8	50.5	26.3	25.6	36.6
Balança corrente (em percentagem do PIB)	23.7	15.6	8.5	-3.2	-9.6	2.8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

## Quadro A.II.1.5.

**DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA E RESERVAS CAMBIAIS, 2006 - 2010**

Em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009		2010
				Prog.	Est.	
<b>1. Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior</b>	<b>11 564</b>	<b>13 736</b>	<b>19 714</b>	<b>12 533</b>	<b>12 735</b>	<b>18 192</b>
Reservas externas oficiais (líquidas)	8 595	11 325	17 507	11 701	12 728	16 876
<b>2. Dívida Externa Total (incluindo Atrasados)</b>	<b>7 594</b>	<b>9 806</b>	<b>14 800</b>	<b>15 600</b>	<b>15 125</b>	<b>18 500</b>
Comercial	3 897	5 604	8 504	...	9 002	...
Banca	3 247	4 935	7 680	...	8 114	...
Empresas	650	670	824	...	888	...
Oficial bilateral	3 319	3 808	5 917	...	5 386	...
Oficial multilateral	379	395	379	...	738	...
<b>Para memória:</b>						
DLX (em % do PIB)	25.6	22.7	23.2	16.9	17.8	22.2
Dívida externa total (em % do PIB)	16.8	16.2	17.4	21.0	21.1	22.6

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

## Quadro A.II.1.6.

**EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 2001 - 2009**

Por tipo de bens (em milhões de USD correntes) e por destino (em percentagem do total)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Exportações totais (em milhões de USD)</b>	<b>6 636</b>	<b>8 328</b>	<b>9 507</b>	<b>13 474</b>	<b>24 109</b>	<b>31 862</b>	<b>44 396</b>	<b>63 914</b>	<b>40 747</b>
Exportações por tipos de bens									
Petróleo bruto (crude)	5 792	7 539	8 533	12 442	22 583	29 929	42 352	61 666	39 238
Produtos refinados de petróleo e gás	113	106	154	178	271	554	652	792	504
Diamantes	689	638	788	790	1 092	1 155	1 182	1 210	747
Café	1	0	1	0	0	0	0	1	1
Outras exportações	41	45	31	64	163	224	210	246	257
Exportações por destinos <sup>(a)</sup>									
África	0.2	0.4	0.1	2.3	1.5	1.4	3.9	4.0	3.2
da qual: África do Sul	0.0	0.2	0.0	2.3	1.5	1.3	3.9	4.0	3.2
União Europeia	26.4	26.5	13.6	9.6	14.7	8.9	12.2	12.7	13.9
da qual: Portugal	1.7	0.8	0.0	0.0	0.1	0.2	1.0	0.7	0.5
EUA	47.9	40.9	48.2	37.8	39.8	39.6	24.0	23.0	19.0
China	10.6	13.6	23.6	35.7	29.6	35.6	26.4	29.3	38.5
Outros	14.9	18.6	14.6	14.6	14.4	14.5	33.5	31.0	25.4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

## Quadro A.II.1.7.

**IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 2001 - 2009**

Por tipo de bens (em milhões de USD correntes) e por origem (em percentagem do total)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Importações totais (em milhões de USD)</b>	<b>3 179</b>	<b>3 760</b>	<b>5 480</b>	<b>5 831</b>	<b>8 353</b>	<b>8 778</b>	<b>13 662</b>	<b>20 982</b>	<b>22 402</b>
Importações por tipos de bens									
Bens de consumo	2 174	2 193	2 928	3 305	5 101	5 229	7 898	12 109	13 120
Bens intermédios	304	437	671	856	867	1 027	1 657	2 566	2 738
Bens de investimento	701	1 131	1 881	1 670	2 386	2 522	4 107	6 308	6 544
Importações por origens									
África	13.8	15.3	12.8	9.1	8.7	7.5	...	...	...
da qual: África do Sul	12.1	11.5	11.0	7.5	7.4	6.4	4.8	4.6	...
União Europeia	38.7	47.5	53.1	31.6	33.8	35.7	46.8	...	...
da qual: Portugal	14.2	19.4	18.1	13.1	13.4	14.3	12.8	17.1	...
EUA	8.8	13.4	12.1	9.3	12.5	14.6	10.9	11.0	...
China	...	1.6	2.3	3.3	4.5	10.2	10.6	15.2	...
Outros	38.8	22.2	19.7	46.7	40.5	32.0	26.9	...	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

## Quadro A.II.1.8.

## OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2006 - 2010

Em milhares de milhões de Kwanzas

	2006	2007	2008	2009			2010	
				Est.	Orç.	Est.	g.e. <sup>(a)</sup>	Orç. <sup>(b)</sup>
<b>1. Receitas Totais</b>	<b>1 684.9</b>	<b>2 124.7</b>	<b>3 217.4</b>	<b>2 393.3</b>	<b>1 848.0</b>	<b>77.2</b>	<b>2 286.5</b>	<b>3 071.2</b>
Receitas tributárias	1 577.9	2 052.8	3 070.2	2 333.3	1 703.8	73.0	2 170.9	3 009.3
Receitas petrolíferas	1 350.6	1 722.0	2 601.9	1 861.2	1 164.8	62.6	1 459.6	2 362.1
Receitas não-petrolíferas	227.3	330.8	468.3	472.1	539.0	114.2	711.3	647.2
Receitas não-tributárias	107.0	69.6	145.3	59.3	142.9	241.0	115.2	60.0
Donativos	0.0	2.3	1.9	0.7	1.3	185.7	0.4	1.9
<b>2. Despesas Totais</b>	<b>1 146.7</b>	<b>1 597.2</b>	<b>2 653.9</b>	<b>2 842.1</b>	<b>2 363.5</b>	<b>83.2</b>	<b>2 479.6</b>	<b>2 679.0</b>
Despesas correntes	823.8	1 049.2	1 761.3	1 713.2	1 620.2	94.6	1 733.2	1 733.2
Despesas com o pessoal	310.2	364.5	543.0	756.3	660.2	87.3	866.6	866.6
Bens e serviços	274.5	320.7	539.1	561.3	383.3	68.3	499.2	499.2
Juros da dívida	53.7	51.0	94.0	57.4	130.0	226.5	75.3	75.3
Internos	9.7	16.3	60.2	12.4	90.3	728.2	45.3	45.3
Externos	44.0	34.7	33.8	45.0	39.7	88.2	30.0	30.0
Transferências	185.4	313.0	585.2	338.2	446.7	132.1	292.1	292.1
Despesas de investimento	322.9	548.0	892.6	1 128.9	743.3	65.8	746.4	945.8
<b>3. Saldo Global (base compromissos) [1 - 2]</b>	<b>538.2</b>	<b>527.5</b>	<b>563.5</b>	<b>-448.8</b>	<b>-515.5</b>	...	<b>-193.1</b>	<b>392.2</b>
<b>4. Variação de Atrasados (líq.)</b>	<b>-298.6</b>	<b>136.8</b>	<b>344.3</b>	<b>-4.5</b>	<b>267.0</b>	...	<b>-105.6</b>	<b>-338.7</b>
Internos	-298.6	113.8	332.1	-4.5	303.4	...	-105.6	-303.4
Juros externos	0.0	23.0	12.2	0.0	-36.4	...	0.0	-35.3
<b>5. Saldo Global (base caixa) [3 + 4]</b>	<b>239.6</b>	<b>664.3</b>	<b>907.8</b>	<b>-453.3</b>	<b>-248.5</b>	...	<b>-298.7</b>	<b>53.5</b>
<b>6. Financiamento</b>	<b>-239.6</b>	<b>-664.3</b>	<b>-907.8</b>	<b>453.3</b>	<b>248.5</b>	...	<b>298.7</b>	<b>-53.5</b>
Bónus da exploração de petróleo	80.3	0.0	0.0	0.0	0.0	...	0.0	0.0
Financiamento Externo (líquido)	-33.4	38.0	41.4	330.6	137.3	...	315.0	115.2
Endividamento (líquido)	-33.4	38.0	41.4	330.6	137.3	...	315.0	115.2
Desembolsos	262.3	127.6	194.6	480.2	225.7	...	491.0	300.2
Amortizações	-295.7	-89.6	-153.2	-149.6	-88.4	...	-176.0	-185.0
Alívio da dívida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	...	0.0	0.0
Financiamento Interno (líquido)	-286.5	-702.3	-949.2	122.7	111.2	...	-16.3	-168.7
Financiamento bancário	-410.5	55.9	-478.5	0.0	622.0	...	0.0	-126.0
Financiamento não-bancário	124.0	-758.2	-470.7	122.7	-510.8	...	-16.3	-42.7

**Para memória:**

Saldo global, base compromissos (% do PIB) <sup>(c)</sup>	14.8	11.4	8.8	-7.7	-9.1	...	-2.9	5.2
Idem, excluindo Receitas petrolíferas	-0.2	-0.3	-0.3	-0.4	-0.3	...	-0.2	-0.3

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em percentagem); (b) OGE 2010 inicial; (c) Com base no PIB programado aquando do OGE 2010 inicial.



## Quadro A.II.1.10.

## TAXAS DE JURO, 2006 - 2010

Taxas anuais

	2006	2007	2008	2009	2009	2009	2010	2010	2010	2010
	Dez	Dez	Dez	Jun	Set	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
<b>Taxas de Depósitos</b>										
<i>(em Moeda Nacional)</i>										
Depósitos à ordem	2.76	3.02	2.95	3.00	2.42	2.56	2.56	2.56	2.98	...
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	3.76	7.43	8.67	7.97	6.79	12.06	10.89	13.26	14.71	...
91-180 dias	2.82	7.79	12.54	10.60	9.65	12.59	14.36	12.14	17.43	...
181-365 dias	3.24	7.26	7.51	5.12	10.21	11.62	11.68	10.63	15.14	...
Mais de 1 ano	9.00	6.36	5.81	5.14	4.28	4.62	8.81	5.86	17.44	...
<i>(em Moeda Estrangeira)</i>										
Depósitos à ordem	0.64	0.79	0.18	...	1.60	0.95	0.63	0.50	0.79	...
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	3.01	5.25	4.72	4.01	3.36	4.05	4.20	4.31	4.87	...
91-180 dias	3.58	4.27	4.84	4.98	3.97	4.91	4.76	4.68	5.20	...
181-365 dias	4.02	3.55	4.10	4.50	4.42	5.78	5.95	5.91	5.01	...
Mais de 1 ano	6.05	2.55	5.14	0.71	1.08	5.95	1.31	5.56	3.87	...
<b>Taxas de Crédito</b>										
<i>(em Moeda Nacional)</i>										
Até 180 dias	15.32	13.94	11.98	16.57	15.54	15.62	17.35	25.33	21.78	...
181-365 dias	8.86	10.62	10.71	15.88	16.25	19.39	18.94	16.67	19.59	...
Mais de 1 ano	14.91	8.72	10.52	16.45	16.51	19.02	17.90	16.29	22.01	...
<i>(em Moeda Estrangeira)</i>										
Até 180 dias	8.11	8.66	9.14	12.80	10.79	11.32	11.65	12.37	13.41	...
181-365 dias	8.86	8.67	8.11	8.86	9.89	9.90	10.78	10.01	13.62	...
Mais de 1 ano	8.97	8.36	7.84	8.29	8.67	8.57	8.59	8.77	10.58	...
<b>Taxa de Redescuento do BNA</b>	14.00	19.57	19.57	25.00	25.00	30.00	30.00	30.00	30.00	30.00
<b>Títulos do Banco Central</b>										
a 14 dias	...	12.92	...	...	...	...	...	...	...	...
a 28 dias	...	12.84	13.86	...	...	20.04	24.77	24.74	23.95	20.63
a 63 dias	...	14.65	14.09	...	...	20.56	23.05	24.59	24.47	21.88
a 91 dias	6.33	14.99	14.59	...	13.93	23.28	24.88	24.87	24.98	23.87
a 182 dias	7.36	14.99	14.89	9.15	10.08	20.88	23.01	23.91	24.00	23.98
a 364 dias	9.53	15.00	14.94	10.32	...	...	24.91	25.00	25.00	24.88
<b>Bilhetes do Tesouro</b>										
a 91 dias	...	...	14.59	...	...	...	...	...	...	...
a 182 dias	...	...	14.89	...	...	...	...	...	...	...
<b>Obrigações do Tesouro</b>										
a 1 ano	...	...	...	5.16	4.60	4.39	...	...	...	...
a 3 anos	5.28	4.74	2.32	6.16	5.60	5.39	...	...	...	...
<b>Para memória:</b>										
<i>Inflação (t.v. homóloga anual)</i>	12.24	11.74	13.18	13.94	13.74	14.00	13.84	13.67	13.81	13.80

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Notas: (a) OT emitidas em kwanzas mas indexadas ao USD ou à inflação.

## Quadro A.II.1.11.

## TAXAS DE CÂMBIO, 2000 - 2010

Taxas médias do período

	Kz / EUR	Kz / USD		ITCE <sup>(a)</sup> <sup>(b)</sup>		
		Merc. Oficial <sup>(c)</sup>	Merc. Paralelo	Nominal	Real	
2000	9.15	10.04	10.55	100.00	100.00	
2001	19.77	22.02	23.95	46.33	114.06	
2002	41.65	43.70	45.27	23.53	119.04	
2003	84.26	74.61	77.84	13.25	129.91	
2004	103.75	83.44	85.02	11.59	158.56	
2005	109.19	87.16	88.81	11.03	180.33	
2006	100.85	80.37	...	11.94	215.23	
2007	105.00	76.71	...	12.29	239.75	
2008	110.31	75.03	...	12.29	257.33	
2009	110.61	79.30	...	11.62	276.77	
2008	Janeiro	110.35	75.03	...	12.30	249.40
	Fevereiro	110.59	75.04	...	12.34	250.34
	Março	116.27	75.05	...	12.27	249.66
	Abril	117.24	75.04	...	12.23	249.49
	Maió	116.64	75.00	...	12.18	249.65
	Junho	116.69	75.01	...	12.17	250.04
	Julho	118.30	75.01	...	12.09	249.18
	Agosto	112.50	75.02	...	12.16	254.45
	Setembro	108.12	75.02	...	12.24	259.16
	Outubro	100.22	75.03	...	12.50	268.99
	Novembro	95.56	75.02	...	12.60	277.78
	Dezembro	101.23	75.14	...	12.51	283.60
2009	Janeiro	100.60	75.14	...	12.46	283.80
	Fevereiro	96.32	75.35	...	12.54	287.92
	Março	98.63	75.58	...	12.47	288.49
	Abril	101.64	76.96	...	12.14	282.76
	Maió	105.94	77.81	...	11.92	279.59
	Junho	109.09	77.81	...	11.84	279.94
	Julho	109.48	77.81	...	11.83	281.76
	Agosto	110.97	77.81	...	11.81	283.66
	Setembro	113.08	77.81	...	11.75	284.87
	Outubro	125.13	84.48	...	10.79	263.63
	Novembro	128.47	86.28	...	10.57	260.57
	Dezembro	127.98	88.75	...	10.07	254.11
2010	Janeiro	128.34	89.80	...	10.18	257.94
	Fevereiro	123.42	90.27	...	10.20	260.48
	Março	123.96	91.29	...	10.06	...
	Abril	123.88	93.69	...	9.87	...
	Maió	114.34	92.77	...	...	...
	Junho	113.20	92.57	...	...	...

**Fontes:** Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** (a) Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE, nominal e real), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2000/04; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do Kwanza; (c) Taxa de referência do BNA, correspondente (desde Maio de 1999) à taxa média praticada no mercado cambial interbancário.



## CABO VERDE



Área: 4 033 Km<sup>2</sup>

Capital: Praia

População: 506 milhares (2009)

Moeda: Escudo CV



## II.2.1. Síntese

O ambiente adverso externo determinou a evolução económica cabo-verdiana em 2009 e durante o primeiro semestre de 2010. A crise económica mundial afectou duas das principais fontes de crescimento de Cabo Verde no ano transacto, o sector do turismo e o investimento directo estrangeiro, provocando algum abrandamento do ritmo de crescimento do produto, com repercussões transversais a todas as esferas económicas.

Contudo, a manutenção de uma gestão macroeconómica prudente permitiu dar uma resposta eficaz, sustendo o regime cambial em vigor e dando cumprimento ao programa acordado com o FMI ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI). A missão do FMI de Maio de 2010, encarregue de efectuar a oitava e última avaliação daquele programa (inicialmente para 3 anos mas entretanto prorrogado por 1 ano), considerou cumpridas todas as metas quantitativas e salientou progressos importantes quanto aos objectivos estruturais definidos, apesar de não terem sido alcançados alguns deles.

As autoridades cabo-verdianas irão negociar com o FMI, ainda em 2010, mais um programa ao abrigo do PSI, por um período de apenas 1 ano, face à realização de eleições legislativas no início do próximo ano, pretendendo ainda assinar um novo PSI de 3 anos em meados de 2011.

### Quadro II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2007 - 2010)				
	2007	2008	2009	2010
			Est.	Prog.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	8.6	5.6	3.0	4.1
Inflação ( <i>t.v. média</i> )	4.4	6.8	1.0	1.5
( <i>t.v. homóloga</i> )	4.0	6.7	-0.4	2.2
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	9.7	7.9	3.3	7.5
Balança Corrente (%PIB)	-14.7	-13.1	-9.9	-21.8
Reservas Oficiais ( <i>meses imp</i> )	4.1	4.2	4.5	3.9
Saldo orçamental (%PIB)	-2.4	-2.6	-6.4	-14.0
Dívida pública (%PIB)	81.7	76.4	77.5	--
Externa	45.4	44.9	46.7	--
Interna	36.4	31.6	30.9	--
dq: TCMF <sup>(a)</sup>	10.6	9.8	9.1	--

Fontes: FMI, BCV, Min. Fin. e INE de Cabo Verde

Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira

No início de 2009, o FMI e do Banco Mundial efectuaram uma avaliação conjunta do sector financeiro cabo-verdiano, no contexto de um *Financial System Stability Assessment*. Para além de evidenciar o papel positivo que o sistema financeiro tem desempenhado na sustentação do crescimento, este exercício salientou a existência de um conjunto de riscos de cariz macroprudencial. Foi aconselhado o reforço dos rácios de capital dos bancos, a introdução de reformas no sector *offshore* em conformidade com padrões internacionais e o fortalecimento da supervisão bancária.

Em 2009, a redução das receitas de turismo, o menor montante do investimento directo estrangeiro e a diminuição do acesso a financiamento externo por parte do sector privado conduziram a um saldo global negativo da balança de pagamentos, resultando numa erosão das reservas externas do BCV em CVE 444 milhões. No entanto, o grau de cobertura das importações pelas reservas evidenciou um crescimento, fechando o ano em 4.5 meses das importações de bens e serviços,

face à redução registada nas mesmas. O comportamento das importações de bens acabou por ser igualmente o principal responsável pela redução do défice da balança corrente (em 3.2 p.p., para 9.9% do PIB).

Este contexto e um ambiente de redução da inflação, permitiram ao BCV efectuar um corte na sua taxa de referência, em Janeiro de 2010, automaticamente estendido às taxas das facilidades permanentes, após quase um ano sem alterar as orientações de política.

O impacto mais significativo da crise internacional viria a verificar-se, em 2009, nos saldos das contas públicas, sobretudo na quebra das receitas fiscais (impostos sobre o rendimento, IVA e direitos de importação), corolário do abrandamento da actividade económica e de uma política de redução da carga fiscal. Consequentemente, e face à menor elasticidade das despesas públicas apesar da introdução de medidas de contenção, o défice global evidenciou um aumento pronunciado, fixando-se em 6.4% do PIB (+3.8 p.p. que em 2008).

A necessidade de estimular a economia levou as autoridades a promover em 2010 um avultado programa de investimentos públicos, financiado sobretudo externamente. A ser integralmente executado, esse aumento da despesa implicará a deterioração do défice global, para 14.0% do PIB, e da balança corrente, para 21.8% do PIB (face à elevada componente importada do investimento).

O montante global de dívida externa deverá deste modo registar algum crescimento em 2010, não se esperando, no entanto, que provoque uma pressão significativa sobre o seu serviço, tendo em conta que a maior parte dos empréstimos serão contraídos em condições concessionais. O aumento previsto das importações deverá reduzir o indicador de sustentabilidade das reservas, prevendo-se que se mantenham ainda assim perto dos 4 meses de importações de bens e serviços, com as entradas de divisas decorrentes dos desembolsos da dívida externa contraída pelo Estado.

O programa de investimentos públicos e a esperada recuperação do sector do turismo deverão contribuir para uma ligeira retoma do crescimento económico cabo-verdiano em 2010 (previsão de 4.1%, em termos reais). Os principais riscos, inerentes ao cenário traçado, prendem-se com um possível prolongamento das dificuldades nos principais parceiros económicos europeus ou o ressurgimento de condicionantes exógenos à procura turística, como o reaparecimento das nuvens vulcânicas que causaram problemas ao transporte aéreo no início de 2010.

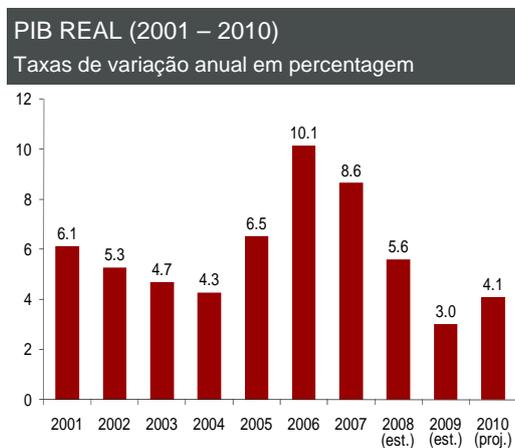
## II.2.2. Procura, Produção e Preços

O impacto da crise mundial atingiu Cabo Verde sobretudo em 2009, com repercussões negativas sobre o turismo e o investimento directo estrangeiro, mantendo a tendência de abrandamento do ritmo de crescimento económico. O produto interno real terá crescido cerca de 3.0%, abaixo dos 5.6% de 2008, conjugando a menor actividade dos sectores da construção (com a redução da imobiliária turística) e dos transportes (principalmente aéreos). O principal motor do crescimento em 2009 terá sido o sector agrícola, beneficiando das boas colheitas resultantes das fortes chuvas registadas.

Na óptica da despesa, o abrandamento económico esteve sobretudo ligado ao menor dinamismo do investimento privado e das exportações, quer de bens quer de serviços. Em sentido contrário, destacou-se o comportamento do sector público, tanto ao nível do consumo como do investimento, este destinado sobretudo ao desenvolvimento do sector energético e de infra-estruturas de transporte marítimo, rodoviário e aéreo.

Para 2010, o impulso dado ao programa de investimento público e as recuperações do consumo privado, principalmente em bens duradouros, e das receitas do turismo deverão reflectir-se numa ligeira aceleração do crescimento real do produto interno, para 4.1%.

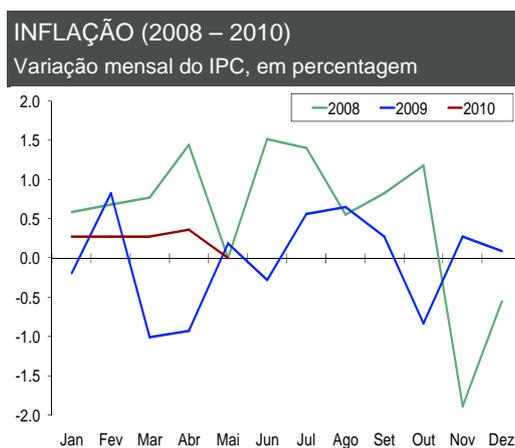
**Gráfico II.2.1.**



Fontes: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde e FMI

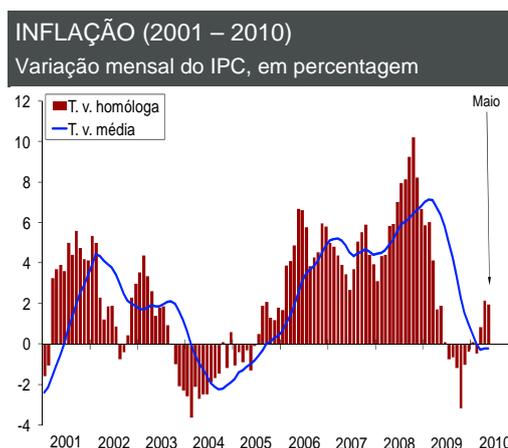
O ano de 2009 caracterizou-se pela descida contínua dos níveis de inflação, após o valor máximo verificado em Fevereiro. A subida dos preços internacionais dos bens alimentares em 2008 fez aumentar os preços internos dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, conduzindo a inflação média a 7.1% em Fevereiro de 2009. Contudo, o desagramento das pressões inflacionistas externas, com a redução dos preços internacionais dos bens alimentares e energéticos, e internas, com o impacto positivo sobre os preços da boa campanha agrícola (decorrente da forte pluviosidade), inverteu essa tendência, tendo a inflação média fechado o ano em 1.0%.

**Gráfico II.2.2.**



Fontes: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde

**Gráfico II.2.3.**



A subida dos preços internos dos bens energéticos nos primeiros meses de 2010, resultante da actualização automática dos preços internacionais, contribuiu para o crescimento da inflação, a qual atingiu 2.1%, em termos homólogos, em Abril. No entanto, para o resto do ano, espera-se que a inflação se mantenha a níveis controlados (média de 1.5% em Dezembro), conjugando a estabilização dos preços internacionais e os reflexos do aumento moderado dos salários.

### II.2.3. Contas Externas

A evolução das contas externas de Cabo Verde em 2009 reflectiu directamente os efeitos da condicionante externa, sobretudo ao nível das entradas de fundos relativos a investimento directo e a empréstimos do sector privado, tendo a balança global apresentado um saldo negativo (o que não sucedia desde 2003). Contudo, o abrandamento da actividade económica reflectiu-se numa quebra significativa nas importações, induzindo a redução do défice da balança corrente para 9.9% do PIB (diminuição de 3.2 p.p. relativamente a 2008).

A menor dinâmica do investimento privado contribuiu de forma significativa para a quebra na procura de bens importados (-8%, em termos nominais), mais vincada relativamente às importações de bens intermédios. Desta forma, o défice comercial reduziu-se, passando de 46.5% do PIB em 2008 para 40% em 2009, apesar da quebra das exportações de bens (em cerca de 17%), essencialmente ditada pelas reexportações (nomeadamente combustíveis em portos e aeroportos).

A redução do défice corrente externo contou ainda com o crescimento das transferências correntes, sobretudo oficiais mas também privadas, com excepção das remessas de emigrantes. Estas denotaram um ligeiro decréscimo no ano findo, para 8.2% do PIB (9.0% em 2008), resultante da quebra das remessas oriundas dos países da UE.

#### Quadro II.2.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2007 - 2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
			Est.	Prog.
Balança Corrente	-14.7	-13.1	-9.9	-21.8
Balança Comercial	-49.6	-46.5	-40.0	-44.2
Exportações	6.1	7.5	5.7	6.6
Importações	-55.7	-53.9	-45.8	-50.8
Balança Serviços	14.7	15.9	11.5	6.5
dq: Receitas Turismo	21.9	21.9	17.0	16.4
Balança Rendimentos	-2.4	-3.1	-3.3	-4.4
Transferências Unilat.	22.6	20.5	22.0	20.3
dq: Remessas Emig.	9.5	9.0	8.2	7.7
Bal. Capitais e Financ.	21.2	21.9	14.3	23.5
Balança Capitais	2.0	1.8	1.8	5.0
Balança Financeira	19.2	20.1	12.5	18.6
Erros e Omissões	0.2	-7.2	-5.5	0.0
Balança Global	6.6	1.6	-1.0	1.8

Fontes: FMI e Banco de Cabo Verde

As reduções verificadas nas receitas de transportes, sobretudo aéreos, e nas receitas brutas de turismo conduziram à diminuição do saldo positivo da balança de serviços, para 11.5% do PIB, invertendo a tendência de reforço que se verificava desde 2003. O decréscimo evidenciado pelas receitas de turismo traduz a diminuição efectuada nos preços praticados por aquele sector, tendo-se mantido a dinâmica da procura turística pelo destino Cabo Verde, traduzida no contínuo crescimento do número de dias de estadia em unidades de alojamento.

Ainda em relação aos fluxos correntes, a crescente saída dos rendimentos de investimentos directos estrangeiros efectuados em Cabo Verde contribuiu para uma nova subida do défice da balança de rendimentos.

Os efeitos da crise mundial foram mais evidentes na conta de operações financeiras, conjugando a quebra do investimento directo estrangeiro (em 39% em termos nominais face a 2008, para 7.6%

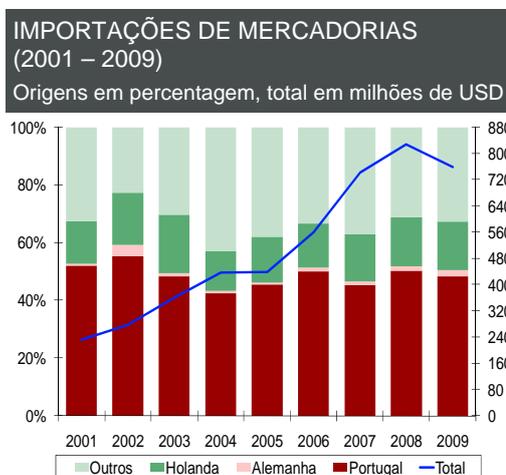
do PIB) e a redução do acesso a empréstimos externos por parte do sector privado, apesar do aumento dos desembolsos de empréstimos externos por parte do Estado.

Gráfico II.2.4.



Fontes: Banco de Cabo Verde

Gráfico II.2.5.



A balança global assumiu deste modo valores negativos, representando -1% do PIB no final de 2009, tendo sido financiado com recurso à acumulação de atrasados relativos a créditos comerciais (cujo valor mais que duplicou em relação a 2008, elevando-se a CVE 864 milhões) e à diminuição das reservas externas em CVE 444 milhões. No entanto, a retracção evidenciada pelas importações resultou num grau de cobertura das reservas de 4.5 meses das importações de bens e serviços (+0.3 meses que em 2008).

O nível de investimento público orçamentado para 2010 deverá reflectir-se numa significativa degradação do défice corrente, para 21.8% do PIB, com o forte incremento das importações de bens. Este défice superior resultará também do agravamento da balança de rendimentos, ainda que compensado com a recuperação prevista das receitas de turismo e das exportações de bens.

No entanto, o significativo aumento do desembolso de empréstimos externos contraídos pelo Estado, principal fonte de financiamento do programa de investimento, conduzirá a um reforço do saldo da conta de capital e de operações financeiras. A balança global deverá retornar a valores positivos, deixando espaço para um aumento das reservas externas em mais de CVE 2.4 mil milhões. O acréscimo das importações, contudo, reflectir-se-á numa redução do grau de cobertura das reservas para 3.9 meses de importações de bens e serviços previstas.

## II.2.4. Finanças Públicas

Os efeitos da crise mundial, conjugados com as medidas implementadas em 2009 de redução da carga fiscal, tiveram um impacto negativo significativo sobre as receitas do Estado, conduzindo o saldo global a um défice de 6.4% do PIB (contra os 2.6% verificados no ano anterior).

A execução orçamental de 2009 evidenciou uma redução substancial das receitas fiscais (em 4.2 p.p., para 29.3% do PIB), extensiva à quase totalidade das classes de impostos. Destacam-se as menores arrecadações de imposto sobre o valor acrescentado (fruto do abrandamento económico), de impostos sobre o rendimento (com a descida das taxas deste imposto incluída no orçamento com o intuito de reforço da competitividade das empresas), de direitos de importação

(reflectindo a quebra das importações) e do imposto de selo (traduzindo o impacto do novo Código do Selo na sua base de incidência).

**Quadro II.2.3.**

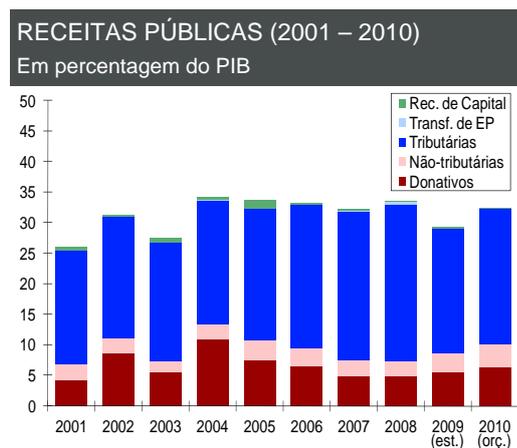
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (2007 - 2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	32.2	33.5	29.3	32.4
Receitas correntes	27.0	28.0	23.7	25.9
Receitas de capital	0.3	0.1	0.2	0.1
Donativos	5.0	5.0	5.5	6.4
Transferências de EP	0.0	0.4	0.0	0.0
Despesas totais	34.7	36.1	35.8	46.4
Despesas correntes	21.7	21.8	21.5	23.0
Juros da dívida prog.	1.3	1.1	1.0	1.3
Desp. de capital	13.0	14.4	14.3	23.4
Saldo corrente	5.3	6.3	2.2	2.8
Saldo global	-2.4	-2.6	-6.4	-14.0

Fontes: FMI e Min. Fin. de Cabo Verde.

O esforço de angariação de fundos para infra-estruturas encontrou eco nos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, reflectindo-se no crescimento dos donativos em 19% em 2009, em termos nominais, vertido sobretudo em apoio directo ao orçamento.

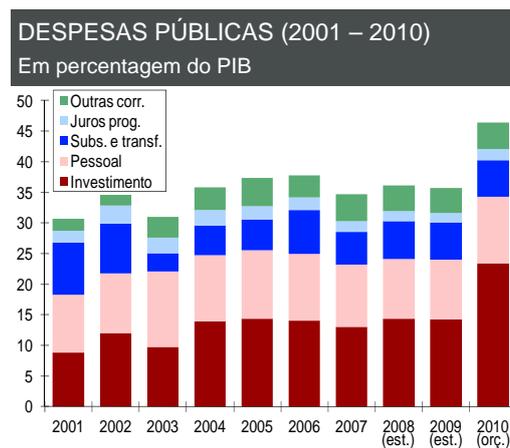
A dificuldade na arrecadação das receitas ficou patente nos primeiros meses de 2009, levando as autoridades cabo-verdianas a efectuar uma alteração do Orçamento de Estado em Março, assumindo um valor superior ao inicial para o défice global. Foram introduzidas medidas de contenção de algumas despesas correntes, sobretudo ao nível dos fornecimentos e serviços, e, em contrapartida, efectuado um reforço do programa de investimento público, como primeiro esforço de estímulo à economia.

**Gráfico II.2.6.**



Fontes: Min. Fin. de Cabo Verde e FMI

**Gráfico II.2.7.**

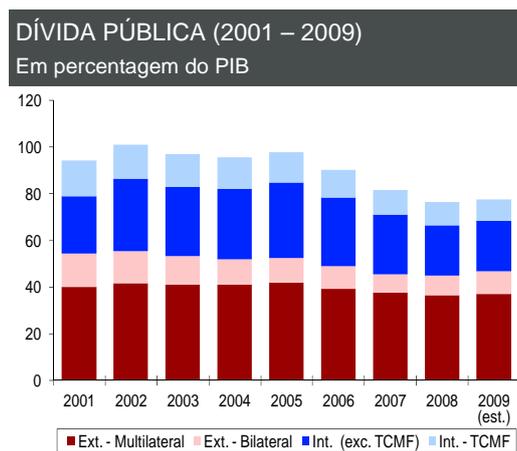


Os valores apurados no final do ano denotam contudo um decréscimo do peso das despesas totais no PIB, para 35.8%, (-0.3 p.p.), dada a ocorrência de atrasos na implementação de alguns projectos, a qual limitou o grau de execução das despesas de investimento. Verificou-se, no entanto,

uma subida das despesas com o pessoal, com a actualização de carreiras e a contratação de funcionários para os sectores da saúde, segurança e educação.

O financiamento do défice público em 2009 recorreu quer a fontes internas, de onde se salienta o recurso do Estado ao sistema bancário (ao invés do que vinha acontecendo desde 2005), quer externas. Esta última componente evidenciou um crescimento assinalável, com o volume de desembolsos a aumentar 60% em termos nominais, induzindo a subida da dívida externa para 46.7% do PIB (+1.8 p.p.).

**Gráfico II.2.8.**



Face à necessidade de proceder à adopção de políticas anti-cíclicas, as autoridades cabo-verdianas voltaram a incluir no Orçamento do Estado para 2010 um vasto programa de investimentos orientados para a promoção do desenvolvimento económico de longo prazo. A ser integralmente cumprido, este programa provocará um forte crescimento das despesas de investimento, agravando o défice orçamental para 14.0% do PIB. Espera-se, no entanto, que a prevista dinamização da economia conduza ao crescimento das receitas fiscais e não fiscais e que se mantenha a capacidade de mobilização dos parceiros de desenvolvimento, traduzindo-se num aumento importante dos donativos em 2010.

## II.2.5. Situação Monetária e Cambial

A massa monetária registou em 2009 uma redução do seu ritmo de crescimento, para 3.3% (7.9% no ano anterior), conjugando principalmente a degradação da posição externa líquida do sistema – decorrente da diminuição dos activos líquidos sobre o exterior do BCV e do aumento das suas responsabilidades de longo prazo – e a evolução do agregado “Outras rubricas líquidas”.

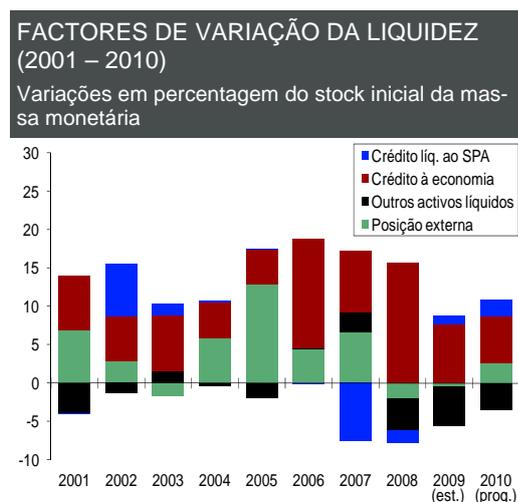
Apesar de a uma cadência claramente inferior aos anos anteriores, o crédito à economia cresceu 11.8% no ano transacto, tendo sido sobretudo dinamizado pelo crédito a particulares (habitação e outros fins, classe preponderante, representando 54% do total) e pelos serviços prestados às empresas (sobretudo em operações com imóveis). Por outro lado, as necessidades acrescidas de financiamento do Estado em 2009 induziram o crescimento do crédito líquido ao SPA, invertendo a tendência de diminuição que se registava desde 2005.

O menor ritmo de crescimento da massa monetária tem vindo a ser acompanhado por alguma redução da liquidez bancária, patente na contínua diminuição das aplicações em títulos do banco central (Títulos de Intervenção Monetária – TIM – e Títulos de Regularização Monetária – TRM),

cujo saldo vivo atingiu CVE 3 mil milhões em Dezembro de 2009 (CVE 9 mil milhões registados em Março) e no aumento da preferência por aplicações de curto prazo (TRM e Facilidade de Absorção). Verificou-se também alguma dinamização do mercado monetário interbancário, tradicionalmente pouco utilizado, com o registo de operações efectuadas a taxas entre 6.5% e 7.25% ao longo de 2009 (taxa média de 7.1%), tendência que se manteve nos primeiros meses de 2010, embora a taxas mais reduzidas (média de 6%).

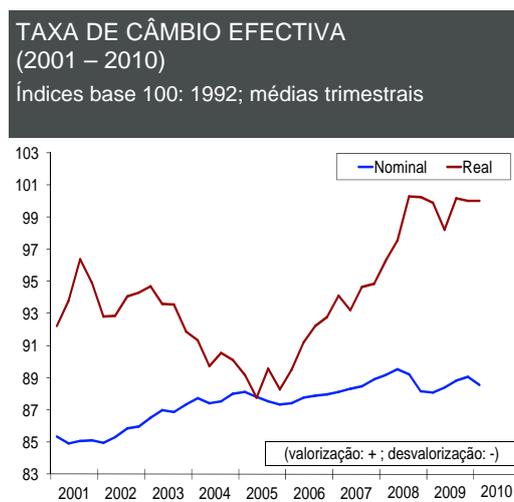
De realçar ainda a manutenção da política de redução dos montantes vivos de Bilhetes do Tesouro, acompanhada por um aumento continuado das taxas de emissão a partir de Maio de 2009, atingindo 3.94% em Abril de 2010 (subida de cerca de 50 p.b.).

**Gráfico II.2.9.**



Fontes: Banco de Cabo Verde e FMI

**Gráfico II.2.10.**



Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do BP

Neste contexto, a autoridade monetária, mantendo a sua actuação orientada para a defesa do regime cambial e para o cumprimento das metas fixadas no programa assinado com o FMI ao abrigo do PSI optou, ao longo de 2009, por não introduzir alterações nos seus principais instrumentos, para além do ajustamento efectuado ao coeficiente de reservas de caixa em Fevereiro.

Apesar da redução do volume de reservas externas do BCV, a subida do indicador de sustentabilidade das reservas proporcionou uma margem de manobra acrescida, que possibilitou a redução em Janeiro de 2010 da taxa de referência do banco central em 1 p.p. para 4.25%, estreitando o diferencial face às taxas praticadas na área do euro.

O peso da circulação nos meios de pagamento mantém desde 1999 a sua trajectória descendente, representando 7.9% do total no final de 2009 (16.5% naquele ano). Tal como em 2008, registou-se no ano findo uma redução dos depósitos à ordem em moeda nacional, com substituição por depósitos a prazo igualmente em CVE, para o que terá contribuído a subida de quase 30 p.b. ao longo do ano nas taxas praticadas pelos bancos para os prazos mais alargados.

A programação monetária efectuada para 2010 aponta para uma aceleração do ritmo de expansão da massa monetária, conjugando a recuperação da dinâmica do crédito à economia com a acumulação de reservas externas e um novo ímpeto do recurso por parte do Estado ao financiamento interno junto do sistema bancário.

## Quadro A.II.2.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2006 - 2010

	Unidades	2006	2007	2008	2009		2010	
					Prog.	Est.	Prog.	Est.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>								
PIB p.m.	milhões de EUR	883	973	1049	1292	1131	1218	
	t. var. real	10.1	8.6	5.6	3.5	3.0	4.1	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	5.8	4.0	6.7	2.2	-0.4	2.2	2.0 <i>Mai.</i>
	t. var. média	4.8	4.4	6.8	1.5	1.0	1.5	-0.2 <i>Mai.</i>
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>								
Receitas totais	% PIB	33.2	32.2	33.5	30.8	29.3	32.4	
Donativos	% PIB	6.5	5.0	5.0	5.2	5.5	6.4	
Despesas totais	% PIB	37.7	34.7	36.1	40.0	35.8	46.4	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-4.5	-2.4	-2.6	-9.2	-6.4	-14.0	
Sem donativos	% PIB	-11.0	-7.4	-7.6	-14.4	-11.9	-20.4	
Dívida interna	% PIB	41.4	36.4	31.6		30.9		
dq: TCMF <sup>(a)</sup>	% PIB	11.7	10.6	9.8		9.1		
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>								
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	-0.3	-25.5	-8.1	5.5	6.9	11.7	
Crédito à economia	t. var. anual	30.1	15.5	28.7	13.5	11.8	8.8	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	18.7	9.7	7.9	7.7	3.3	7.5	
<b>TAXAS DE JURO <sup>(b)</sup></b>								
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4.28	4.16	4.15		4.14		
Redesconto	taxa anual	8.50	8.50	7.50		7.50	7.50 <i>Abr.</i>	
Cedência de liquidez	taxa anual	7.50	7.50	8.25		8.25	7.25 <i>Abr.</i>	
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	3.00		3.40		3.59	3.94 <i>Abr.</i>	
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>								
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	7.7	-15.3	41.3	-32.8	-21.5	18.0	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	27.5	32.7	11.7	-13.5	-13.2	14.2	
Balança corrente	% PIB	-7.4	-14.7	-13.1	-14.1	-9.9	-21.8	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-13.3	-19.8	-19.9	-20.9	-17.5	-28.1	
Balança corrente e de capital	% PIB	-5.8	-12.7	-11.3	-12.1	-8.1	-16.8	
Reservas oficiais	meses import. <sup>(d)</sup>	3.6	4.1	4.2	4.2	4.5	3.9	3.9 <i>Mar.</i>
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>								
Valor total	milhões de EUR	431.1	441.3	470.5		527.9		
	% PIB	48.8	45.4	44.9		46.7		
	% exportações <sup>(d)</sup>	113.3	105.9	97.2		121.3		
Serviço da dívida	% exportações <sup>(d)</sup>	5.9	5.1	4.1		6.0		
<b>TAXAS DE CÂMBIO (médias)</b>								
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 <i>Abr.</i>
Nominal CVE/USD	t. média	87.9	80.6	75.3	84.2	79.4	83.0	82.5 <i>Abr.</i>
ITCE nominal (base 100: 1992) <sup>(c)</sup>	t. var. anual	0.1	0.8	0.6		-0.5	-0.8 <i>Abr.</i> <sup>(e)</sup>	
ITCE real (base 100: 1992) <sup>(c)</sup>	t. var. anual	3.1	3.0	4.7		1.0	-0.9 <i>Abr.</i> <sup>(e)</sup>	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); (c) Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2000/04 (valorização: +; desvalorização: -); (d) Importações e exportações de bens e serviços; (e) Variação face a Dezembro anterior.

**Quadro A.II.2.2.**
**PRODUTO INTERNO BRUTO, 2006 - 2010**

Preços correntes, em milhões de CVE

	2006	2007	2008 Est.	2009 Est.	2010 Proj.
Sector primário	8120	7722	7847	11685	14252
Agricultura, pecuária e silvicultura	6895	6702	6901	10662	13178
Pesca	1225	1020	946	1023	1075
Sector secundário	15618	16803	20238	21316	22597
Indústria e energia	6550	6685	8358	9814	10513
Construção	9067	10118	11880	11502	12084
Sector terciário	65989	74810	79094	83902	89136
Comércio	17422	20034	21007	21962	23005
Hotéis e restaurantes	3072	4599	4913	5596	6110
Transportes e comunicações	20555	22360	23611	23590	25165
Banca e seguros	4179	5399	6411	7594	8001
Habitação	5695	6145	6646	7119	7568
Administração pública	12521	13134	13161	14505	15463
Outros serviços	2546	3138	3345	3537	3825
Serviços bancários <sup>(a)</sup>	-3323	-4741	-5551	-5946	-6251
Impostos sobre importações	10981	12658	14022	13798	14545
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)</b>	<b>97384</b>	<b>107252</b>	<b>115650</b>	<b>124755</b>	<b>134280</b>
Consumo	99109	105657	105174	116324	126776
Público	19002	21573	23358	24185	31283
Privado	80107	84084	81816	92138	95494
Investimento	37051	50385	60151	55819	68840
Formação bruta de capital fixo	37646	49812	60151	55819	68840
Variação de existências	-595	573	0	0	0
Procura interna	136159	156042	165326	172143	195616
Exportações de bens e serviços	19401	22250	25852	22462	24125
Procura global	155560	178292	191178	194605	219741
Importações de bens e serviços	58176	71040	75528	69849	85461
<i>Para memória:</i>					
Poupança interna bruta	-1724	1595	10476	8431	7503
PIBpm nominal (milhões de EUR)	883.2	972.7	1048.8	1131.4	1217.8
PIBpm nominal (milhões de USD)	1107.6	1330.4	1535.1	1482.3	1617.8
Deflator do PIB (variação anual em %)	2.6	1.4	2.1	4.7	3.4
PIB nominal (variação anual em %)	13.0	10.1	7.8	7.9	7.6
PIB real (variação anual em %)	10.1	8.6	5.6	3.0	4.1

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de actividade.

## Quadro A.II.2.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2001 - 2010 <sup>(a)</sup>

Em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	--	4.14	3.35
2002	Dezembro	--	2.98	1.88
2003	Dezembro	--	-2.28	1.19
2004	Dezembro	--	0.61	-1.89
2005	Dezembro	--	1.80	0.40
2006	Dezembro	--	5.81	4.85
2007	Dezembro	--	3.97	4.40
2008	Dezembro	--	6.69	6.78
2009	Dezembro	--	-0.37	0.98
2008	Janeiro	0.59	3.13	4.48
	Fevereiro	0.68	4.36	4.50
	Março	0.78	4.43	4.64
	Abril	1.45	5.84	4.90
	Mai	0.00	5.94	5.13
	Junho	1.52	7.01	5.55
	Julho	1.40	7.98	5.90
	Agosto	0.55	8.14	6.06
	Setembro	0.83	9.25	6.17
	Outubro	1.18	10.22	6.41
	Novembro	-1.89	8.24	6.62
	Dezembro	-0.55	6.69	6.78
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	2.60	3.60
2009	Janeiro	-0.18	5.87	7.01
	Fevereiro	0.83	6.03	7.14
	Março	-1.01	4.15	7.10
	Abril	-0.93	1.71	6.74
	Mai	0.19	1.90	6.39
	Junho	-0.28	0.09	5.79
	Julho	0.56	-0.74	5.05
	Agosto	0.65	-0.64	4.30
	Setembro	0.28	-1.18	3.42
	Outubro	-0.83	-3.15	2.31
	Novembro	0.28	-1.01	1.55
	Dezembro	0.09	-0.37	0.98
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	1.00	1.40
2010	Janeiro	0.28	0.09	0.52
	Fevereiro	0.28	-0.46	0.00
	Março	0.28	0.83	-0.26
	Abril	0.37	2.15	-0.22
	Mai	0.00	1.96	-0.22
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	2.22	1.47

**Fontes:** Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** (a) Série revista, a partir de Julho de 2000, para incorporar uma nova ponderação das propinas escolares. Foi adoptada, em Janeiro de 2008, uma nova estrutura de consumo e um novo cabaz de bens e serviços no cálculo do IPC, inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias realizado entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002.

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

## Quadro A.II.2.4.

## BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2006 - 2010

Em milhões de CVE

	2006	2007	2008	2009		2010	
				Proj.	Est.	Proj.	Jan-Mar
<b>1. CONTA CORRENTE</b>	-7214	-15787	-15154	-17540	-12303	-29213	-2085
Balança comercial	-40694	-53243	-53741	-53813	-49939	-59335	-11689
Exportações (f.o.b.) <sup>(a)</sup>	8429	6545	8643	6489	7144	8812	2233
Importações (f.o.b.)	-49123	-59788	-62384	-60302	-57083	-68147	-13922
Balança de serviços (líq.)	11612	15762	18427	17017	14294	8792	5085
Exportações	33534	39386	44724	41490	39225	40989	10216
dos quais: Transportes	10838	10177	13120		11083		3215
Turismo	17495	23495	25334	21888	21250	22081	5515
Importações	-21922	-23624	-26298	-24472	-24931	-32197	-5131
dos quais: Transportes	-11175	-10555	-11552		-9973		-2157
Turismo	-4141	-4949	-6041		-5236		-1101
Balança de rendimentos (líq.)	-3515	-2530	-3545	-5795	-4112	-5911	-482
Exportações	1675	2153	2047		1776	1689	174
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ TF <sup>(b)</sup>	0	0	0		0		0
Rendimento do TF <sup>(b)</sup> (ano anterior)	344	384	398	467	467	517	0
Importações	-5190	-4683	-5592		-5888	-7601	-656
dos quais: Juros da dívida pública programados	-522	-519	-525	-578	-398	-498	-143
Transferências correntes	25383	24224	23705	25050	27454	27241	5000
Transferências oficiais	4184	5454	7839	8476	9503	8528	1700
Transferências privadas	21199	18770	15866	16574	17951	18713	3300
das quais: Remessas de emigrantes	10887	10159	10424	11166	10236	10299	2535
<b>2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	13015	22735	25340	15991	17798	31616	4393
Conta de Capital	1540	2148	2084	2501	2203	6697	501
Transferências de capital	1540	2148	2084	2501	2203	6697	501
das quais: Perdão de dívida	0	28	0		0	0	0
Donativos para o TF <sup>(b)</sup>	0	0	0		0	0	0
Conta de Operações Financeiras	11476	20587	23257	13490	15595	24919	3893
Investimento directo	11484	15310	15668	7893	9492	9400	1767
do qual: Receitas de privatizações para o TF <sup>(b)</sup>	0	0	0		0		0
Investimento de carteira	13	290	10	500	451	451	0
Outras operações	-22	4987	7579	5097	5652	15068	2125
das quais: Desembolsos de empréstimos ao SPA	4240	4146	4299	4866	7388	18522	1955
Desembolsos para o TF <sup>(b)</sup>	0	0	0		0		0
Amortizações programadas	-1974	-1820	-1655	-2288	-1945	-2030	-249
Alimentação do TF <sup>(b)</sup>	0	0	0		0		0
<b>3. ERROS E OMISSÕES</b>	-758	172	-8285	0	-6804	0	-436
<b>4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)</b>	<b>5044</b>	<b>7120</b>	<b>1901</b>	<b>-1549</b>	<b>-1308</b>	<b>2403</b>	<b>1873</b>
<b>5. FINANCIAMENTO</b>	-5044	-7120	-1901	1549	1308	-2403	-1873
Varição das reservas oficiais (aumento: -)	-5044	-7120	-2262	1549	444	-2403	-1873
Financiamento excepcional	0	0	361	0	864	0	0
do qual: Saques sobre a Facilidade do ACC <sup>(c)</sup>	0	0	0	0	0	0	0
Reembolso progr. da Facilidade do ACC <sup>(c)</sup>	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	0	0	361	0	864	0	0
<b>6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO <sup>(d)</sup>: (4) + (5)</b>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Para memória:</i>							
Conta Corrente (em percentagem do PIB)	-7.4	-14.7	-13.1	-14.1	-9.9	-21.8	--
Conta Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-5.8	-12.7	-11.3	-12.1	-8.1	-16.8	--
Reservas oficiais (em meses de importações) <sup>(e)</sup>	3.6	4.1	4.2	4.2	4.5	3.9	3.9

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Activos Externos Líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

## Quadro A.II.2.5.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2001 - 2009

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001 a 2009
Alemanha	0.7	1.6	1.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Espanha	0.2	0.8	0.0	0.3	21.3	27.3	20.9	37.1	61.8	23.9
Holanda	0.2	0.2	0.4	0.2	0.6	0.6	0.2	0.5	0.5	0.4
Portugal	90.7	88.4	70.8	78.3	51.6	49.8	58.3	40.6	33.5	56.5
E.U.A.	6.3	4.4	22.5	19.4	12.3	1.4	1.4	0.4	1.2	6.4
Outros	2.0	4.6	5.1	1.7	14.1	20.9	19.2	21.4	3.1	12.5
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

## Quadro A.II.2.6.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2001 - 2009

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001 a 2009
Alemanha	0.6	3.9	1.0	0.9	0.7	1.1	1.4	1.6	2.3	1.5
Brasil	2.3	3.5	2.7	4.6	8.0	6.4	6.3	5.7	4.5	5.2
Espanha	3.6	3.8	2.6	3.8	7.6	5.6	4.5	7.3	9.8	6.0
E.U.A.	2.3	3.3	3.4	13.2	2.7	1.4	1.2	0.9	1.0	2.8
Holanda	14.9	18.1	20.3	13.7	15.7	15.3	16.3	17.0	16.7	16.4
Portugal	52.1	55.3	48.4	42.5	45.6	50.2	45.2	50.3	48.3	48.2
Outros	24.1	12.1	21.5	21.2	19.6	20.0	25.1	17.3	17.3	19.8
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

## Quadro A.II.2.7.

## DÍVIDA PÚBLICA, 2004 - 2009

Em milhões de CVE

	2004	2005	2006	2007	2008	2009 Est.
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL</b>	<b>42591</b>	<b>45107</b>	<b>47535</b>	<b>48664</b>	<b>51880</b>	<b>58210</b>
Credores Multilaterais	33771	36210	38171	40391	42248	46185
Credores Bilaterais	8820	8897	9364	8273	9632	12026
Governo	4623	5383	6444	5608	7375	9846
Outros	4197	3515	2920	2665	2257	2179
<b>DÍVIDA INTERNA TOTAL</b>	<b>35980</b>	<b>39309</b>	<b>40311</b>	<b>38991</b>	<b>36492</b>	<b>38519</b>
da qual: Bilhetes do Tesouro	6462	7162	7351	4285	3005	1730
Obrigações do Tesouro	17199	19897	20578	21207	20182	23870
Sector Bancário	17488	20044	19543	16082	13421	14379
Sector Não-Bancário	7304	7877	9379	11520	11682	12752
TCMF <sup>(a)</sup>	11189	11389	11389	11389	11389	11389
	(em % do PIB)					
Dívida externa total	51.9	52.3	48.8	45.4	44.9	46.7
Dívida interna total (exc. TCMF)	30.2	32.4	29.7	25.7	21.7	21.7
TCMF	13.6	13.2	11.7	10.6	9.8	9.1
Dívida interna total (inc. TCMF)	43.8	45.6	41.4	36.4	31.6	30.9
	(em % das exportações de bens e serviços)					
Dívida externa total	162.1	141.5	113.3	105.9	97.2	121.3
Serviço da dívida de médio e longo prazo	9.1	8.0	5.9	5.1	4.1	6.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Fin. de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

## Quadro A.II.2.8.

## OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2006 - 2010

Em milhões de CVE

	2006	2007	2008	2009			2010		
				Orç.	Est.	g.e. <sup>(a)</sup>	Orç.	Trim. I	g.e. <sup>(a)</sup>
1. RECEITAS TOTAIS	32357	34583	38749	43810	36588	83.5	43487	7994	18.4
1.1. Receitas orçamentais	26065	29219	32514	36439	29738	81.6	34892	7071	20.3
1.1.1. Receitas correntes	25725	28908	32421	36239	29533	81.5	34718	7057	20.3
Receitas não-tributárias	2919	2688	2835	5936	3857	65.0	5079	765	15.1
Receitas tributárias	22806	26220	29586	30302	25676	84.7	29639	6291	21.2
Impostos sobre o rendimento	6921	7655	8526	8900	8059	90.6	9067	2317	25.6
Impostos sobre a despesa	15885	18564	21060	21402	17616	82.3	20572	3974	19.3
dos quais: IVA	8439	9917	11723	12812	9747	76.1	11711	2327	19.9
1.1.2. Receitas de capital	341	311	93	200	205	102.6	174	14	8.1
1.2. Donativos	6291	5312	5740	7372	6850	92.9	8594	924	10.7
1.3. Transferências de empresas públicas <sup>(b)</sup>	0	52	494	0	0	--	0	0	--
2. DESPESAS TOTAIS <sup>(c)</sup>	36749	37200	41769	56981	44629	78.3	62336	8761	14.1
2.1. Despesas correntes <sup>(d)</sup>	23046	23237	25166	31013	26805	86.4	30898	5925	19.2
Salários e ordenados	10546	10903	11329	13581	12179	89.7	14673	3048	20.8
Bens e serviços	1776	2155	2312	3083	2344	76.0	3169	427	13.5
Subsídios e transferências	7084	5718	7122	8056	7547	93.7	7946	1680	21.1
dos quais: Combustíveis <sup>(e)</sup>	1866	429	360	360	360	--	0	0	--
Bolsas de estudo	317	356	375	457	388	--	457	83	--
Juros da dívida	1920	1880	1845	2292	1854	80.9	2512	465	18.5
Interna	1398	1360	1317	1570	1262	80.4	1727	294	17.0
Externa	522	520	528	722	592	82.0	784	170	21.7
Outras despesas	1720	2581	2557	4001	2489	62.2	2598	138	5.3
2.2. Despesas de investimento	13703	13963	16604	25968	17823	68.6	31438	2836	9.0
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	2679	5671	7256	5225	2728	--	3821	1132	--
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	3020	5982	7349	5426	2933	--	3995	1146	--
5. SALDO GLOBAL S/ Donativos: (1) - (2) - (1.2)	-10683	-7929	-8761	-20542	-14890	--	-27443	-1690	--
<b>6. SALDO GLOBAL: (1) - (2)</b> <i>(base compromissos)</i>	<b>-4392</b>	<b>-2617</b>	<b>-3021</b>	<b>-13170</b>	<b>-8041</b>	--	<b>-18849</b>	<b>-766</b>	--
7. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	0	0	0	0	12	--	0	42	--
7.1. Externos	0	0	0	0	0	--	0	0	--
7.2. Internos	0	0	0	0	12	--	0	42	--
8. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	0	0	0	0	--	0	0	--
<b>9. SALDO GLOBAL : (6) + (7) + (8)</b> <i>(base caixa)</i>	<b>-4392</b>	<b>-2617</b>	<b>-3020</b>	<b>-13170</b>	<b>-8029</b>	--	<b>-18849</b>	<b>-724</b>	--
10. FINANCIAMENTO	4392	2617	3021	13170	8029	--	18849	1364	--
10.1. Interno (líq.)	2094	-101	-225	6414	1727	--	371	-740	--
do qual: Sistema bancário	-65	-6529	-1552	1649	1212	--	2204	-799	--
Privatizações	0	2141	30	0	0	--	0	0	--
Concessão de Emp. a EP	0	0	0	-2282	-860	--	-3511	0	--
10.2. Externo (líq.)	2298	2717	3246	6756	6301	--	18479	2104	--
Desembolsos	4272	4536	5152	8884	8248	--	20592	2514	--
Amortizações	-1974	-1819	-1906	-2127	-1947	--	-2114	-409	--
11. DIF. FINANC. / DISCREPÂNCIA <sup>(f)</sup> : (9) + (10)	0	0	0	0	0	--	0	639	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); (c) Inclui despesas relativas a atrasados identificados pelo FMI nas suas missões e despesas não discriminadas; (d) Inclui valores a regularizar em 2008 e 2009; (e) Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis; (f) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

## Quadro A.II.2.9.

## SÍNTESE MONETÁRIA, 2006 - 2010

Em milhões de CVE

	2006		2007		2008		2008e/2007 (%)		2009		2009p/2008e (%)		2010		2010p/2009e (%)	
	Prog.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	[A]	[B]	Prog.	Est.	[A]	[B]	Prog.	[A]	[B]	
<b>POSIÇÃO EXTERNA</b>	25138	30879	37176	28924	-6.3	-2.1	26798	28442	-1.7	-0.5	31147	9.5	2.6			
Activos externos (líq.)	27361	32984	31184	31064	-0.4	-0.1										
Banco de Cabo Verde	21536	28632	34106	30903	7.9	2.4	30445	-1.5	-0.4							
Disp. líq. sobre o exterior	21304	28424	33898	30686	8.0	2.4	30242	-1.4	-0.4	32605	7.8	2.2				
Outros activos (líq.)	232	208	208	217	4.2	0.0	203	-6.1	0.0							
Bancos comerciais	5825	4353	281	281	-93.5	-4.3	619	119.9	0.3							
Responsabilidades de m/l prazo	-2223	-2105	-2260	-2260	7.4	-0.2	-2622	16.0	-0.4							
<b>ACTIVOS INTERNOS (líq.)</b>	61078	63729	68553	73165	14.8	10.0	83152	77010	5.3	3.8	82161	6.7	4.9			
Crédito interno total	70487	70909	78821	84224	18.8	14.1	94212	93303	10.8	8.9	102054	9.4	8.3			
Crédito líquido ao S.P.A.	25632	19103	19460	17551	-8.1	-1.6	18517	18763	6.9	1.2	20967	11.7	2.1			
dq: Crédito líq. ao Gov. central	15393	8887	8698	6806	-23.4	-2.2	7808	14.7	1.0							
Crédito s/ o <i>Trust Fund</i> (a)	11038	11038	11038	11038	0.0	0.0	11038	11038	0.0	0.0	11038	0.0	0.0			
Crédito à economia	44839	51800	59355	66673	28.7	15.7	75696	74540	11.8	7.7	81087	8.8	6.2			
Empresas públicas	634	543	563	282	-48.0	-0.3	189	-33.1	-0.1							
Sector privado	44205	51257	58793	66390	29.5	16.0	74351	12.0	7.8							
Crédito às IFNM	16	6	6	0	-95.4	0.0	0	0	0							
Outras rubricas (líq.)	-9409	-7180	-10269	-11059	-54.0	-4.1	-11060	-16293	-47.3	-5.1	-19893	-22.1	-3.4			
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	86216	94608	105729	102089	7.9	--	109950	105452	3.3	--	113308	7.5	--			
<b>MASSA MONETÁRIA</b>	86216	94608	105729	102089	7.9	7.9	109950	105452	3.3	3.3	113308	7.5	7.5			
<i>pro memoria: Base monetária</i>	21842	23948	27019	25952	8.4	--	26830	--	--							
Circulação monetária	7731	8399	9246	8713	3.7	--	8362	--	--							
Depósitos à ordem em m/n	28123	31940	35833	33458	4.8	--	32495	--	--							
Quase-moeda	50362	54268	60650	59918	10.4	--	64595	--	--							
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	86216	94608	105729	102089	7.9	--	109950	105452	3.3	--	113308	7.5	--			

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

[A] Variação face ao final do ano anterior; [B] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

**Quadro A.II.2.10.**

**TAXAS DE JURO, 2006 - 2010**

	Dez-06	Dez-07	Dez-08	Mar-09	Jun-09	Set-09	Dez-09	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10
<b>Taxas activas</b>											
De 7 a 30 dias	8.53	12.84	11.59	12.74	12.90	13.00	12.99				
De 31 a 90 dias	9.64	9.79	11.80	11.04	12.50	12.41	12.09				
De 91 a 180 dias	10.51	10.78	10.17	10.62	11.19	10.77	11.26				
De 181 dias a 1 ano	8.14	9.83	9.33	8.70	8.63	9.22	9.30				
De 1 a 2 anos	12.43	11.81	11.82	11.52	11.16	10.58	10.69				
De 2 a 5 anos	12.29	12.03	11.15	10.83	10.95	10.80	10.84				
De 5 a 10 anos	11.35	10.71	10.27	10.02	9.90	10.11	10.20				
Superior a 10 anos	10.92	10.77	10.43	10.22	10.12	10.22	10.12				
Descoberto	15.34	16.04	15.38	15.63	14.63	15.13	14.95				
<b>Taxas passivas</b>											
<b>Residentes</b>											
De 7 a 30 dias	4.28	4.10	3.06	4.37	3.04	3.05	3.01				
De 31 a 90 dias	3.15	3.05	2.83	2.61	2.87	2.84	3.40				
De 91 a 180 dias	3.81	3.69	3.85	3.87	3.87	4.00	4.26				
De 181 dias a 1 ano	4.28	4.16	4.15	4.15	4.28	4.28	4.14				
De 1 a 2 anos	4.29	4.17	4.19	4.36	4.45	4.48	4.47				
<b>Não Residentes</b>											
De 7 a 30 dias	2.86	2.25	2.21	1.82	1.38	2.56	1.62				
De 31 a 90 dias	3.36	3.56	3.81	2.20	1.99	1.72	1.81				
De 91 a 180 dias	3.63	3.99	3.99	3.40	3.23	3.09	3.52				
De 181 dias a 1 ano	4.12	4.31	4.19	4.14	4.08	3.89	3.96				
De 1 a 2 anos	4.23	4.08	4.14	4.47	4.65	4.65	4.59				
<b>Emigrantes</b>											
De 7 a 30 dias	3.28	3.70	3.42	3.48	3.49	3.48	3.49				
De 31 a 90 dias	3.48	3.41	3.43	3.37	3.46	3.44	3.48				
De 91 a 180 dias	4.14	4.20	4.13	4.18	4.08	4.12	4.08				
De 181 dias a 1 ano	4.56	4.33	4.32	3.89	3.90	3.87	3.71				
De 1 a 2 anos	4.53	4.36	4.25	4.62	4.55	4.45	4.44				
<b>Taxas de referência</b>											
<b>Instrumentos do BCV</b>											
Redesconto	8.50	8.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50
Cedência de liquidez	7.50	7.50	8.25	8.25	8.25	8.25	8.25	7.25	7.25	7.25	7.25
Absorção de liquidez	1.00	1.00	2.75	2.75	2.75	2.75	2.75	1.75	1.75	1.75	1.75
<b>Bilhetes do Tesouro</b>											
91 dias	3.000		3.404	3.559	3.438	3.500	3.594	3.625	3.625		3.938
182 dias	2.998	3.492									
364 dias	3.063	3.492									
<b>Para memória:</b>											
<i>Inflação (t.v. homóloga no mês)</i>	<i>5.81</i>	<i>3.97</i>	<i>6.69</i>	<i>4.15</i>	<i>0.09</i>	<i>-1.18</i>	<i>-0.37</i>	<i>0.09</i>	<i>-0.46</i>	<i>0.83</i>	<i>2.15</i>

Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: As taxas activas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efectivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos/aplicações relativos às operações activas/passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

**Quadro A.II.2.11.****TAXAS DE CÂMBIO, 2001 - 2010**

Taxas médias

	CVE/USD	ITCE <sup>(a)</sup>	
		(base 100: 1992)	
		Nominal	Real
2001	123.21	85.10	94.33
2002	117.26	85.51	93.51
2003	97.80	86.93	93.44
2004	88.74	87.69	90.43
2005	88.65	87.70	88.71
2006	87.93	87.77	91.43
2007	80.62	88.47	94.21
2008	75.34	89.03	98.60
2009	79.38	88.59	99.58
2008			
Janeiro	74.95	89.05	95.97
Fevereiro	74.78	89.07	96.49
Março	71.14	89.47	96.41
Abril	69.94	89.61	97.59
Maio	70.88	89.50	97.05
Junho	70.96	89.49	98.10
Julho	69.90	89.62	99.97
Agosto	73.39	89.22	100.43
Setembro	76.65	88.87	100.45
Outubro	82.47	88.27	101.22
Novembro	86.60	87.88	99.54
Dezembro	82.36	88.29	100.03
2009			
Janeiro	82.89	88.23	100.23
Fevereiro	86.20	87.92	100.53
Março	84.77	88.05	98.92
Abril	83.57	88.17	97.90
Maio	81.08	88.41	98.44
Junho	78.78	88.64	98.32
Julho	78.28	88.70	99.51
Agosto	77.32	88.80	100.40
Setembro	75.82	88.95	100.62
Outubro	74.46	89.10	99.90
Novembro	73.99	89.15	100.09
Dezembro	75.37	89.00	100.07
2010			
Janeiro	77.11	88.82	100.50
Fevereiro	80.51	88.47	100.19
Março	81.20	88.40	99.35
Abril	82.53	88.27	99.18

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva, baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2000/04 (valorização: +; desvalorização: -).



## GUINÉ-BISSAU



Área: 36 125 Km<sup>2</sup>

Capital: Bissau

População: 1.6 milhões (2009)

Moeda: Franco CFA



### II.3.1. Síntese

Após um extenso período de instabilidade política, de novo agravada, no início de 2009, com o assassinato do Presidente, a situação sociopolítica na Guiné-Bissau tem vindo a normalizar-se, para o que contribuíram o reforço da presença da ONU no território e a eleição do novo Presidente em finais de Julho de 2009.

Apesar de um enquadramento externo e de uma situação política difíceis, a Guiné-Bissau registou, ao longo dos últimos dois anos, um progresso significativo na estabilização das condições económicas, tendo para tal beneficiado da concessão de fundos ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito (EPCA, na terminologia inglesa) do FMI. O desempenho favorável no âmbito deste programa, que contemplou reformas destinadas à recuperação da estabilidade orçamental, ao reforço institucional nas áreas da administração tributária e da gestão da despesa pública e à regularização das relações com os doadores, levou o FMI a aprovar um programa ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF) em Maio do corrente ano.

#### Quadro II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2007 - 2010)				
	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
PIB real (t.v. anual)	2.7	3.5	3.0	3.5
Inflação (t.v.a. média)	4.6	10.5	-1.6	2.5
Massa monetária (t.v.a.)	25.9	20.8	23.6	6.0
Balança corrente (% PIB)	5.2	2.4	1.6	-1.3
Saldo orçamental (% PIB)	-6.0	-3.8	1.8	-3.2
Dívida externa (% PIB)	152.3	125.3	125.0	28.4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau e FMI

A evolução macroeconómica da Guiné-Bissau continua afectada pela elevada dependência do sector primário, em particular no que respeita à produção da castanha de caju, responsável por cerca de 95% das exportações. Esta situação torna a economia bastante vulnerável a choques externos que afectem o mercado internacional daquele produto, com efeitos sobre os termos de troca do país, o crescimento económico (de 3.0%, em termos reais, em 2009) e as contas externas. Com efeito, o ligeiro abrandamento do nível de crescimento económico e o agravamento das contas externas em 2009 reflectiram a diminuição do preço da castanha de caju, efeito parcialmente compensado pelo impacto de uma boa colheita.

A continuação dos esforços de consolidação das finanças públicas, nomeadamente através do congelamento de despesas correntes e do reforço do montante de donativos, esteve na origem da melhoria registada no saldo orçamental, tendo este registado, em 2009, um valor positivo de 1.8% do PIB. A execução orçamental beneficiou ainda de uma captação de receitas correntes superior ao esperado. Esta evolução favorável deverá contudo, inverter-se em 2010, em virtude essencialmente de um aumento previsto das despesas de capital e de uma redução do montante de donativos.

De registar ainda a redução substancial da taxa de inflação em 2009 (para -1.6%), consequência da dissipação do efeito do aumento dos preços dos bens alimentares que, ao longo de 2008, condicionou a evolução do nível de preços no consumidor e conduziu a uma subida da inflação para

valores não observados desde a adesão da Guiné-Bissau à União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA).

Em termos monetários, o país mantém um baixo nível de intermediação financeira, como atesta o elevado peso da circulação no total da massa monetária (superior a 60% no final de 2009). A continuidade do processo de estabilização socioeconómica tem vindo a permitir a expansão do papel do sistema bancário no financiamento da economia, sendo reflexo disso o crescimento continuado do crédito à economia ao longo dos últimos anos.

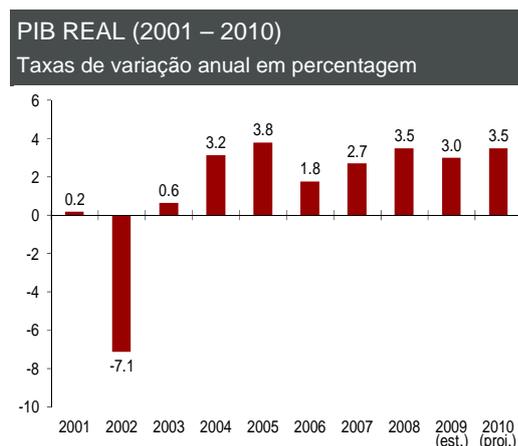
A sustentabilidade da dívida externa da Guiné-Bissau continua a constituir um factor de preocupação. Esta situação poderá melhorar substancialmente com a obtenção de alívio da dívida no âmbito da iniciativa *Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) e da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI). Neste sentido, a Guiné-Bissau tem vindo a efectuar progressos na normalização das relações com os credores internacionais e prevê-se que possa vir a atingir o ponto de conclusão da HIPC no final de 2010.

Para este ano, espera-se ainda um crescimento real do PIB de 3.5%, alicerçado na recuperação prevista da economia mundial, com reflexo no aumento da procura internacional de castanha de caju.

### II.3.2. Procura, Produção e Preços

Dadas as condicionantes que têm marcado a evolução da estrutura produtiva guineense, o ritmo de crescimento da actividade económica tem-se mostrado bastante moderado, comparativamente à média do continente africano. Em 2009, verificou-se, uma ligeira redução no crescimento real do produto, que evoluiu a 3.0%, o que se deveu essencialmente à redução das exportações, por via da diminuição do preço da castanha de caju. Espera-se uma aceleração da actividade económica em 2010 para uma taxa de 3.5%, resultante da recuperação prevista da economia global, com um impacto positivo sobre o nível dos termos de troca e o preço internacional da castanha de caju.

**Gráfico II.3.1.**



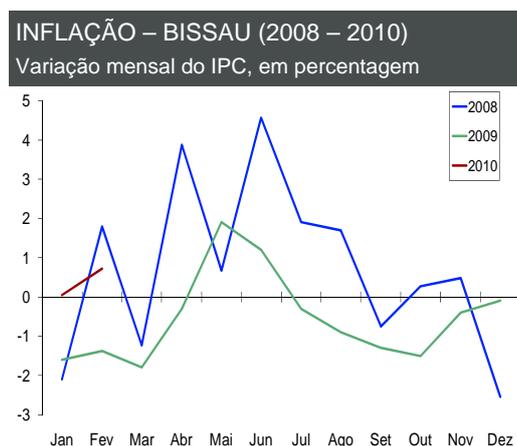
Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Em termos sectoriais, o crescimento económico registado resultou, sobretudo, da actividade do sector primário (incluindo agropecuária, silvicultura e pescas).

A taxa de inflação, após o declínio do nível de preços em 2009, deverá voltar a registar valores positivos e moderados (2.5%) em 2010. De notar que a integração na UEMOA e a limitada pres-

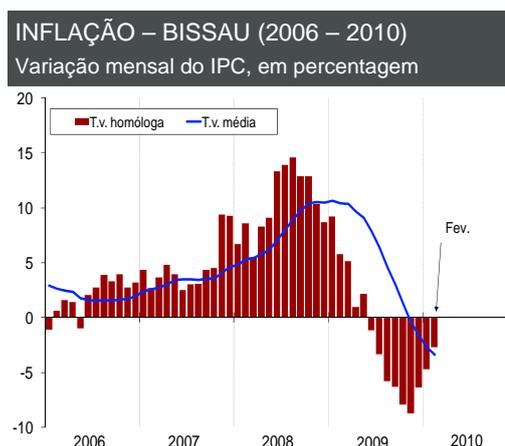
são da procura interna tinham permitido manter, ao longo dos últimos anos, as taxas de inflação contidas na Guiné-Bissau (bem como em toda a zona do Franco CFA). Esta estabilidade foi, contudo, interrompida em 2008 devido à forte pressão exercida pelos preços dos bens alimentares que acabou por determinar um aumento do ritmo de crescimento dos preços naquele ano de 10.5%. A taxa de inflação negativa registada em 2009 reflecte a normalização dos preços dos produtos alimentares.

Gráfico II.3.2.



Fontes: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Gráfico II.3.3.



### II.3.3. Contas Externas

Não obstante a boa colheita da castanha de caju em 2009, a quebra do preço daquele produto nos mercados internacionais acabou por se reflectir no comportamento negativo das contas externas. Assim, o saldo da balança corrente reduziu-se para 1.6% do PIB, o que compara com 2.4% positivos em 2008. O aumento do défice na balança de serviços e rendimentos foi outro factor que condicionou o desempenho das contas externas. Para 2010 prevê-se um défice da balança corrente de 1.3% do PIB resultante essencialmente da redução das transferências correntes.

Quadro II.3.2.

#### BALANÇA DE PAGAMENTOS (2007 - 2010)

Em percentagem do PIB

	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
Balança corrente	5.2	2.4	1.6	-1.3
Balança comercial	-4.1	-2.6	-3.6	-3.1
Exportações	10.6	13.9	13.0	13.5
Importações	-14.7	-16.5	-16.5	-16.6
Serviços e rendimentos	-6.6	-5.8	-6.3	-6.4
Transferências correntes	15.9	10.7	11.5	8.1
Bal. de capital e financeira	-6.7	-3.1	-3.1	0.4
Endividamento líquido	0.0	-0.4	0.5	-85.4
Transf. Capital e IDE	5.3	5.7	10.4	96.8
Capitais c-p, Erros e Omissões	-12.0	-8.4	-13.9	-11.0
Balança global	-1.5	-0.7	-1.6	-0.9

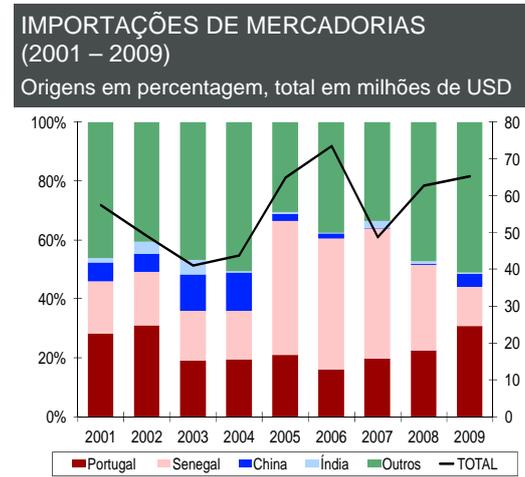
Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau e FMI

A inclusão, em 2010, dos montantes previstos para o alívio de dívida, resultantes da esperada obtenção do ponto de conclusão da iniciativa *Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) e da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI), induzirá uma melhoria na balança de capitais e financeira. Apesar do agravamento projectado da balança corrente, o efeito do alívio de dívida deverá determinar uma redução do défice global para 0.9% do PIB.

Gráfico II.3.4.

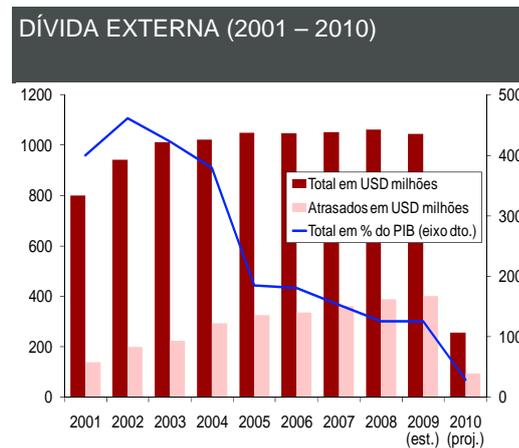


Gráfico II.3.5.



Em termos de distribuição geográfica, a Índia continua a ser o principal mercado para as exportações de castanha de caju. Portugal têm vindo a reforçar a sua posição enquanto fornecedor, ultrapassando pela primeira vez o Senegal enquanto origem das importações da Guiné-Bissau.

Gráfico II.3.6.



A sustentabilidade da dívida externa da Guiné-Bissau continua a ser um factor preocupante na situação macroeconómica. Este quadro deverá melhorar substancialmente com o acesso da Guiné-Bissau ao alívio da dívida proporcionado pela obtenção do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC e da MDRI, como atestam as projecções apresentadas pelo FMI.

Com efeito, o país tinha atingido o ponto de decisão da HIPC em 2000, o que implicaria um alívio equivalente a 85% do valor em dívida. No entanto, o apoio dos doadores foi descontinuado, na sequência da interrupção do programa acordado com o FMI ao abrigo da PRGF. A Guiné-Bissau tem vindo a efectuar progressos na normalização das relações com os credores internacionais e prevê-se que possa vir a atingir o ponto de conclusão da HIPC no final de 2010, dado o desempenho satisfatório do programa em vigor ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF) do FMI.

### II.3.4. Finanças Públicas

As contas públicas da Guiné-Bissau continuaram a registar uma evolução favorável em 2009, para o que contribuiu essencialmente o aumento das receitas tributárias e a contenção das despesas correntes. Esta evolução traduz o esforço desenvolvido pelo governo na esfera orçamental, visando o aumento da capacidade de tributação e captação de receitas, a contenção de despesas não prioritárias e a melhoria da eficácia da administração pública.

**Quadro II.3.3.**

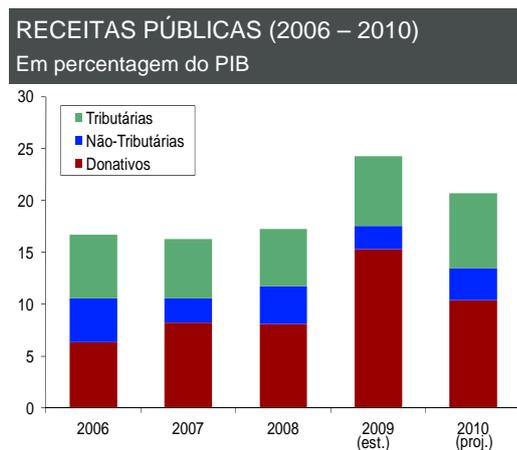
FINANÇAS PÚBLICAS				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
			Est.	Proj.
Receitas totais	16.3	17.2	24.3	20.7
Receitas correntes	8.0	9.1	9.0	10.3
Receitas não-tributárias	2.4	3.6	2.2	3.1
Receitas tributárias	5.7	5.5	6.7	7.2
Donativos	8.2	8.1	15.3	10.4
Despesas totais	22.3	21.0	22.5	23.9
Despesas correntes	14.9	13.8	12.7	13.6
Juros da dívida programada	1.8	1.9	1.2	1.3
Despesas de capital	7.4	7.2	9.7	10.3
Saldo corrente	-6.9	-4.7	-3.8	-3.3
Saldo Global	-6.0	-3.8	1.8	-3.2

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau e FMI

Com efeito, a capacidade de captação de receitas tributárias é baixa na Guiné-Bissau, quando comparada com outros países da região - as receitas tributárias têm registado em média cerca de 6% do PIB, o que compara com uma média de 15% nos países da UEMOA. O programa do governo prevê a introdução de alguns direitos alfandegários e a melhoria da administração fiscal, como forma de colmatar esta limitação.

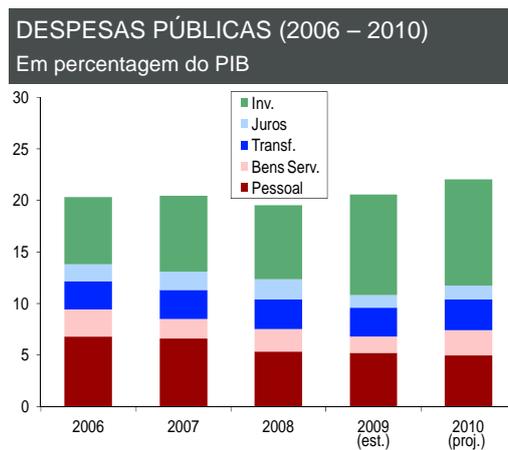
A melhoria da eficácia da administração pública constitui também uma prioridade do programa do governo. Nesse sentido está previsto um conjunto de medidas que visa essencialmente a redução do número de funcionários públicos, o controlo salarial e o aumento da produtividade através de outros incentivos, como a reestruturação das carreiras e a formação. Estas medidas são consideradas indispensáveis para libertar fundos e possibilitar a implementação de despesas prioritárias, tais como a reforma do sistema judicial e a criação de infra-estruturas básicas na área da energia, transportes e comunicação.

**Gráfico II.3.7.**



Fontes: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

**Gráfico II.3.8.**

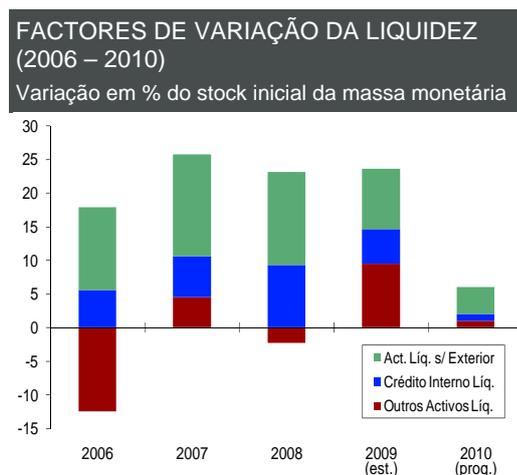


Apesar da redução das receitas correntes em 2009, na sequência do menor dinamismo da actividade económica e dos efeitos da crise internacional sobre a procura interna, foi possível acomodar um aumento das despesas de capital devido a um reforço considerável do apoio dos doadores. Como resultado, registou-se uma melhoria do saldo orçamental, passando este a excedente (para 1.8% do PIB). Esta situação deverá inverter-se em 2010, na sequência de uma diminuição do apoio dos doadores, prevendo-se que se volte a registar um défice nas contas públicas, com o saldo global a cair para -3.2% do PIB.

### II.3.5. Situação Monetária e Cambial

A massa monetária denotou em 2009 um crescimento de 23.6%, que decorreu sobretudo do aumento do crédito à economia, mas também de um aumento dos activos líquidos sobre o exterior por parte do banco central.

**Gráfico II.3.9.**

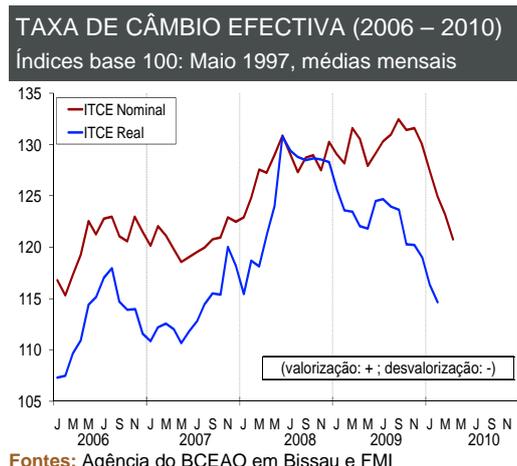


Fontes: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

A circulação monetária mantém-se preponderante na estrutura dos meios de pagamento, representando cerca de 60% do total, o que revela o baixo nível de intermediação financeira. Esta característica do sector financeiro guineense é, aliás, comum a toda a zona da UEMOA e traduz essencialmente a limitada integração financeira da região, a excessiva segmentação dos sistemas bancários e a pouca profundidade do mercado monetário interbancário.

Para o ano de 2010, a programação existente aponta para um crescimento de 6% da massa monetária, abaixo do verificado no ano anterior.

**Gráfico II.3.10.**



A taxa de câmbio efectiva tem vindo, desde meados de 2009, a apresentar uma depreciação sustentada, tanto em termos reais como nominais. Cálculos efectuados pelo FMI, segundo várias metodologias, demonstram que a taxa de câmbio efectiva permanece a um nível próximo da taxa de câmbio de equilíbrio, factor compatível com a relativa estabilidade (e até melhoria) das contas correntes. Assim, o mesmo estudo conclui que a competitividade das exportações dependeria principalmente de factores estruturais, relacionados com o aumento da produtividade, a diversificação das exportações e a criação de condições para atrair investimento directo estrangeiro, em detrimento de factores relacionados com a flexibilidade cambial.

## Quadro A.II.3.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2006 - 2010

	Unidades	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Prog.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>						
PIB nominal	milhões de EUR	461.2	504.7	578.4	602.3	638.5
PIB real	t. var. anual	1.8	2.7	3.5	3.0	3.5
Inflação (I.P.Consumidor)	t. var. homologa	3.2	9.3	8.7	-6.4	
	t. var. média anual	2.0	4.6	10.5	-1.6	2.5
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>						
Receitas totais	% PIB	16.7	16.3	17.2	24.3	20.7
Despesas totais	% PIB	21.9	22.3	21.0	22.5	23.9
Défice global	% PIB	-5.2	-6.0	-3.8	1.8	-3.2
Défice global sem donativos	% PIB	-11.5	-14.2	-11.9	-13.5	-13.6
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>						
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-1.4	-6.5	37.4	-44.3	2.3
Crédito à economia	t. var. anual	87.8	65.4	20.4	89.7	3.8
Massa monetária (M <sub>2</sub> )	t. var. anual	4.8	25.9	20.8	23.6	6.0
<b>TAXAS DE JURO</b>						
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Activa, a 1 ano	t. anual	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>						
Exportações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	-31.9	17.3	60.3	-9.6	13.6
Importações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	15.1	-5.2	36.7	-2.7	9.2
Balança corrente	% PIB	-10.8	5.2	2.4	1.6	-1.3
Bal. corrente s/ transf. Oficiais <sup>(a)</sup>	% PIB	-16.3	-2.4	-4.0	-6.4	-5.9
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>						
Stock total	milhões de USD	1 046	1 054	1 062	1 046	255
	% PIB	181	152	125	125	28
	% exportações <sup>(c)</sup>	1 164	926	660	639	146
Serviço da dívida	% exportações <sup>(c)</sup>	20	15	12	10	210
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>						
Nominal XOF/USD (mercado oficial)	t. média	521.9	478.7	447.8	472.2	465.6
ITCE Nominal (base 100: Maio/97) <sup>(b)</sup>	t. variação	2.0	0.2	5.9	1.8	
ITCE Real (base 100: Maio/97) <sup>(b)</sup>	t. variação	0.8	0.9	9.7	-1.9	

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Não inclui as receitas das pescas; (b) ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2000/04; (c) De bens e serviços.

## Quadro A.II.3.2.

## PRODUTO INTERNO BRUTO, 2006 - 2010

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
Sector primário	125.8	138.7	173.9	181.7	193.1
Agropecuária, silvicultura e pesca	125.8	138.7	173.9	181.7	193.1
Sector secundário	39.8	42.9	48.5	50.4	53.6
Indústria <sup>(a)</sup>	37.1	38.0	45.0	46.6	49.5
Construção	2.7	4.9	3.5	3.8	4.1
Sector terciário	123.1	135.4	141.9	147.1	155.2
Comércio, restaurantes e hotéis	60.1	69.6	73.2	75.8	80.3
Transportes e comunicações	13.5	13.8	16.0	16.4	17.5
Administração pública	17.4	17.7	18.9	20.3	21.9
Banca, seguros e outros serviços	32.0	34.4	33.8	34.6	35.5
<b>Produto Interno Bruto (custo de factores)</b>	<b>288.7</b>	<b>317.0</b>	<b>364.4</b>	<b>379.2</b>	<b>401.8</b>
Impostos indirectos	13.9	14.1	15.0	15.9	17.0
<b>Produto Interno Bruto (preços de mercado)</b>	<b>302.5</b>	<b>331.0</b>	<b>379.4</b>	<b>395.1</b>	<b>418.8</b>
Consumo	191.3	185.9			
Público	44.9	43.5			
Privado	146.4	142.4			
Investimento	19.3	27.3			
Público	11.3	18.8			
Privado	8.0	8.5			
Procura interna	210.5	213.2			
Exportações	44.8	51.3			
Procura global	255.3	264.5			
Importações	91.3	89.9			
<b>Pro memoria:</b>					
Poupança interna bruta	111.2	145.1			
PIBpm nominal (milhões de USD)	579.6	691.6	847.3	836.7	899.4
Deflador do PIBpm (var. anual em %)	-1.6	6.6	10.7	1.1	2.4
PIBpm nominal (variação anual em %)	0.1	9.4	14.6	4.1	6.0
PIBpm real (variação anual em %)	1.8	2.7	3.5	3.0	3.5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

Notas: (a) Inclui electricidade e água.

**Quadro A.II.3.3.**

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR<sup>(a)</sup>, 2001 - 2010**

Em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	-2.2	-1.9	3.3
2002	Dezembro	-2.5	2.5	3.3
2003	Dezembro	-1.8	0.7	-3.5
2004	Dezembro	0.4	2.9	0.9
2005	Dezembro	-1.4	0.3	3.3
2006	Dezembro	-1.0	3.2	2.0
2007	Dezembro	-1.1	9.3	4.6
2008	Dezembro	-2.5	8.7	10.5
2009	Dezembro	-0.1	-6.4	-1.6
2008	Janeiro	-2.1	6.7	4.8
	Fevereiro	1.8	8.6	5.3
	Março	-1.2	5.5	5.5
	Abril	3.9	8.3	5.8
	Maio	0.7	9.1	6.2
	Junho	4.6	13.4	7.1
	Julho	1.9	13.9	8.0
	Agosto	1.7	14.6	9.0
	Setembro	-0.7	12.9	9.7
	Outubro	0.3	12.9	10.4
	Novembro	0.5	10.4	10.5
	Dezembro	-2.5	8.7	10.5
2009	Janeiro	-1.6	9.2	10.6
	Fevereiro	-1.4	5.8	10.4
	Março	-1.8	5.1	10.3
	Abril	-0.3	1.0	9.7
	Maio	1.9	2.1	9.1
	Junho	1.2	-1.2	7.8
	Julho	-0.3	-3.3	6.3
	Agosto	-0.9	-5.8	4.6
	Setembro	-1.3	-6.3	2.9
	Outubro	-1.5	-7.9	1.2
	Novembro	-0.4	-8.8	-0.4
	Dezembro	-0.1	-6.4	-1.6
2010	Janeiro	0.1	-4.7	-2.7
	Fevereiro	0.7	-2.7	-3.4

**Fontes:** Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

**Notas:** (a) A partir de Janeiro de 2003, a Guiné-Bissau, no âmbito da UEMOA, passou apenas a divulgar o Índice Harmonizado de Preços.

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n do ano anterior); [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

## Quadro A.II.3.4.

**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2006 - 2010**

Em mil milhões de Francos CFA

	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Prog.
<b>Balança Corrente</b>	<b>-32.6</b>	<b>17.1</b>	<b>9.0</b>	<b>6.2</b>	<b>-5.4</b>
<i>Excluindo transferências oficiais <sup>(a)</sup></i>	<i>-49.4</i>	<i>-16.9</i>	<i>-15.3</i>	<i>-25.3</i>	<i>-24.9</i>
Balança comercial	-41.9	-13.7	-9.8	-14.1	-12.9
Exportações (f.o.b.)	31.6	35.1	52.9	51.2	56.7
das quais: Castanha de caju	29.0	34.6	51.3	49.1	54.5
Importações (f.o.b.)	-73.5	-48.8	-62.7	-65.3	-69.6
Balança de serviços e rendimentos	-27.6	-21.8	-21.9	-25.0	-26.6
dos quais: Juros programados	-4.9	-5.1	-6.0	-4.9	-4.8
Transferências Correntes	36.9	52.6	40.7	45.3	34.1
Públicas	21.6	34.1	24.3	31.5	19.5
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	10.2	17.0	16.4	28.5	13.0
das quais: Receitas das pescas	4.8	0.0	7.9	3.0	6.5
Privadas	15.3	18.5	16.4	13.8	14.6
<b>Balança de Capitais e Financeira</b>	<b>17.7</b>	<b>-22.2</b>	<b>-11.6</b>	<b>-12.4</b>	<b>1.8</b>
Endividamento	-4.6	-0.2	-1.4	1.8	-357.7
Desembolsos	8.8	11.6	11.4	12.6	4.7
Apoio à balança de pagamentos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Projectos	8.8	11.6	11.4	12.6	4.7
Amortizações programadas	-13.4	-11.8	-12.8	-10.8	-362.4
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	23.0	17.7	21.5	40.9	405.5
das quais: Alívio de dívida	5.4	5.3	4.9	5.9	372.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-0.7	-39.7	-31.7	-55.1	-46.0
<b>Balança Global</b>	<b>-14.9</b>	<b>-5.1</b>	<b>-2.6</b>	<b>-6.2</b>	<b>-3.6</b>
Financiamento	14.9	5.1	2.6	6.2	3.6
Variação das reservas oficiais <sup>(b)</sup>	3.0	-10.5	-8.6	-2.0	-3.3
Variação de atrasados (redução: -)	11.9	15.6	11.2	8.2	6.9

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Não inclui as receitas das pescas; (b) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

**Quadro A.II.3.5.**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2001 - 2009**

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001 a 2009
Cabo Verde	0.0	0.3	0.3	0.2	0.6	0.1	0.0	0.1	0.2	0.2
China	0.0	2.6	1.1	0.0	0.1	0.0	0.0	0.2	1.7	0.6
França	1.7	0.0	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.5	0.5
Gâmbia	0.0	0.3	0.4	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.1
Holanda	0.0	0.0	0.0	0.6	0.1	0.0	0.3	0.0	1.7	0.3
Índia	41.7	64.1	50.4	82.5	61.5	51.6	66.6	73.9	84.6	64.3
Portugal	3.8	4.2	2.7	0.6	1.8	0.5	0.8	0.3	3.4	1.9
Senegal	2.5	4.0	5.3	2.0	0.4	22.5	26.2	17.4	1.6	9.7
Singapura	43.8	20.6	34.9	12.9	14.9	22.8	2.3	2.1	0.1	16.3
Outros	6.5	3.9	2.6	1.1	20.5	2.4	3.7	5.9	5.9	6.1
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

**Quadro A.II.3.6.**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2001 - 2009**

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001 a 2009
China	6.3	6.2	12.4	13.0	2.3	1.6	0.2	0.4	4.4	4.2
Espanha	4.1	3.9	2.2	2.5	1.1	0.9	1.9	1.1	4.5	2.3
França	2.7	3.5	7.4	2.3	4.5	2.6	0.5	2.2	4.9	3.1
Gâmbia	3.3	3.4	2.8	2.6	1.4	7.4	1.4	2.0	1.5	2.8
Holanda	9.3	7.6	7.7	7.4	8.0	6.3	5.6	4.5	8.3	6.9
Índia	1.5	4.0	5.0	0.5	0.6	0.3	2.4	1.0	0.5	1.6
Japão	8.7	3.6	4.5	5.0	0.7	0.7	0.2	1.5	2.1	2.5
Portugal	28.3	31.0	19.0	19.4	21.0	16.1	19.7	22.4	30.8	22.7
Senegal	17.7	18.2	16.8	16.5	45.6	44.5	44.2	29.0	13.3	29.4
Outros	18.2	18.5	22.2	30.6	14.9	19.8	23.9	35.9	29.8	24.6
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

## Quadro A.II.3.7.

## DÍVIDA EXTERNA, 2006 - 2010

Em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
Dívida de médio ou longo prazo	1 045.6	1 052.8	1 060.9		
Credores multilaterais	507.5	505.8	504.0		
Credores bilaterais	538.1	547.0	556.9		
Clube de Paris	394.7	400.7	407.5		
Outros países	143.4	146.3	149.4		
Dívida de curto prazo	0.8	0.8	0.8		
<b>Dívida Externa Total</b>	<b>1 046.4</b>	<b>1 053.6</b>	<b>1 061.7</b>	<b>1 045.6</b>	<b>255.4</b>
<b>dq: Atrasados</b>	<b>336.8</b>	<b>360.1</b>	<b>388.6</b>	<b>399.8</b>	<b>92.8</b>
Dívida de médio ou longo prazo	336.0	359.3	387.8		
Credores multilaterais	36.8	37.8	39.4		
Credores bilaterais	299.2	321.5	348.4		
Clube de Paris	224.4	237.0	254.3		
Outros países	74.8	84.5	94.1		
Dívida de curto prazo	0.8	0.8	0.8		
Serviço de dívida de m/l prazo programado	18.3	16.9	18.8	15.7	367.2
Capital	13.4	11.8	12.8	10.8	362.4
Juros	4.9	5.1	6.0	4.9	4.8
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>					
Dívida externa total	1 164.2	925.5	660.3	638.7	145.9
Serviço de dívida de m/l prazo programado	20.4	14.8	11.7	9.6	209.8
Capital	14.9	10.4	8.0	6.6	207.1
Juros	5.5	4.5	3.7	3.0	2.7
<i>(em % do PIB)</i>					
Dívida externa total	180.5	152.3	125.3	125.0	28.4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Nota: Os valores de 2010 assumem o impacto do alívio de dívida da Iniciativa HIPC e da MDRI.

## Quadro A.II.3.8.

## OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2006 - 2010

Em mil milhões de francos CFA

	2006	2007	2008	2009		2010 Proj.
				Prog.	Est.	
1. Receitas Totais	50.6	53.8	65.3	113.5	95.9	86.6
1.1. Receitas correntes	31.5	26.6	34.6	29.9	35.4	43.0
Receitas não-tributárias	13.0	7.8	13.7	10.9	8.8	12.9
dq: Sector das pescas	7.2	---	---	---	---	---
Receitas tributárias	18.5	18.8	20.9	19.0	26.6	30.1
dq: Imp. s/ comércio intern.	6.8	---	---	---	---	---
dq: Imp. s/ consumo	6.6	---	---	---	---	---
1.2. Donativos	19.1	27.2	30.7	83.6	60.5	43.6
dq: Projectos	8.9	10.1	14.4	61.6	32.0	30.6
dq: Ajuda orçamental	10.2	17.0	16.4	22.0	28.5	13.0
2. Despesas Totais	66.2	73.7	79.7	120.4	88.7	100.1
2.1. Despesas correntes	46.6	49.3	52.4	51.7	50.3	56.8
Despesas c/ pessoal	20.5	21.9	20.3	22.0	20.5	20.7
Bens e serviços	7.9	6.2	8.2	7.8	6.4	10.2
Transferências	8.3	9.4	10.9	11.4	11.0	12.7
Juros da dívida programados	5.0	5.8	7.3	6.2	4.9	5.4
Outras despesas	4.9	6.0	5.7	4.3	7.5	7.8
2.2. Despesas de capital	19.7	24.4	27.3	68.7	38.4	43.3
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-15.2	-22.7	-17.8	-21.8	-14.9	-13.8
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-34.7	-47.1	-45.1	-90.5	-53.3	-57.1
<b>5. Saldo Global: (1.) - (2.)</b> <b>(base compromissos)</b>	<b>-15.6</b>	<b>-19.9</b>	<b>-14.4</b>	<b>-6.9</b>	<b>7.2</b>	<b>-13.5</b>
6. Variação de Atrasados	8.7	8.7	10.0	2.3	-0.5	-3.6
6.1. Internos	5.5	4.2	4.8	-2.0	-4.9	-7.9
6.2. Externos	3.2	4.5	5.2	4.3	4.4	4.3
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	-0.6	-1.1	-0.5	0.0	0.0	0.0
<b>8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.)</b> <b>(base caixa)</b>	<b>-7.5</b>	<b>-12.3</b>	<b>-4.9</b>	<b>-4.6</b>	<b>6.7</b>	<b>-17.1</b>
9. Financiamento	7.5	12.3	4.9	1.7	-6.7	3.7
9.1. Interno (líq.)	-1.8	8.8	-4.6	-2.4	-10.5	0.2
dq : Sistema bancário	-0.5	9.9	-4.6	-2.4	-10.5	0.2
9.2. Externo (líq.)	9.3	3.5	9.5	4.1	3.8	3.5
dq: Desembolsos	8.8	11.6	11.4	5.1	5.1	4.7
dq: Amortizações	-13.4	-11.8	-12.8	-11.4	-10.8	-362.4
dq: Alívio de Dívida	5.4	5.3	4.9	8.2	5.8	358.5
10. Diferencial de Financiamento <sup>(a)</sup>	0.0	0.0	0.0	-2.9	0.0	-13.4

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento. Em 2010, a ser coberto com recursos do FMI e/ou da UE.

## Quadro A.II.3.9.

## SÍNTESE MONETÁRIA, 2006 - 2010

Em mil milhões de francos CFA

	2006	2007	2008	2009	2010	2010p/2009e	
						Est.	Proj.
<b>Activos Líquidos s/ Exterior</b>	<b>43.2</b>	<b>51.5</b>	<b>61.0</b>	<b>68.5</b>	<b>72.6</b>	6.0	4.0
Banco Central	33.9	44.4	53.0	55.0	58.3	6.0	3.2
Bancos Comerciais	9.3	7.1	8.0	13.5	14.3	5.9	0.8
<b>Crédito Interno Total</b>	<b>18.6</b>	<b>22.0</b>	<b>28.4</b>	<b>32.7</b>	<b>33.8</b>	3.4	1.1
Crédito líquido ao SPA	12.3	11.5	15.8	8.8	9.0	2.3	0.2
Crédito concedido	16.6	16.2	20.1	...	...	...	...
Depósitos da Admin. Central	-4.3	-4.7	-4.3	...	...	...	...
Crédito à economia	6.3	10.5	12.6	23.9	24.8	3.8	0.9
Outros Activos (líq.)	-6.7	-4.2	-5.8	2.1	3.1	47.6	1.0
Total do Activo	55.0	69.2	83.6	103.3	109.5	6.0	6.0
<b>Massa Monetária (M2)</b>	<b>55.0</b>	<b>69.2</b>	<b>83.6</b>	<b>103.3</b>	<b>109.5</b>	6.0	6.0
Circulação monetária	39.7	43.8	54.1	60.6	64.2	5.9	3.5
Depósitos à ordem	13.5	20.6	24.0	42.7	45.3	6.1	2.5
Quase - moeda	1.9	4.8	5.5	...	...	...	...
Total do Passivo	55.0	69.2	83.6	103.3	109.5	6.0	6.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (A) Variação face ao período anterior; (B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

## Quadro A.II.3.10.

## TAXAS DE JURO, 2006 - 2010

Taxas anuais

	2006	2007	2008	2009	2010
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar
<b>Depósitos</b>					
Depósitos a prazo:					
Até 90 dias	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5
91-180 dias	1.8	1.8	1.8	1.8	1.8
181-365 dias	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
<b>Crédito</b>					
Até 90 dias	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0
90-180 dias	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0
181-365 dias	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0
Descoberto DO	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
<b>Operações do Banco Central</b>					
Tesouro					
Depósitos	4.3	4.3	4.3	...	...
Sistema bancário					
Taxa de desconto	4.8	4.8	4.8	4.8	4.8
<i>Pro memoria:</i>					
Inflação (t.v.h. no mês)	3.2	9.3	10.5	-6.4	...

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

**Quadro A.II.3.11.**

**TAXAS DE CÂMBIO, 2001 - 2010**

Taxas médias

	XOF/USD	ITCE <sup>(a)</sup>	
		(base 100: Maio de 1997)	
		Nominal	Real
2001	728.18	102.21	104.76
2002	695.86	106.19	109.11
2003	579.28	116.19	112.74
2004	527.53	120.96	114.25
2005	531.17	118.09	112.04
2006	521.92	120.46	112.89
2007	478.68	120.72	113.95
2008	447.78	127.85	125.05
2009	472.19	130.20	122.66
2008			
Janeiro	445.68	122.90	115.41
Fevereiro	444.78	124.83	118.71
Março	422.46	127.58	118.15
Abril	416.45	127.28	121.33
Mai	421.65	128.96	124.02
Junho	421.76	130.87	130.80
Julho	415.98	129.15	129.38
Agosto	438.22	127.29	128.79
Setembro	456.61	128.73	128.47
Outubro	493.03	128.99	128.64
Novembro	515.25	127.51	128.52
Dezembro	481.53	130.26	128.31
2009			
Janeiro	495.44	129.11	125.61
Fevereiro	513.12	128.20	123.60
Março	503.10	131.62	123.45
Abril	497.37	130.54	122.06
Mai	481.33	127.91	121.79
Junho	468.03	129.12	124.48
Julho	465.65	130.29	124.71
Agosto	459.76	131.01	123.97
Setembro	450.53	132.45	123.63
Outubro	442.76	131.39	120.29
Novembro	439.83	131.58	120.20
Dezembro	449.31	130.06	118.99
2010			
Janeiro	459.68	127.47	116.33
Fevereiro	479.35	124.91	114.64
Março	482.58	123.25	--
Abril	489.24	120.76	--

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2000/04.

# MOÇAMBIQUE



Área: 799 380 Km<sup>2</sup>

Capital: Maputo

População: 22.9 milhões (2009)

Moeda: Metical



## II.4.1. Síntese

Ainda que em abrandamento, o crescimento real do produto moçambicano manteve-se a ritmo elevado, em 2009, demonstrando a adequação das políticas implementadas e alguma capacidade de resistência do país a choques externos. A estabilização macroeconómica prosseguiu, contando com o apoio do FMI. Apesar de derrogações pontuais, o programa ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI) assinado em 2007, com a duração de três anos, foi cumprido na sua totalidade, tendo sido complementado com o acesso à *Exogenous Shocks Facility* (ESF) por um ano, para sustentação das reservas externas.

Quadro II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2007 - 2010)				
	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Prog.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	7.3	6.8	6.4	6.5
Inflação ( <i>t.v. média</i> )	8.2	10.3	3.3	9.3
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	24.2	20.3	32.6	21.0
Balança Corrente (% <i>PIB</i> )	-9.7	-11.9	-11.9	-13.6
Saldo orçamental (% <i>PIB</i> )	-3.8	-2.3	-5.4	-4.7
Dívida externa (% <i>PIB</i> )	42.2	36.5	35.1	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

Apesar da diminuição das exportações, fruto da quebra na procura internacional e da redução do preço das matérias-primas, e do menor afluxo de capitais privados, decorrentes das dificuldades sentidas por empresas moçambicanas no endividamento no exterior, as reservas externas do Banco de Moçambique registaram um reforço em 2009, passando a cobrir 5.4 meses de importações de bens e serviços (4.7 meses em 2008). Para tal concorreram as entradas relativas à mobilização da atribuição de Direitos de Saque Especiais (DSE), no âmbito da emissão geral extraordinária de DSE em 2009 por parte do FMI, e dos saques ao abrigo da ESF, para além do crescimento do investimento directo estrangeiro e do endividamento externo do sector público.

O Estado recorreu igualmente ao aumento do crédito junto do sector bancário de forma a financiar um défice orçamental mais elevado que no ano anterior (5.4% do PIB), resultante do aumento das despesas de investimento e, sobretudo, das despesas correntes, para o qual terá contribuído, entre outros factores, a introdução de um subsídio aos preços internos dos combustíveis.

Esta subsidiação dos preços dos combustíveis, por outro lado, acelerou a tendência de descida da inflação iniciada no último trimestre de 2008, por efeito da diminuição dos preços internacionais das matérias-primas. A inflação média caiu 7.0 p.p. em 2009, passando de 10.3% no final de 2008 para 3.3% em 2009. Este contexto desinflacionista permitiu a adopção de uma política monetária menos restritiva, tendo o Banco de Moçambique cortado por duas vezes, ao longo do ano, as suas taxas de referência, com propagação às taxas de juro do mercado monetário interbancário, dos Bilhetes do Tesouro e das operações bancárias a retalho.

A política monetária procurou constituir também um estímulo à economia, mostrando-se mais acomodatória, ao permitir um forte crescimento do crédito ao sector privado como substituto do acesso a financiamento externo. A conseqüente subida do crédito interno líquido, conjugada com

o reforço da posição externa líquida do sistema, acabou por induzir uma expansão da massa monetária acima do programado.

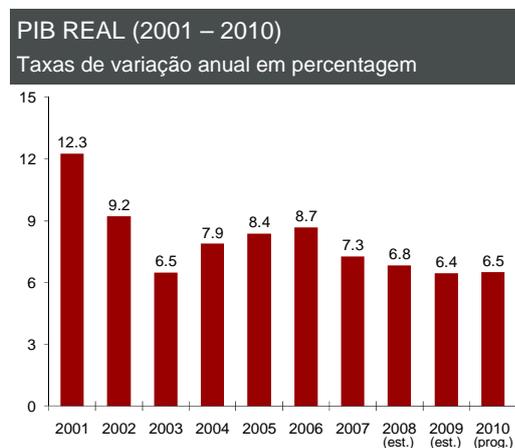
A desvalorização nominal do metical face às principais moedas de referência acentuou-se nos últimos meses de 2009, contrariando a trajectória decrescente da inflação, através da componente importada. A subida da inflação foi agravada pelo ajustamento em alta dos preços internos dos combustíveis, como resultado da eliminação do respectivo subsídio em Março de 2010, o que obrigou então o banco central a restringir a política monetária, voltando a subir as taxas de referência em Abril e Junho.

Em Junho de 2010 foi acordado um novo programa de 3 anos ao abrigo do PSI, com o objectivo da aceleração do desenvolvimento, salvaguardando a estabilidade macroeconómica. Pretende-se incentivar o desenvolvimento da iniciativa privada, fomentando o investimento público em infra-estruturas com financiamento externo, em parte não-concessional. Uma análise da sustentabilidade da dívida, elaborada pelo FMI e Banco Mundial, mostra que esta pressão adicional sobre a dívida externa tenderá a agravar os rácios de sustentabilidade da dívida, o que faz salientar a importância de melhorar a capacidade de gestão da dívida e a necessidade de ponderar devidamente a contracção de empréstimos não-concessionais em função do investimento respectivo.

## II.4.2. Procura, Produção e Preços

Ainda que em abrandamento desde 2006, a actividade económica em Moçambique tem vindo a demonstrar alguma capacidade de resistência a choques externos, com o produto real a manter um crescimento acima dos 6% desde 2000. As estimativas mais recentes das contas nacionais, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, apontam para o crescimento do produto interno de 6.4% em termos reais em 2009, 0.4 p.p. aquém do registado em 2008.

**Gráfico II.4.1.**



**Fontes:** Banco de Moçambique, INE de Moçambique e FMI

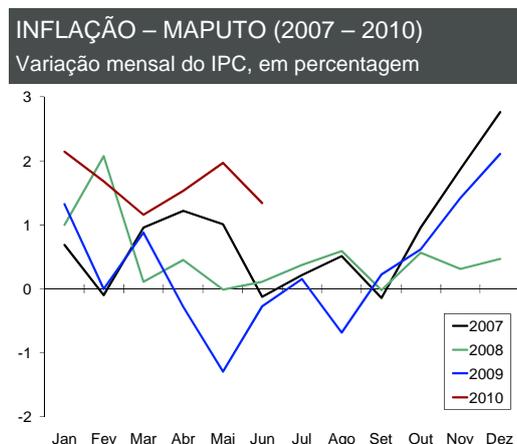
Em 2009, a sustentação do ritmo de crescimento económico esteve sobretudo a cargo dos subsectores agricultura, transportes e comunicações e comércio. O subsector agricultura mantém-se com o maior valor acrescentado em Moçambique, cerca de 25% do PIB, tendo no ano findo beneficiado de condições climáticas favoráveis e da implementação de programas de intensificação e diversificação da produção.

Do lado da procura, o consumo, sobretudo privado mas também público, constituiu-se como o motor dominante do crescimento económico em 2009. As exportações de bens e serviços regista-

ram uma evolução negativa, decorrente do impacto da quebra da procura internacional sobre o alumínio (principal exportação) e os produtos tradicionais (camarão, algodão, açúcar e madeira).

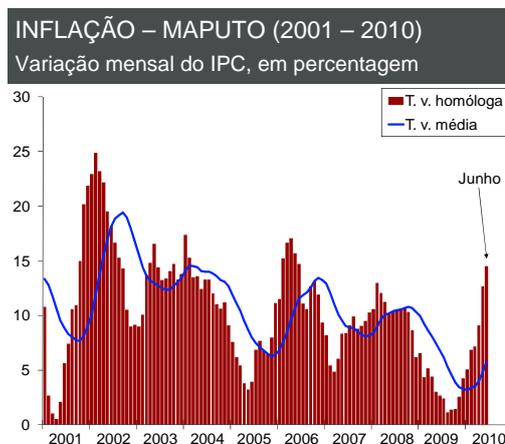
As autoridades nacionais promoveram, em Março de 2010, uma conferência para reflexão sobre os desafios e as oportunidades económicas futuras de Moçambique<sup>1</sup>. As conclusões apontaram para a necessidade de favorecer o ambiente de negócios, de forma a fomentar a iniciativa privada, com a introdução de melhorias nas infra-estruturas de transportes (portos, aeroportos e estradas) e de energia (expansão da rede eléctrica). Em 2010, o crescimento do produto interno (projectado em 6.5%) deverá ser dinamizado pelo investimento, eminentemente público mas também privado, contando com a implementação de novos megaprojectos nas áreas do gás natural e da extracção de titânio.

Gráfico II.4.2.



Fontes: Banco de Moçambique e INE de Moçambique

Gráfico II.4.3.



A taxa de inflação continuou, ao longo de 2009, a tendência decrescente iniciada no último trimestre de 2008, atingindo um mínimo de 1.1% em Agosto, em termos homólogos, conjugando a descida dos preços internacionais das matérias-primas e a introdução de subsídios aos combustíveis em Maio. Contudo, a depreciação do metical face às moedas dos principais parceiros comerciais pressionou em alta os preços das importações, sobretudo bens alimentares da África do Sul, invertendo aquela trajectória. A manutenção destes comportamentos nos primeiros meses de 2010, aliada à retirada do subsídio aos combustíveis em Março, conduziu à aceleração do ritmo de crescimento homólogo dos preços para 14.5% em Junho.

A inflação média deverá, assim, atingir os 9.3% em Dezembro do corrente ano, 6 p.p. acima do valor registado no final de 2009.

### II.4.3. Contas Externas

Os efeitos mais significativos da crise internacional em Moçambique em 2009 verificaram-se na balança comercial, reflectidos no decréscimo das exportações. No entanto, registaram-se igualmente movimentos que compensaram esse impacto negativo, tendo o défice corrente externo

(1) Em Março de 2010, o Governo de Moçambique, em coordenação com o Banco Mundial e o FMI, organizou uma conferência de alto nível para troca de pontos de vista sobre o desempenho económico de Moçambique e os desafios futuros em termos de políticas macroeconómicas. A conferência, que teve lugar na Vila da Namaacha, contou com participantes do governo, banco central, sociedade civil, sector privado, instituições académicas e parceiros de desenvolvimento. De entre as principais conclusões retiradas foi salientada a premência de aumentar o investimento público em infra-estruturas, num contexto de recursos financeiros limitados, considerando opções de financiamento que não ponham em causa a estabilidade macroeconómica e uma prudente gestão da dívida pública. Foi ainda reafirmada a importância de efectuar uma adequada definição de prioridades nos projectos de investimento, de modo a garantir que sejam conducentes ao apoio da actividade do sector privado e a um maior crescimento económico.

mantido o valor de 2008 (11.9% do PIB) e a balança global evidenciado um ligeiro aumento do seu excedente (de 1.2% para 2.0% do PIB).

**Quadro II.4.2.**

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2007 - 2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
			Est.	Prog.
Balança Corrente	-9.7	-11.9	-11.9	-13.6
Balança Comercial	-4.9	-10.0	-14.1	-14.7
Exportações	29.7	26.7	18.8	20.5
Importações	-34.6	-36.6	-33.0	-35.1
Balança Serv. e Rend.	-12.2	-10.5	-5.5	-6.7
Transferências Corr.	7.4	8.6	7.8	7.8
Bal. Capitais e Financ.	12.2	12.0	14.7	14.6
Bal. Capitais	6.7	4.2	4.3	3.6
Bal. Financeira	5.6	7.7	10.3	11.0
dq: IDE (líq.)	5.3	5.9	8.9	9.0
Balança Global	3.3	1.2	2.0	1.0

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

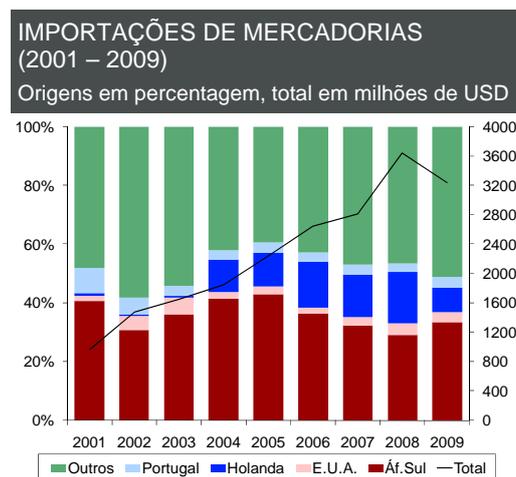
A quebra verificada na procura internacional e a descida dos preços das matérias-primas, em particular do alumínio, provocaram uma diminuição das exportações de bens em 2009, em cerca de 30% face ao ano anterior. Essa quebra foi mais significativa nos produtos dos megaprojectos mas estendeu-se igualmente aos produtos tradicionais, nomeadamente camarão, algodão, açúcar e madeira. Embora a redução dos preços internacionais se tenha igualmente reflectido do lado das importações, com uma menor factura dos combustíveis, o défice comercial subiu para 14.1% do PIB (10.0% em 2008), o valor mais elevado desde 2002.

**Gráfico II.4.4.**



Fontes: Banco de Moçambique

**Gráfico II.4.5.**

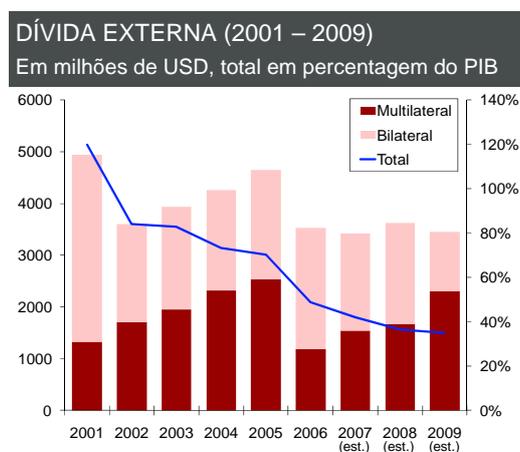


A diminuição das exportações associadas aos megaprojectos acarretou o abrandamento dos seus lucros, com impacto directo na redução do volume de dividendos repatriados por aquelas empresas. A balança de rendimentos registou deste modo uma diminuição significativa do seu défice (em 5.4 p.p., para -1.0% do PIB), contrabalançando o agravamento do défice comercial.

As dificuldades na contracção de empréstimos externos no mercado financeiro internacional, aliada ao pagamento de créditos comerciais e de reembolsos de empréstimos externos, concorreram para a forte diminuição dos empréstimos externos líquidos do sector privado. Contudo, o aumento do investimento directo estrangeiro, a mobilização da afectação de DSE, em montante equivalente a USD 170 milhões, e o aumento do endividamento externo por parte do sector público mais que compensaram aquele efeito negativo, tendo a balança financeira e de capitais evidenciado um reforço do seu saldo positivo.

A consequente melhoria da balança global e a entrada de fundos relativa aos saques ao abrigo da ESF (USD 152.4 milhões), permitiram o reforço das reservas externas do Banco de Moçambique em USD 352 milhões, para 5.4 meses de importações bens e serviços (4.7 meses em 2008).

**Gráfico II.4.6.**



Fontes: Banco de Moçambique e FMI

Em 2010, o aumento das importações relacionadas com o crescimento do investimento deverá induzir a subida do défice comercial, apesar da prevista recuperação das exportações dos mega-projectos. Adicionalmente, a retoma dos dividendos enviados para o exterior por parte daquelas empresas deverá conduzir ao agravamento do défice da balança corrente. O maior volume de empréstimos externos contraídos pelo Estado, para financiamento do investimento público, permitirá, por outro lado, manter a balança global positiva, sustentando as reservas externas em 5.0 meses das importações de bens e serviços programadas.

#### II.4.4. Finanças Públicas

A execução orçamental de 2009 evidenciou um agravamento das contas públicas, com o défice global a aumentar 3.1 p.p., para 5.4% do PIB, o valor mais elevado dos últimos 7 anos. Esta deterioração decorreu do aumento das despesas de investimento e, principalmente, do crescimento das despesas correntes. De entre os encargos correntes, as transferências e subsídios foram os que mais cresceram, conjugando despesas acrescidas com o subsídio aos combustíveis, o aumento do número de municípios e o maior montante de transferências para o exterior (fruto da depreciação cambial do metical). As despesas com o pessoal evidenciaram igualmente algum crescimento, repercutindo a contratação de funcionários públicos e a aplicação de uma nova política salarial.

Ainda assim, o aumento da eficiência da máquina fiscal, com o maior controlo e fiscalização, e o alargamento da base tributária permitiram o crescimento das receitas fiscais, sobretudo ao nível da arrecadação dos impostos ao consumo.

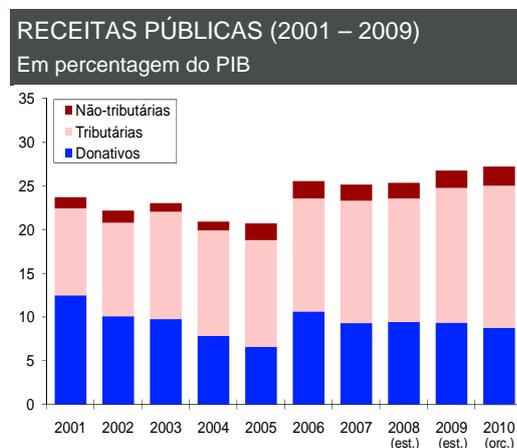
**Quadro II.4.3.**

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (2007 - 2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
			Est.	Prog.
Receitas totais	25.2	25.5	26.7	27.2
Receitas correntes	15.9	15.9	17.3	18.4
Donativos	9.3	9.4	9.4	8.8
Despesas totais	29.0	27.8	32.2	31.9
Despesas correntes	15.3	15.7	17.8	17.3
Juros da dívida prog.	0.6	0.5	0.5	0.6
Desp. de capital	11.7	11.5	12.8	13.9
Empréstimos Líquidos	1.1	0.6	1.6	0.8
Saldo corrente	0.6	0.3	-0.4	1.2
Saldo global	-3.8	-2.3	-5.4	-4.7

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

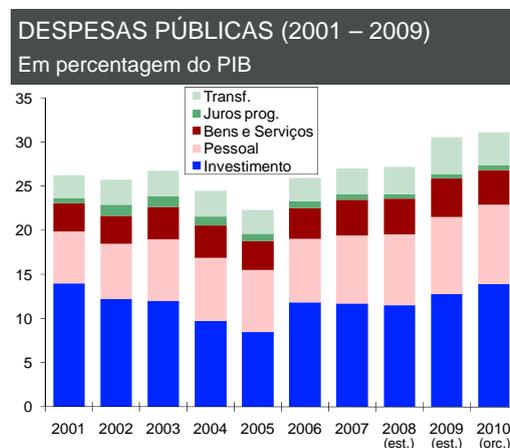
Em 2009, o défice público foi financiado sobretudo externamente. Contudo, ao invés do sucedido no ano anterior, o Estado recorreu no ano transacto igualmente ao financiamento interno, através do sistema bancário (com o aumento do crédito), contando ainda com algumas receitas de privatizações.

**Gráfico II.4.7.**



Fontes: Banco de Moçambique e FMI

**Gráfico II.4.8.**

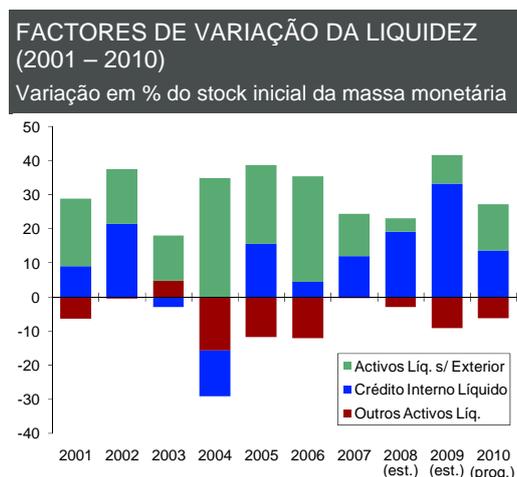


No orçamento de 2010 foi contemplado o reforço gradual do programa de investimento público, o qual se constitui como o principal factor de pressão sobre as despesas. No entanto, a maior arrecadação de impostos, sobretudo sobre o rendimento, e a redução do peso das despesas correntes no produto interno (em bens e serviços e em transferências e subsídios) deverão conduzir a um défice orçamental de 4.7% do PIB, inferior em 0.7 p.p. ao registado em 2009.

## II.4.5. Situação Monetária e Cambial

Em 2009, o Banco de Moçambique ultrapassou a meta traçada para o crescimento da base monetária, objectivo intermédio da política monetária, expandindo-se esta em 27.3%, 9.3 p.p. acima da programação revista em Setembro. Este excedente consubstanciou-se sobretudo no aumento considerável das notas e moedas em circulação – com o aumento da preferência pela utilização de moeda em detrimento de outros meios de pagamento – mas igualmente das reservas bancárias.

**Gráfico II.4.9.**



A massa monetária evidenciou também uma expansão acima do programado, crescendo 32.6% no final de 2009 (face aos 25.6% da programação revista em Setembro). Esse aumento resultou da adopção de uma política monetária mais acomodatória, resposta das autoridades à crise mundial, que permitiu a aceleração do crescimento do crédito à economia. Para esse acréscimo concorreu ainda o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior do banco central, decorrente das entradas relativas à mobilização da atribuição de DSE e aos saques ao abrigo da ESF.

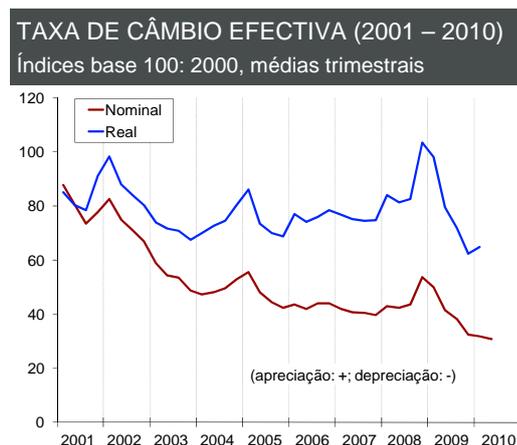
O contexto desinflationista permitiu ao Banco de Moçambique reduzir, em Fevereiro e Julho de 2009, as taxas de juro das suas facilidades permanentes de cedência e de depósito, em 3 p.p. e 7.25 p.p., respectivamente, para 11.5% e 3.0%. Essas descidas propagaram-se às taxas de juro praticadas no mercado monetário interbancário e no mercado primário de Bilhetes do Tesouro, diminuições em torno dos 4 p.p., e às taxas praticadas nas operações bancárias, em cerca de 2 p.p., tanto nas activas como nas passivas. Também por duas vezes, em Fevereiro e Agosto, o banco central diminuiu o coeficiente de reservas obrigatórias, num total de 2 p.p., para 8%, procurando reduzir os custos da intermediação financeira.

Em 2010, o Banco de Moçambique pretende reverter o cariz acomodatório da política monetária do ano anterior. As tendências inflacionistas de final de 2009 a prolongar-se ao longo dos primeiros meses de 2010, obrigando o banco central a aumentar as taxas das facilidades permanentes de cedência e depósito em Abril e Junho deste ano, num total de 3 p.p. e 1 p.p., respectivamente, e o coeficiente de reservas obrigatórias em 0.5 p.p. em Junho.

A programação monetária efectuada no quadro do novo programa acordado ao abrigo do PSI aponta para o refrear do crescimento do crédito à economia, obrigando os agentes económicos a procurarem outras fontes de financiamento. A massa monetária deverá abrandar o seu ritmo de expansão, para 21%, ainda assim acomodando o reforço das reservas externas.

O Banco Mundial e o FMI procederam a uma actualização do *Financial Sector Assessment Program* de Moçambique no primeiro trimestre de 2009. Para além de destacar o desenvolvimento e o fortalecimento do sector financeiro, as suas conclusões apontaram como principal fragilidade do sistema o risco de crédito associado ao abrandamento económico e o grau de concentração relativamente elevado do crédito em alguns sectores. Dando provimento às recomendações do programa, as autoridades moçambicanas comprometeram-se a desenvolver um Plano de Acção para o Sector Financeiro, com implementação em 2010, que se encontra em preparação.

**Gráfico II.4.10.**



Fontes: Banco de Moçambique e FMI

Seguindo um regime cambial de câmbios flutuantes, o banco central moçambicano recorre contudo a intervenções no mercado cambial interbancário como principal instrumento de esterilização de liquidez e como meio de atenuação das pressões sobre a taxa de câmbio.

Ao longo de 2009, a actuação do Banco de Moçambique neste mercado saldou-se por uma venda líquida de reservas de USD 798 milhões (+19% que em 2008), procurando responder à pressão cambial resultante da depreciação do metical face às principais moedas de referência para Moçambique (dólar norte-americano, euro e rand sul-africano). A desvalorização foi mais significativa face ao rand, como resultado da apreciação daquela moeda em função da forte valorização do ouro (o mais importante produto de exportação da África do Sul).

A desvalorização do metical durante o ano transacto resultou numa depreciação da taxa de câmbio efectiva, tanto em termos nominais como reais (cerca de 37% em ambos os casos, em termos acumulados).

## Quadro A.II.4.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2006 - 2010

	Unidades	2006	2007	2008	2009		2010	
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>								
PIB nominal	milhões de EUR	5601	5838	6728	6701	6915	7795	
PIB real	t. var. anual	8.7	7.3	6.8	4.3	6.4	6.5	
Inflação (I.P.Consumidor - Maputo)	t. var. homóloga	9.4	10.3	6.2	5.8	4.2	8.0	14.5 Jun.
	t. var. média	13.2	8.2	10.3	6.1	3.3	9.3	5.7 Jun.
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>								
Receitas totais	% PIB	25.6	25.2	25.5	24.8	26.7	27.2	
Despesas totais	% PIB	27.2	29.0	27.8	29.0	32.2	31.9	
Défice global	% PIB	-1.6	-3.8	-2.3	-4.2	-5.4	-4.7	
Défice global sem donativos	% PIB	-12.2	-13.1	-11.7	-13.2	-14.8	-13.5	
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>								
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-60.2	17.6	-13.1	38.5	4.1	8.6	
Crédito à economia	t. var. anual	32.6	16.6	45.9	27.9	58.6	19.1	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	23.3	24.2	20.3	15.0	32.6	21.0	
<b>TAXAS DE JURO</b>								
Passiva, a 1 ano	t. anual	12.4	12.7	11.6		10.2	10.2 Mai.	
Activa, a 1 ano	t. anual	23.2	22.2	21.8		19.2	19.2 Mai.	
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>								
Export. de mercadorias (em USD)	t. var. anual	36.4	1.3	10.0	-26.5	-30.2	12.8	
Import. de mercadorias (em USD)	t. var. anual	18.1	6.1	29.6	-10.0	-11.0	10.7	
Balança corrente	% PIB	-10.7	-9.7	-11.9	-10.5	-11.9	-13.6	
Balança corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-17.0	-16.0	-19.6	--	-18.9	--	
Reservas oficiais	meses de import. <sup>(b)</sup>	4.4	5.0	4.7	3.9	5.4	5.0	
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>								
Stock total	milhões de EUR	2743	2461	2455		2366		
	% PIB	49.0	42.2	36.5		35.1		
	% exportações <sup>(b)</sup>	160.9	136.4	120.8		136.8		
Serviço da dívida	% exportações <sup>(b)</sup>	2.8	1.9	1.7		1.9		
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>								
Nominal MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	32.18	35.57	35.72		38.95	43.23 Jun.	
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	t. média	24.98	25.56	24.17		26.71	34.24 Jun.	
Nominal MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	26.93	26.64	25.15		29.24	35.54 Jun.	
ITCE nominal (base 100: 2000) <sup>(a)</sup>	t. variação <sup>(c)</sup>	-5.6	-1.3	25.9		-37.2	-6.1 Jun.	
ITCE real (base 100: 2000) <sup>(a)</sup>	t. variação <sup>(c)</sup>	1.3	4.5	27.3		-36.6	8.1 Mai.	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2000/04 (apreciação: +; depreciação: -); (b) De bens e serviços; (c) Variação face a Dezembro do ano anterior.

## Quadro A.II.4.2.

## PRODUTO INTERNO BRUTO, 2006 - 2010

Preços correntes, em milhões de MZM

	2006	2007	2008	2009	2010
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
Sector primário	45 853	52 829	64 368	72 133	
Agricultura e pecuária	43 042	49 431	60 109	67 906	
Pesca	2 810	3 398	4 259	4 227	
Sector secundário	43 485	49 338	53 832	57 449	
Indústria extractiva	2 337	2 967	3 318	3 559	
Indústria transformadora	26 355	29 370	33 610	34 746	
Electricidade e água	9 579	11 065	10 044	11 586	
Construção	5 213	5 936	6 860	7 558	
Sector terciário	75 247	88 484	101 777	115 616	
Comércio e Reparações	23 071	28 970	33 457	39 548	
Restaurantes e Hotéis	2 508	3 081	3 781	3 906	
Transportes e Comunicações	16 458	19 011	22 180	24 967	
Serviços Financeiros	7 658	9 088	9 522	10 508	
Aluguer de Imóveis	11 660	12 225	13 495	14 254	
Serviços Públicos	15 557	18 164	21 353	24 959	
Outros	-1 666	-2 055	-2 011	-2 526	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	164 584	190 652	219 977	245 198	
Impostos indirectos	15 658	16 991	20 380	24 148	
<b>Produto Interno Bruto (preços de mercado)</b>	<b>180 242</b>	<b>207 644</b>	<b>240 358</b>	<b>269 346</b>	<b>306 360</b>
Consumo	165 610	191 136	222 204	253 020	
Público	22 228	24 738	29 691	37 658	
Privado	143 382	166 398	192 513	215 362	
Investimento	30 631	31 783	42 291	39 906	77 203
Formação Bruta de Capital Fixo	31 819	33 504	39 614	43 825	
Variação de Existências	-1 187	-1 721	2 677	-3 919	
Procura interna	196 241	222 919	264 495	292 926	
Exportações de bens e serviços	54 861	64 146	72 638	70 112	
Procura global	251 103	287 065	337 133	363 038	
Importações de bens e serviços	70 861	79 423	96 775	93 692	
<b>Pro memoria:</b>					
Poupança interna bruta	14 632	16 508	18 154	16 326	
PIBpm nominal (milhões de USD)	7 215	8 123	9 943	9 831	10 212
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	9.3	7.4	8.4	5.3	6.8
PIBpm nominal (variação anual em %)	18.8	15.2	15.8	12.1	13.7
PIBpm real (variação anual em %)	8.7	7.3	6.8	6.4	6.5

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

## Quadro A.II.4.3.

## ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2001 - 2010

Em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	2.8	21.9	9.0
2002	Dezembro	2.9	9.1	16.8
2003	Dezembro	3.4	13.8	13.4
2004	Dezembro	1.5	9.1	12.7
2005	Dezembro	4.4	11.2	6.4
2006	Dezembro	2.1	9.4	13.2
2007	Dezembro	2.8	10.3	8.2
2008	Dezembro	0.5	6.2	10.3
2009	Dezembro	2.1	4.2	3.3
2008	Janeiro	1.0	10.6	8.4
	Fevereiro	2.1	13.0	9.0
	Março	0.1	12.1	9.6
	Abril	0.5	11.2	10.1
	Maió	0.0	10.1	10.2
	Junho	0.1	10.4	10.4
	Julho	0.4	10.5	10.5
	Agosto	0.6	10.6	10.5
	Setembro	0.0	10.8	10.7
	Outubro	0.6	10.3	10.8
	Novembro	0.3	8.6	10.7
	Dezembro	0.5	6.2	10.3
2009	Janeiro	1.3	6.5	10.0
	Fevereiro	0.0	4.4	9.2
	Março	0.9	5.2	8.6
	Abril	-0.3	4.4	8.1
	Maió	-1.3	3.0	7.5
	Junho	-0.3	2.6	6.8
	Julho	0.2	2.4	6.1
	Agosto	-0.7	1.1	5.4
	Setembro	0.2	1.4	4.6
	Outubro	0.6	1.4	3.9
	Novembro	1.4	2.5	3.4
	Dezembro	2.1	4.2	3.3
2010	Janeiro	2.1	5.1	3.1
	Fevereiro	1.7	6.8	3.4
	Março	1.2	7.1	3.5
	Abril	1.5	9.1	3.9
	Maió	2.0	12.7	4.7
	Junho	1.3	14.5	5.7

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do BP.

Notas: Em 2004, foi alterada a base de cálculo do IPC (para Dezembro de 2004) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

## Quadro A.II.4.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2006 - 2010							
Em milhões de USD							
	2006	2007	2008	2009		2010	
				Prog.	Est.	Prog.	Trim. I
<b>Balança Corrente</b>	<b>-773</b>	<b>-785</b>	<b>-1 179</b>	<b>-1 034</b>	<b>-1 171</b>	<b>-1 391</b>	<b>-212</b>
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	-1 226	-1 300	-1 948	--	-1 853	--	--
Balança comercial	-268	-399	-990	-1 328	-1 390	-1 500	-281
Exportações (f.o.b.)	2 381	2 412	2 653	1 951	1 853	2 089	456
dq: Megaprojectos	1 699	1 843	1 851	1 328	1 265	1 474	376
Importações (c.i.f.)	-2 649	-2 811	-3 643	-3 279	-3 243	-3 589	-737
dq: Megaprojectos	-701	-689	-754	-526	-791	-782	-125
Balança de serviços	-372	-397	-410	-411	-450	-451	-129
Balança de rendimentos	-634	-592	-631	-63	-95	-233	24
dq: Dividendos dos Megaprojectos	--	--	-492	-23	-17	-220	-17
Juros programados	-30	-85	-28	--	-20	--	-6
Transferências correntes	501	602	852	768	764	793	174
Transferências oficiais	453	515	768	--	682	--	129
dq: Donativos externos	453	518	778	643	687	713	130
Transferências privadas	48	87	84	--	82	--	45
<b>Balança de Capitais e Financeira</b>	<b>629</b>	<b>994</b>	<b>1 190</b>	<b>1 187</b>	<b>1 441</b>	<b>1 491</b>	<b>27</b>
Balança de Capitais	2 278	542	421	432	424	371	69
Balança Financeira	-1 649	452	769	755	1 016	1 119	-43
Investimento directo estrangeiro (líq.)	153	428	587	532	878	917	174
Endividamento do SPA (líq.)	-1 476	216	342	354	434	583	39
Endividamento do sector privado (líq.)	-7	166	-97	-247	-456	-203	-210
Outras operações (líq.) <sup>(a)</sup>	-320	-357	-64	116	160	-177	-45
Erros e Omissões	142	60	111	-40	-70	0	30
<b>Balança Global</b>	<b>-3</b>	<b>269</b>	<b>122</b>	<b>113</b>	<b>199</b>	<b>100</b>	<b>-155</b>
Financiamento	3	-269	-122	-113	-200	-100	155
Variação das reservas oficiais <sup>(a)</sup>	-29	-285	-140	-269	-352	-120	159
Utilização de fundos do FMI (líq.) <sup>(b)</sup>	0	0	0	155	152	20	-5
Financiamento excepcional	32	16	18	1	0	0	0
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0
Diferencial de Financiamento <sup>(c)</sup>	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Em 2009 inclui a mobilização da alocação de DSE de 108.8 milhões, registada como passivos no investimento das autoridades monetárias, com contrapartida no aumento das reservas oficiais; (b) Desembolsos em 2009 e 2010 relativos ao acordo ao abrigo da Exogenous Shocks Facility; (c) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

## Quadro A.II.4.5.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2001 - 2009

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001 a 2009
África do Sul	15.3	15.4	16.2	12.9	16.2	15.2	17.2	9.2	11.6	14.0
Bélgica	0.1	35.7	43.5	0.6	0.1	0.1	0.3	0.5	0.8	5.2
China	0.2	0.7	0.5	1.6	1.9	1.4	1.7	1.6	3.8	1.7
Espanha	3.8	9.4	6.7	2.5	1.9	1.8	1.5	1.3	1.9	2.6
E.U.A.	0.9	1.0	1.5	0.6	2.2	0.3	0.2	0.5	2.1	0.9
Holanda	1.0	2.6	2.8	60.9	59.7	59.7	61.8	55.5	47.6	48.2
Índia	0.5	0.6	0.3	2.2	1.5	1.3	0.7	0.8	2.9	1.3
Malawi	1.5	5.0	3.1	3.3	2.8	1.0	0.7	1.4	2.3	2.0
Portugal	4.0	4.9	3.7	2.8	1.2	1.2	1.3	0.8	1.6	1.9
Zimbabwe	5.3	6.7	2.8	2.3	2.9	3.2	2.9	2.1	1.1	2.9
Outros <sup>(a)</sup>	67.4	17.9	18.6	10.3	9.6	14.7	11.7	26.2	24.3	19.3
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Em 2001, esta rubrica inclui exportações da fundição de alumínio Mozal para a União Europeia (cerca de 55% do total das exportações), não discriminadas por países.

## Quadro A.II.4.6.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2001 - 2009

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001 a 2009
África do Sul	40.7	30.7	36.1	41.4	42.9	36.3	32.4	29.1	33.5	35.0
Austrália	0.9	7.5	11.7	0.1	0.7	0.1	0.3	0.1	0.5	1.8
China	2.0	1.9	2.2	2.0	2.5	2.6	3.5	3.9	4.2	3.0
E.U.A.	1.8	4.8	5.8	2.4	2.6	2.2	2.7	4.0	3.3	3.3
França	1.1	1.9	1.9	1.7	0.9	0.8	0.8	0.6	0.7	1.0
Holanda	0.9	0.5	0.5	11.0	11.5	15.6	14.5	17.4	8.4	10.8
Índia	2.4	4.9	4.0	3.1	3.6	3.2	4.4	3.6	5.9	4.0
Japão	0.7	5.5	1.6	0.8	0.8	0.6	3.1	3.2	3.3	2.3
Portugal	8.5	5.7	3.4	3.3	3.6	3.3	3.5	2.9	3.5	3.7
Outros	41.0	36.6	32.7	34.3	30.9	35.3	34.9	35.2	36.6	35.0
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

**Quadro A.II.4.7.**

**DÍVIDA EXTERNA, 2005 - 2009**

Em milhões de USD

	2005 Est.	2006 Est.	2007 Est.	2008 Est.	2009 Est.
Dívida de médio ou longo prazo	4 648.9	3 532.7	3 424.0	3 628.5	3 451.0
Credores multilaterais	2 535.0	1 191.6	1 543.4	1 672.9	2 307.0
Credores bilaterais	2 113.9	2 341.1	1 880.6	1 955.6	1 144.0
Países da OCDE	648.1	647.9	639.6	607.3	--
Países da OPEP	783.5	324.2	159.9	159.9	--
Países da Europa de Leste	299.9	250.7	107.1	107.2	--
Outros países	382.4	1 118.3	974.0	1 081.2	--
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--
<b>Dívida Externa Total</b>	<b>4 648.9</b>	<b>3 532.7</b>	<b>3 424.0</b>	<b>3 628.5</b>	<b>3 451.0</b>
Serviço da dívida de m/l prazo programado	67.2	61.6	47.6	49.6	47.3
Capital	46.3	43.4	31.9	31.0	27.0
Juros	20.9	18.2	15.7	18.6	20.3
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>					
Dívida externa total	230.7	160.9	136.4	120.8	136.8
Serviço de dívida	3.3	2.8	1.9	1.7	1.9
<i>(em % do PIB)</i>					
Dívida externa total	70.3	49.0	42.2	36.5	35.1

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

## Quadro A.II.4.8.

## OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2006 - 2010

Em mil milhões de MZM

	2006	2007	2008	2009			2010		
				Est.	Orç.	Est.	g.e. <sup>(a)</sup>	Orç.	Trim. I
1. Receitas Totais <sup>(b)</sup>	46.12	52.33	61.33	66.71	72.03	108.0	83.32	16.94	20.3
1.1. Receitas correntes	27.00	33.06	38.27	42.55	46.73	109.8	56.47	12.16	21.5
Receitas não-tributárias	3.68	3.98	4.25	5.34	5.26	98.4	6.56	1.28	19.6
Receitas tributárias	23.31	29.08	34.02	37.21	41.47	111.4	49.91	10.87	21.8
Impostos sobre o rendimento	6.37	9.28	11.72	12.35	13.72	111.1	17.50	2.99	17.1
Impostos sobre o consumo	13.03	15.51	18.05	20.18	22.89	113.4	27.00	5.54	20.5
dq: Produtos petrolíferos	1.83	2.26	2.51	3.28	3.27	99.7	--	--	--
Impostos s/ comércio internacional	3.28	3.78	3.59	3.85	4.08	105.9	4.36	1.09	24.9
Outros impostos	0.63	0.52	0.65	0.83	0.78	94.0	1.05	1.25	119.2
1.2. Donativos	19.12	19.27	22.64	24.16	25.30	104.7	26.85	4.78	17.8
2. Despesas Totais <sup>(c)</sup>	49.05	60.22	66.89	77.99	86.70	111.2	97.87	21.14	21.6
2.1. Despesas correntes <sup>(d)</sup>	25.52	31.84	37.63	45.90	47.87	104.3	52.85	15.65	29.6
Despesas com o pessoal	12.99	16.09	19.27	23.62	23.62	100.0	27.60	7.19	26.0
Bens e serviços	6.27	8.34	9.71	10.55	11.72	111.1	11.99	1.99	16.6
Transferências e subsídios	4.87	6.13	7.40	10.34	11.17	108.0	11.50	2.28	19.8
Juros da dívida programados	1.38	1.28	1.26	1.39	1.36	97.9	1.73	0.47	27.4
2.2. Despesas de Capital	21.29	24.31	27.74	30.46	34.41	113.0	42.64	5.42	12.7
Financiamento Interno	6.55	9.15	10.93	11.76	11.72	99.7	18.71	2.25	12.0
Financiamento Externo	14.74	15.17	16.81	18.70	22.69	121.3	23.93	3.18	13.3
2.3. Empréstimos Líquidos	1.74	2.30	1.52	1.63	4.42	271.2	2.38	0.32	13.6
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	1.48	1.22	0.64	-3.35	-1.15	--	3.62	-3.50	--
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-22.06	-27.17	-28.20	-35.44	-39.97	--	-41.40	-8.98	--
<b>5. Saldo Global: (1.) - (2.)</b>	<b>-2.93</b>	<b>-7.90</b>	<b>-5.57</b>	<b>-11.28</b>	<b>-14.67</b>	<b>--</b>	<b>-14.55</b>	<b>-4.20</b>	<b>--</b>
6. Financiamento	2.93	7.90	5.57	11.28	14.67	--	14.55	4.20	--
6.1. Interno (líq.) <sup>(e), (f)</sup>	-5.84	0.38	-4.08	3.19	1.17	36.6	1.26	3.02	239.4
dq: Sistema bancário	-4.55	2.13	-1.31	4.35	0.46	10.6	0.90	--	--
6.2. Externo (líq.)	8.77	7.52	9.65	8.09	13.50	166.8	13.28	1.18	8.9
Desembolsos <sup>(e)</sup>	9.85	8.29	9.56	9.49	14.20	149.6	14.74	1.37	9.3
Amortizações efectivas	-1.08	-0.82	-0.75	-1.40	-0.70	50.2	-1.46	-0.19	13.3
7. Diferencial de Financiamento <sup>(g)</sup>	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	--	0.00	0.00	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Inclui receitas não discriminadas; (c) Inclui despesas não discriminadas; (d) Inclui outras despesas correntes; (e) Inclui movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; (f) Para 2009 e 2010 inclui receitas de privatizações; (g) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

## Quadro A.II.4.9.

**SÍNTESE MONETÁRIA, 2006 - 2010**

Em milhões de MZM

	2006	2007	2008 Est.	2009		2009e/2008e		2010 Prog.	2010p/2009e		2010 Mai.
				Prog.	Est.	[1]	[2]		[1]	[2]	
<b>Activos Líquidos s/ Exterior</b>	<b>47 607</b>	<b>54 283</b>	<b>56 939</b>	<b>56 880</b>	<b>63 759</b>	<b>12.0</b>	<b>8.4</b>	<b>78 300</b>	<b>22.8</b>	<b>13.6</b>	<b>66 258</b>
Banco Central	34 703	36 948	41 842	41 680	49 661	18.7	9.7	57 700	16.2	7.5	50 214
Disponibilidades s/ Exterior	34 970	37 345	42 278	--	59 627	41.0	21.5	--	--	--	61 413
Responsab. s/ Exterior	-267	-397	-436	--	-9 965	--	-11.8	--	--	--	-11 199
Bancos Comerciais	12 904	17 334	15 098	15 200	14 098	-6.6	-1.2	20 600	46.1	6.1	16 043
<b>Crédito Interno Total</b>	<b>14 376</b>	<b>20 892</b>	<b>33 746</b>	<b>50 650</b>	<b>60 605</b>	<b>79.6</b>	<b>33.3</b>	<b>75 200</b>	<b>24.1</b>	<b>13.6</b>	<b>69 770</b>
Crédito líquido ao S.P.A.	-12 114	-9 986	-11 297	-6 950	-10 835	4.1	0.6	-9 900	8.6	0.9	-9 935
Crédito concedido	14 958	20 538	24 863	--	28 727	15.5	4.8	--	--	--	29 485
Depósitos	-23 874	-27 551	-35 012	--	-38 051	8.7	-3.8	--	--	--	-38 660
Em moeda nacional	-23 068	-27 137	-34 589	--	-37 364	8.0	-3.4	--	--	--	-38 312
Em moeda estrangeira	-805	-414	-423	--	-687	62.4	-0.3	--	--	--	-348
Fundos consignados	-3 199	-2 973	-1 148	--	-1 511	31.7	-0.5	--	--	--	-760
Crédito à economia	26 490	30 878	45 043	57 600	71 440	58.6	32.7	85 100	19.1	12.8	79 705
Em moeda nacional	18 726	23 345	30 926	40 160	48 653	57.3	22.0	57 700	18.6	8.4	51 658
Em moeda estrangeira	7 764	7 532	14 117	17 440	22 787	61.4	10.7	27 400	20.2	4.3	28 047
Total do Activo	61 983	75 175	90 685	107 530	124 364	37.1	--	153 500	23.4	--	136 028
<b>Massa Monetária (M3)</b>	<b>54 005</b>	<b>67 099</b>	<b>80 724</b>	<b>92 820</b>	<b>107 074</b>	<b>32.6</b>	<b>32.6</b>	<b>129 600</b>	<b>21.0</b>	<b>21.0</b>	<b>114 959</b>
Base monetária	14 736	17 822	19 220	21 630	24 464	27.3	6.5	29 200	19.4	4.4	24 942
Circulação monetária	7 152	8 950	9 587	12 760	13 054	36.2	--	15 990	22.5	--	12 974
Depósitos à ordem	30 408	36 813	44 281	49 620	60 847	37.4	--	71 350	17.3	--	63 023
Quase-moeda	16 444	21 336	26 856	30 440	33 173	23.5	--	42 260	27.4	--	38 962
Outras Rubricas (líq.)	7 978	8 075	9 962	14 710	17 290	73.6	-9.1	23 900	38.2	-6.2	21 069
dq: Contrap. de flut. cambiais	2 536	1 534	2 056	--	1 215	-40.9	--	--	--	--	2 215
Total do Passivo	61 983	75 175	90 685	107 530	124 364	37.1	--	153 500	23.4	--	136 028

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

## Quadro A.II.4.10.

**TAXAS DE JURO, 2006 - 2010**

Taxas anuais

	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Mai.
<b>Depósitos</b>					
Depósitos a prazo					
91-180 dias	11.2	12.1	11.2	8.8	8.8
181-365 dias	12.4	12.7	11.6	10.2	10.1
1-2 anos	12.4	12.2	11.1	9.4	9.1
Crédito					
Até 180 dias	24.5	23.0	22.0	18.6	19.6
181-365 dias	23.2	22.2	21.8	19.2	19.3
1-2 anos	22.6	22.1	20.7	18.8	19.7
<b>Taxas de Referência</b>					
Facilidade Perm. de Cedência	17.5	15.5	14.5	11.5	12.5
Bilhetes do Tesouro (91 dias)	16.0	14.8	14.0	9.5	11.0
MMI sem garantia (Até 7 dias)	16.0	13.9	12.4	8.0	8.8
<i>Pro memoria:</i>					
Inflação (t.v. homóloga no mês)	9.4	10.3	6.2	4.2	12.7

Fonte: Banco de Moçambique.

## Quadro A.II.4.11.

## TAXAS DE CÂMBIO, 2000 - 2010

Taxas médias

	MZM/EUR			MZM/USD			MZM/ZAR		ITCE <sup>(a)</sup>		
	Merc. oficial	Merc. livre	Dif. (%)	Merc. oficial	merc. paralelo	Merc. livre	Diferenciais (%)		Merc. livre	(base 100: 2000)	
	(MO)	(ML)	ML/MO	(MO)	(MP)	(ML)	MP/MO	ML/MO	(ML)	Nominal	Real
2000	13 979.9	14 044.8	0.46	15 140.9	15 995.9	15 254.1	5.65	0.75	2 187.1	100.00	100.00
2001	18 293.7	18 515.4	1.21	20 455.5	21 145.4	20 706.5	3.37	1.23	2 537.1	79.05	83.13
2002	21 896.4	22 370.7	2.17	23 180.4	24 281.3	23 665.4	4.75	2.09	2 373.7	73.74	87.53
2003	26 360.4	26 874.1	1.95	23 340.9	24 248.7	23 782.3	3.89	1.89	3 187.7	53.75	71.06
2004	27 457.0	27 782.7	1.19	22 130.9	23 165.5	22 581.3	4.67	2.04	3 523.4	49.29	74.03
2005	28 337.5	28 576.1	0.84	22 936.3	23 614.4	23 068.4	2.96	0.58	3 617.1	46.83	73.52
2006 <sup>(b)</sup>	32.18	31.38	-2.47	24.98	26.93	26.03	7.82	4.18	3.77	43.19	76.18
2007	35.57	35.02	-1.55	25.56	26.64	25.84	4.24	1.09	3.67	40.73	75.32
2008	35.72	35.49	-0.65	24.17	25.15	24.30	4.05	0.52	2.98	45.44	87.50
2009	38.95	37.25	-4.37	26.71	29.24	27.52	9.47	3.03	3.33	40.09	77.04
2008											
Janeiro	36.00	35.22	-2.17	23.92	25.10	24.01	4.94	0.39	3.43	41.96	81.45
Fevereiro	36.57	35.47	-3.01	24.07	25.43	24.30	5.64	0.96	3.17	43.71	86.55
Março	38.22	37.42	-2.10	24.17	25.17	24.34	4.13	0.68	3.04	43.07	84.05
Abril	37.84	37.93	0.22	24.18	25.21	24.34	4.25	0.67	3.13	41.97	81.38
Maio	37.41	37.56	0.41	24.17	25.32	24.22	4.75	0.21	3.18	41.88	80.43
Junho	37.90	37.41	-1.29	24.08	25.08	24.10	4.16	0.08	3.04	43.08	82.19
Julho	37.20	37.95	2.02	24.06	24.88	24.06	3.41	-0.02	3.16	41.72	79.00
Agosto	35.47	35.99	1.47	24.02	24.89	23.96	3.61	-0.23	3.13	43.21	82.16
Setembro	34.48	34.66	0.52	24.12	24.88	24.13	3.15	0.06	3.00	45.62	86.40
Outubro	31.00	31.98	3.16	24.14	24.85	24.27	2.94	0.56	2.52	53.06	101.34
Novembro	31.35	30.94	-1.31	24.31	25.44	24.35	4.66	0.15	2.41	55.73	107.11
Dezembro	35.25	33.39	-5.28	24.85	25.58	25.52	2.95	2.70	2.51	52.21	102.01
2009											
Janeiro	33.09	33.57	1.45	25.40	26.61	25.61	4.76	0.83	2.58	51.88	102.50
Fevereiro	33.23	32.93	-0.90	25.75	28.00	26.08	8.74	1.28	2.61	50.89	99.58
Março	35.49	34.61	-2.48	26.53	28.61	27.13	7.85	2.28	2.74	47.32	92.49
Abril	36.76	35.08	-4.57	26.61	29.08	27.35	9.30	2.77	3.11	43.08	83.58
Maio	37.50	36.31	-3.17	26.60	29.36	27.15	10.39	2.08	3.25	41.17	78.43
Junho	37.94	37.32	-1.63	26.62	29.46	26.80	10.66	0.68	3.34	40.23	76.33
Julho	37.68	37.57	-0.29	26.66	29.25	26.91	9.72	0.94	3.39	40.43	76.73
Agosto	38.75	38.12	-1.63	26.74	28.81	27.15	7.74	1.53	3.42	39.33	73.85
Setembro	42.16	39.65	-5.95	27.22	29.19	27.90	7.22	2.50	3.71	34.76	65.17
Outubro	44.99	40.87	-9.16	27.57	30.40	29.12	10.27	5.62	3.91	32.32	61.05
Novembro	45.64	40.91	-10.36	27.43	30.83	29.47	12.40	7.44	3.92	31.95	61.38
Dezembro	44.15	40.03	-9.33	27.37	31.26	29.55	14.21	7.95	3.95	32.80	64.66
2010											
Janeiro	43.35	39.27	-9.40	27.53	32.15	29.81	16.76	8.28	4.00	33.06	66.82
Fevereiro	43.72	37.75	-13.65	27.59	32.58	29.92	18.07	8.44	3.91	32.45	66.49
Março	46.08	37.61	-18.37	27.72	33.64	30.77	21.34	10.99	4.15	29.69	61.02
Abril	46.78	--	--	31.85	34.61	33.07	8.67	3.82	4.45	28.83	60.16
Maio	41.70	--	--	33.73	35.62	34.18	5.60	1.34	4.47	32.74	69.87
Junho	43.23	--	--	34.24	35.54	34.74	3.80	1.47	4.55	30.80	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2000/04 (apreciação: +; depreciação: -); (b) Em Julho de 2006 foi efectuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.



## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Área: 997 Km<sup>2</sup>

Capital: São Tomé

População: 163 milhares (2009)

Moeda: Dobra



### II.5.1. Síntese

A evolução recente da economia santomense permaneceu largamente condicionada pelos efeitos de segunda vaga decorrentes da crise internacional, cujo impacto adverso se fez sentir sobretudo a partir de 2009. Ao mesmo tempo, porém, prosseguiram os esforços, em curso a diversos níveis, no sentido do ajustamento macroeconómico e das reformas estruturais – esforços esses que tinham já permitido a conclusão bem sucedida, em 2008 (e pela primeira vez), de um programa trienal apoiado pelo FMI, assim como a celebração quase imediata de um novo programa, cuja primeira avaliação intercalar foi concluída satisfatoriamente em Fevereiro de 2010.

Neste contexto de reformas, merece destaque a plena entrada em vigor, no início de 2010, do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro – para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado em 2009 por Portugal e São Tomé e Príncipe. Entendem as autoridades que o novo regime se adequa melhor às características estruturais da respectiva economia (pequena, aberta, com as transacções externas bastante concentradas na zona euro, entre outros aspectos relevantes) e esperam que a introdução do mesmo contribua para a promoção da estabilidade nominal e o fomento das transacções com a zona euro (desde logo, a atracção de investimento).

#### Quadro II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2007-2010)				
	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Prog.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	6.0	5.8	4.0	4.5
Inflação ( <i>t.v.a. homóloga</i> )	27.6	24.8	16.1	10.0
Massa monetária ( <i>t.v.anual</i> )	36.4	35.2	14.9	...
Bal. corrente e de capital (% PIB)	109.2	-9.5	10.0	-31.5
Saldo orçamental global (% PIB)	120.0	14.8	7.6	-21.7
<i>Excl. Alívio dívida e Bónus petrol.</i>	-9.6	-4.2	-19.7	-22.5
Dívida externa (% PIB)	101.9	60.6	77.8	...

Fontes: BCSTP, Min. Plano e Finanças (STP) e FMI.

Depois de ter, em larga medida, escapado ao impacto inicial da crise internacional (vindo mesmo a beneficiar com a queda dos preços das matérias-primas, em meados de 2008), a economia santomense ressentiu-se fortemente dos efeitos de segunda vaga por ela induzidos. Tais efeitos manifestaram-se sobretudo na queda acentuada do investimento directo estrangeiro e no atraso da ajuda externa, determinando assim um abrandamento da actividade económica em 2009 (que se admite reverter parcialmente já no ano em curso) – bem como, em particular, a redução das importações e, por conseguinte, uma quebra considerável na arrecadação de receitas aduaneiras.

O significativo peso que estas últimas assumem no âmbito das contas públicas levaria à deterioração do saldo orçamental em 2009 – ainda que parcialmente mitigada por um importante esforço de contenção da despesa primária interna. A manutenção do rigor a este nível – assim como na esfera monetária, conforme evidencia a expansão moderada da liquidez no conjunto de 2009 e nos primeiros meses de 2010 – seria ainda determinante para o reforço das reservas cambiais e para o abrandamento sustentado da inflação. Esta última recuperou em 2010 o pendor descendente interrompido no final de 2009, registando um desempenho excepcionalmente favorável entre Janeiro e Maio – tanto mais relevante por coincidir com o arranque pleno do novo regime cambial.

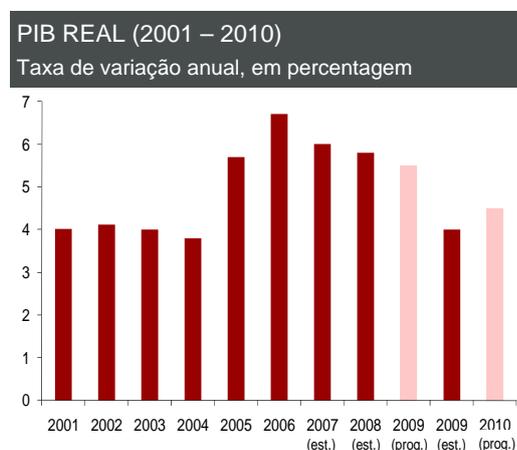
## II.5.2. Procura, Produção e Preços

A dinâmica de crescimento acelerado que caracterizou a evolução da economia santomense no período 2005-2008 abrandou de forma significativa em 2009, muito embora o desempenho observado neste ano se apresente ainda bastante robusto (uma variação real do PIB estimada em 4.0%) e se admita já uma ligeira recuperação em 2010 (para 4.5%) – cf. Gráfico II.5.1. Tal abrandamento, que todavia compara bem com a evolução contemporânea da economia mundial, terá sido, em boa medida, determinado pelos efeitos de segunda vaga associados à crise internacional.

O primeiro impacto desta última, em meados de 2008, tinha sido até globalmente favorável para São Tomé e Príncipe, dada a sua diminuta exposição aos mercados financeiros internacionais e a considerável rigidez das suas importações de combustíveis e de bens alimentares – cujos preços mundiais baixaram então acentuadamente. Já em 2009 terão, porém, começado a ficar patentes os referidos efeitos de segunda vaga, reflectidos sobretudo na queda do investimento directo estrangeiro e no atraso da ajuda pública externa – com repercussões essencialmente ao nível das actividades de construção, comércio e serviços diversos.

A desaceleração do crescimento em 2009 terá sido ainda mitigada pelo contributo favorável de sectores como o turismo, que nesse ano beneficiou já em pleno da expansão de capacidade concretizada em meados de 2008 (tanto em termos de voos internacionais como de unidades hoteleiras) – e não obstante o impacto negativo da recessão que afectou os principais mercados de origem dos turistas. A expansão em curso no sector deverá ser agora um dos motores da reanimação do crescimento em 2010 – processo este cuja sustentação a prazo estará, em alguma medida, dependente das reformas estruturais em execução a vários níveis (desde a legislação tributária à regulamentação aduaneira, ao sistema de pagamentos ou ao regime cambial).

**Gráfico II.5.1.**



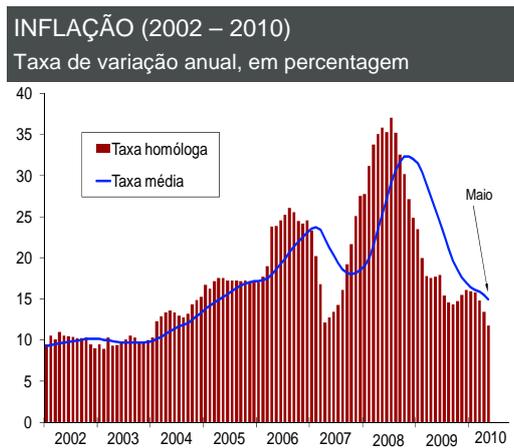
**Fontes:** BCSTP e FMI.

A estabilidade dos preços é certamente um dos elementos cruciais na criação de um ambiente propício ao investimento e ao crescimento, daí que as autoridades santomenses tenham elegido o combate à inflação elevada como um dos objectivos prioritários da política económica (naturalmente desejável também por razões sociais, dado afectar desproporcionadamente as camadas mais desfavorecidas da população). Depois do pico atingido em Julho de 2008, a cadência inflacionária tendeu genericamente a abrandar até ao terceiro trimestre de 2009 (cf. Gráfico II.5.2), reflectindo a queda dos preços internacionais das matérias-primas (essencialmente em 2008), mas também o

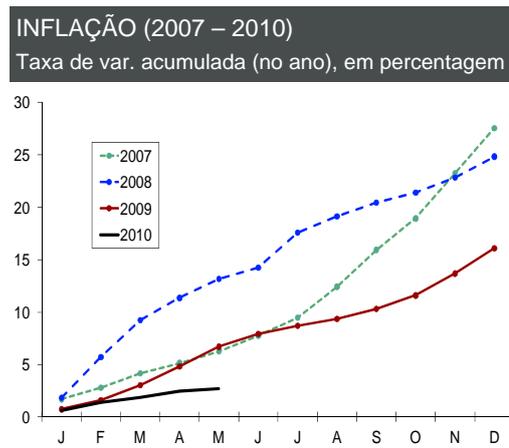
acréscimo de rigor na execução das políticas orçamental e monetária – assim como, em particular, a estabilidade cambial, sustentada sobretudo no primeiro semestre de 2009.

Essa tendência para o abrandamento da inflação – reflectida na queda da taxa de variação homóloga anual do IPC para 14.3% em Setembro de 2009 (contra os 37.0% apurados em Julho do ano precedente) – conheceu, todavia, uma inversão no final do ano, levando a referida taxa homóloga até aos 16.1% observados em Dezembro de 2009. As perspectivas de evolução afiguravam-se nessa altura pouco promissoras, pois temia-se o impacto inflacionista de factores como a depreciação cambial permitida no segundo semestre e a expansão da liquidez na economia – relativamente moderada para o conjunto de 2009, mas bastante concentrada no final do mesmo.

**Gráfico II.5.2.**



**Gráfico II.5.3.**



Merece, assim, particular destaque o comportamento excepcionalmente favorável evidenciado pelos preços nos primeiros meses de 2010 – que foram também os meses iniciais de plena vigência do novo regime cambial, sustentado pelo ACE. Consta-se, de facto, que a variação acumulada do IPC entre o início do ano e o final de Maio não foi além de 2.7%, ou seja o menor valor (para períodos homólogos) dos últimos 18 anos – correspondendo, em particular, a menos de metade do observado em 2009 e a cerca de um quinto do contabilizado em 2008 (cf. Gráfico II.5.3).

Em termos anuais, a inflação homóloga caiu para 11.7% em Maio de 2010 (o patamar mais baixo desde Janeiro de 2004), ficando já bastante perto da meta estipulada para o final do ano (10.0%). Esta evolução favorável terá certamente ficado a dever-se à manutenção da prudência na condução das políticas orçamental e monetária, assim como à ausência de rupturas significativas no abastecimento de bens alimentares (predominantes no cabaz do IPC) – mas talvez também, em alguma medida, a um possível ajustamento das expectativas inflacionistas em função do novo enquadramento cambial (amplamente divulgado, com antecedência).

### II.5.3. Contas Externas

O perfil assumido pela balança de pagamentos santomense em 2009 reflectiu de forma bastante marcada os efeitos de segunda vaga induzidos pela crise internacional – que ficaram patentes sobretudo na retracção do investimento directo estrangeiro e, em consequência, na queda das importações de mercadorias. Da mesma forma, a evolução esperada em 2010 deverá reflectir a recuperação parcial que está em curso nesses domínios.

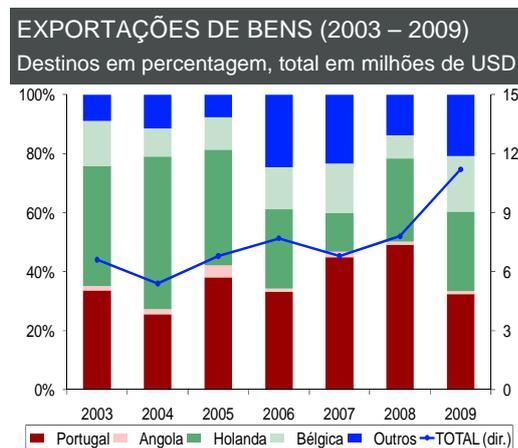
**Quadro II.5.2.**

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2007-2010)				
Em percentagem do PIB				
	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	-43.8	-51.5	-40.5	-48.5
Balança comercial	-39.5	-46.5	-37.9	-42.6
Exportações	4.6	4.3	5.8	5.9
Importações	-44.1	-50.8	-43.7	-48.5
Serviços e rendimentos	-5.1	-6.5	-6.2	-10.4
dq: Receitas do turismo	3.3	4.2	4.5	4.8
Juros da Dívida	-1.1	-0.8	-0.8	...
Transferências Unilaterais	0.8	1.5	3.6	4.5
Bal. de capital e financeira	50.2	60.9	46.9	45.8
dq: IDE	15.0	31.2	3.9	7.2
Bónus petrolíferos	19.4	0.0	0.0	...
Alívio da dívida	110.6	19.2	27.6	...
Donativos (s/ Alívio div.)	21.0	20.6	20.4	...
Balança global	6.5	9.4	6.4	-2.7

Fontes: BCSTP e FMI.

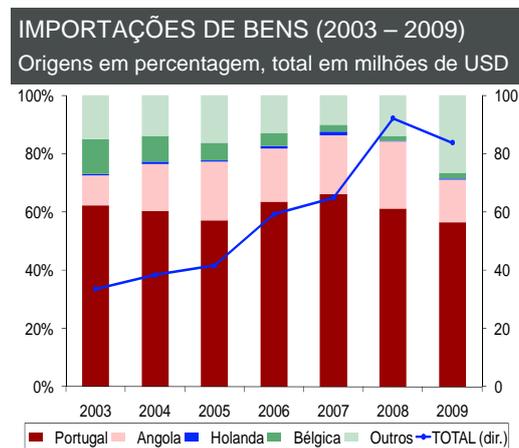
A significativa redução do valor nominal das importações de mercadorias que se registou em 2009 ficou ainda a dever-se à descida dos preços internacionais das matérias-primas, face aos níveis prevaletentes no primeiro semestre do ano anterior, mas terá estado sobretudo associada à forte queda do IDE (cf. Quadro II.5.2). Diversos projectos com avanço previsto para 2009 – nomeadamente nos domínios agro-industrial, dos serviços portuários e do turismo – acabaram, de facto, por ser adiados, ressentindo-se da alteração global nas condições de mercado (em particular, ao nível do financiamento junto das praças internacionais).

**Gráfico II.5.4.**



Fontes: BCSTP e FMI.

**Gráfico II.5.5.**

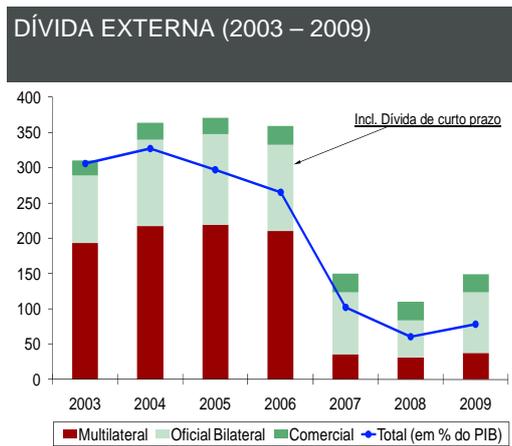


Os factores acima referidos terão igualmente afectado a distribuição geográfica das importações, com os dois principais parceiros – Portugal e Angola – a evidenciarem uma redução do seu peso relativo – que permanece, contudo, predominante (cf. Gráfico II.5.5). Uma acentuada concentração geográfica continuou também patente no campo das exportações (cf. Gráfico II.5.4) – as quais acusaram, aliás, um desempenho bastante positivo em 2009, quer ao nível das mercadorias (tradi-

cionais, como o cacau, e reexportações de combustíveis), quer no tocante aos serviços (com novo reforço das receitas do turismo).

A queda das importações teria sido mais acentuada ainda se a ajuda pública não recuperasse na segunda metade do ano, tanto em termos de transferências (correntes e de capital) como, sobretudo, de desembolsos oficiais. Depois do alívio da dívida externa em 2007, apurou-se assim, um aumento nominal da mesma (cf. Gráfico II.5.6) – contratada, porém, em termos concessionais.

**Gráfico II.5.6.**



## II.5.4. Finanças Públicas

O rigor acrescido que se vinha observando na execução orçamental, depois dos excessos registados em 2006, foi seriamente posto à prova em 2009 – mais uma vez repercutindo, em boa medida, o impacto da crise internacional. Neste contexto das contas públicas, os canais de transmissão mais relevantes foram a baixa arrecadação de receitas aduaneiras (habitualmente responsáveis por 40 a 50% das receitas correntes totais) e, a outro nível, o atraso na entrada de donativos.

**Quadro II.5.3.**

**FINANÇAS PÚBLICAS (2007-2010)**  
Em percentagem do PIB

	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Prog.
Receitas totais	157.9	45.6	57.3	47.9
Receitas correntes	18.8	16.9	17.0	20.4
Donativos (incl. Alívio da dívida)	118.3	28.7	40.2	27.5
Bónus petrolíferos	20.7	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	37.9	30.8	49.6	69.6
dq: Despesas c/ pessoal	8.7	8.2	8.1	8.8
Juros da dívida externa	1.3	0.9	0.5	0.7
Investimento	11.3	8.2	27.8	46.8
Saldo global (base comprom.)	120.0	14.8	7.6	-21.7
Excl. Alívio da dívida	-9.6	-4.2	-19.7	-22.5
Saldo primário interno	-7.9	-6.3	-8.3	-6.1

Fontes: BCSTP, Min. Plano e Finanças (STP) e FMI.

Este último fenómeno traduziu-se numa arrecadação de donativos para projectos cifrada em apenas 48% do orçamentado para 2009, determinando essencialmente que a execução das despesas de investimento (financiadas sobretudo por recursos externos) acabasse por não ir além de 61% do previsto no OGE. Ressalve-se, porém, que os valores orçamentados nessas rubricas eram particularmente ambiciosos – também com o objectivo de compensar o arrefecimento da actividade económica decorrente da quebra no investimento privado – pelo que a execução efectivamente contabilizada acaba por comparar bem com os valores históricos (cf. Gráficos II.5.7 e 8).

Gráfico II.5.7.

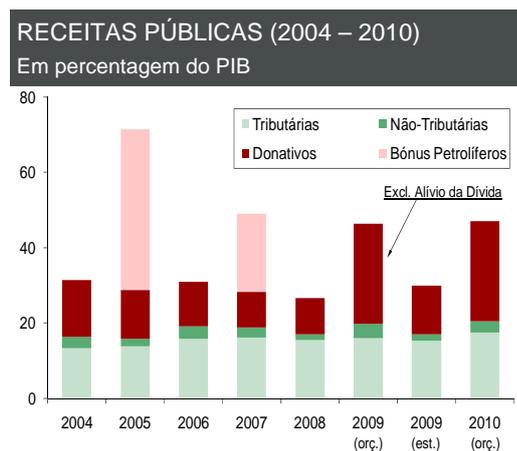
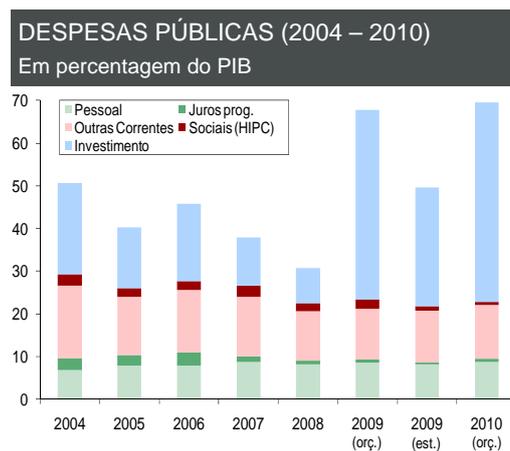


Gráfico II.5.8.



Fontes: BCSTP, Min. Plano e Finanças (STP) e FMI.

O principal desafio com que as autoridades santomenses se confrontaram no domínio da política orçamental em 2009 terá sido, todavia, a referida insuficiência das receitas aduaneiras – directamente associada à queda das importações. Tais receitas acabariam, de facto, por não ultrapassar 61% do orçamentado para o todo o ano – arrastando o conjunto das receitas correntes para uma execução de apenas 84% (graças, ainda assim, ao bom desempenho das outras receitas tributárias, nomeadamente os impostos sobre o rendimento).

Foi, por conseguinte, necessário adoptar orientações de rigorosa contenção ao nível da despesa primária interna, ou seja a parcela do total que está sob controlo directo das autoridades santomenses (dado excluir, em especial, as despesas de investimento financiadas pelo exterior). Esse esforço de contenção acabaria por dar frutos, permitindo que as despesas correntes ficassem 5% abaixo do orçamentado para 2009 – minimizando assim o impacto sobre o saldo orçamental.

É certo que se registou uma deterioração do saldo primário interno (que exclui donativos, receitas petrolíferas, juros da dívida e despesas de investimento com financiamento externo), ou seja o indicador orçamental mais relevante no contexto do novo programa apoiado pelo FMI. Porém, a contenção das despesas (e o facto de a quebra das receitas se dever a factores exógenos) viria a ser suficiente para permitir que a primeira avaliação do mesmo fosse concluída com sucesso.

Já em 2010, a execução orçamental estimada até Maio continuou a evidenciar dificuldades do lado das receitas – agora já não as aduaneiras (com um bom desempenho, em parte pela recuperação de atrasados) mas sobretudo ao nível do novo IRC, cuja plena operacionalização tem sido algo atribulada. Em resposta, foram introduzidas diversas medidas adicionais para contenção das despesas de funcionamento não-essenciais – incluindo uma cativação transversal de 10%.

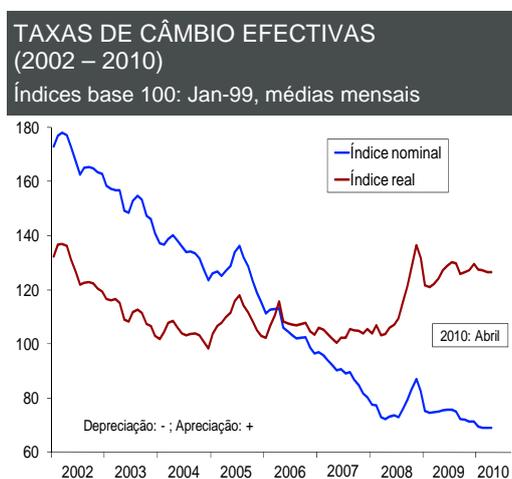
Prossegue também a operacionalização de diversas reformas no domínio orçamental, que têm contribuído para os progressos na gestão das contas públicas – reformas essas entre as quais se incluem (recentemente concretizadas ou em curso) a introdução dos novos impostos sobre o rendimento, diversas alterações à regulamentação aduaneira, a bancarização do pagamento de salários e fornecimentos ao SPA, um novo regulamento de licitações públicas, etc.

### II.5.5. Situação Monetária e Cambial

O enquadramento monetário e cambial da economia santomense alterou-se de forma substancial no início de 2010, com a entrada plena em vigor do novo regime cambial – para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o ACE celebrado em 2009 por Portugal e São Tomé e Príncipe. A fixação da taxa de câmbio entre a dobra e o euro (24 500 STD/EUR), por decisão das referidas autoridades, veio efectivamente culminar um processo de transição que se desenrolou ao longo de todo o ano de 2009, nas vertentes jurídica, regulamentar e operacional – envolvendo uma multiplicidade de aspectos (desde as comissões a cobrar na compra e venda de moeda estrangeira até aos procedimentos para obter cobertura cambial junto do BCSTP, por exemplo).

O novo regime entrou em vigor sem sobressaltos significativos, na sequência de uma campanha de divulgação atempadamente promovida pelas autoridades junto dos operadores económicos e da população, em geral. No contexto do processo de transição, o BCSTP ensaiou no início de 2009 o estabelecimento do euro como moeda de referência para a condução da política cambial, intervindo no mercado por forma a garantir a estabilidade da taxa bilateral. Tal exercício foi mantido ao longo do primeiro semestre desse ano, tendo-se todavia permitido alguma desvalorização da dobra face ao euro no segundo semestre (11.5% em termos homólogos), antes da fixação – para contrariar um pouco a apreciação efectiva então acumulada, em termos reais (cf. Gráfico II.5.9).

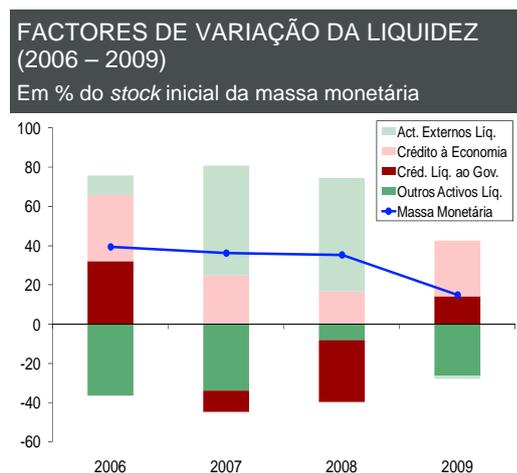
**Gráfico II.5.9.**



Tido como mais adequado às características estruturais da economia santomense (pequena, aberta, com as transacções correntes e de capitais acentuadamente orientadas para a zona euro, entre outros aspectos relevantes), o novo regime de câmbios fixos visa essencialmente dois objectivos. Por um lado, a promoção da estabilidade financeira no país (desde logo pelo impacto sobre a inflação, cuja componente importada é tradicionalmente muito considerável); por outro lado, o fomento das relações económico-financeiras com a zona euro (pela anulação do risco cambial) – assim como relativamente a terceiros países cujas moedas estejam também ancoradas ao euro.

No tocante à condução da política macroeconómica, o novo enquadramento enfatiza a importância de manter as reservas cambiais a um nível adequado e, em especial, a necessidade de rigor acrescido no tocante à execução orçamental – para evitar pressões que coloquem em risco a paridade fixa. O ACE harmoniza-se com estes propósitos, assentando em dois pilares: uma facilidade de crédito do Tesouro português, para apoio à balança de pagamentos santomense (caso se verifiquem certas circunstâncias adversas) e um compromisso da parte santomense quanto à prossecução de políticas compatíveis com a sustentabilidade macroeconómica e financeira.

**Gráfico II.5.10.**



Fontes: BCSTP e FMI.

O reforço das reservas cambiais é, de facto, um dos elementos mais relevantes da conjuntura macroeconómica de São Tomé e Príncipe nos últimos anos. Sob o impulso das receitas de privatização e da ajuda externa – enquadradas por uma mais rigorosa contenção monetária e orçamental – os activos externos líquidos do BCSTP foram-se efectivamente consolidando: dos EUR 40.9 milhões apurados em Dezembro de 2007 para os EUR 57.8 milhões contabilizados em Maio de 2010 (o equivalente a mais de 8 meses das importações de bens e serviços registadas em 2009).

Ao nível dos agregados monetários, esse afluxo de activos externos funcionou desde 2007 como o principal elemento impulsionador da expansão de liquidez na economia – parcialmente esterilizada através da constituição de depósitos do Governo. Tal fenómeno ficou particularmente claro em 2008 (c.f. Gráfico II.5.10) mas verificou-se também em 2009, embora não seja evidente nos dados estatísticos (uma entrada volumosa de ajuda externa no final do ano ficou registada provisoriamente como um passivo externo, passando a depósito do Governo apenas em 2010).

Foi assim possível que se verificasse uma expansão significativa do crédito à economia sem pôr em risco os objectivos monetários (embora com um aumento do crédito mal-parado em 2008, depois largamente revertido). A expansão da base monetária em moeda nacional (agregado instrumental para o BCSTP até à mudança de regime cambial) foi, de facto, abrandando: 50.5% em 2007, 12.3% em 2008 e 9.8% em 2009 (essencialmente no quarto trimestre). Já em 2010, passou a fazer mais sentido acompanhar a base monetária total, que se expandiu 10.3% até Maio, ou seja genericamente em linha com o ritmo observado para o conjunto de 2009 (22.3%).

## Quadro A.II.5.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2006 - 2010

UNIDADES	2006	2007	2008 Est.	2009		2010		
				Prog.	Est.	Prog.	Est.	
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>								
PIB nominal	mil milhões de Dobras	1 690	1 992	2 665	3 196	3 106	3 489	...
	milhões de EUR	108.1	107.3	123.4	...	138.0	...	...
	milhões de USD	135.8	147.2	181.5	201.0	191.6	208.0	...
PIB real	tx. variação anual	6.7	6.0	5.8	5.5	4.0	4.5	...
Inflação (Índice de Preços no Consumidor)	t.v. homologa anual	24.6	27.6	24.8	16.0	16.1	10.0	11.8 <i>Mai</i>
	t.v. média anual	23.1	18.5	32.0	...	17.0	...	15.0 <i>Mai</i>
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>								
Receitas totais	percentagem do PIB	33.7	157.9	45.6	72.6	57.3	47.9	...
Receitas correntes	percentagem do PIB	19.2	18.8	16.9	19.8	17.0	20.4	...
Donativos	percentagem do PIB	14.6	118.3	28.7	52.8	40.2	27.5	...
dos quais: Alívio da Dívida	percentagem do PIB	2.8	108.8	19.0	26.3	27.3	0.8	...
Bónus petrolíferos	percentagem do PIB	0.0	20.7	0.0	0.0	0.0	0.0	...
Despesas totais	percentagem do PIB	45.9	37.9	30.8	67.8	49.6	69.6	...
das quais: Despesas correntes	percentagem do PIB	25.6	24.1	20.6	21.2	20.7	22.0	...
Despesas de investimento	percentagem do PIB	18.2	11.3	8.2	44.3	27.8	46.8	...
Saldo primário interno <sup>(a)</sup>	percentagem do PIB	-9.5	-7.9	-6.3	-8.8	-8.3	-6.1	...
Excluindo Despesas de investimento tot.	percentagem do PIB	-6.5	-6.8	-5.0	-4.0	-4.3	-2.7	...
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	-12.1	120.0	14.8	4.8	7.6	-21.7	...
Excl. Alívio da dívida e Bónus petrolíferos	percentagem do PIB	-14.9	-9.6	-4.2	-21.5	-19.7	-22.5	...
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	-11.4	118.8	14.4	4.8	7.5	-21.7	...
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>								
Crédito líquido ao Governo	taxa var. anual	54.7	-55.5	-143.3	-28.0	36.6	...	...
Crédito à economia	taxa var. anual	45.8	32.1	22.5	2.2	41.7	...	...
Massa monetária	taxa var. anual	39.3	36.4	35.2	8.3	14.9	...	...
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	28.0	28.0	28.0	...	16.0	...	16.0 <i>Jun</i>
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>								
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	13.2	-11.7	14.7	11.5	43.6	8.9	...
Importações f.o.b.	taxa var. anual	42.3	9.6	42.1	21.4	-9.1	20.3	...
Balança comercial	percentagem do PIB	-37.9	-39.5	-46.5	-51.3	-37.9	-42.6	...
Balança de serviços	percentagem do PIB	-6.9	-8.2	-6.4	-22.7	-6.2	-11.9	...
Balança corrente	percentagem do PIB	-42.4	-43.8	-51.5	-66.1	-40.5	-48.5	...
Excluindo Transferências oficiais	percentagem do PIB	-43.0	-44.8	-53.1	-69.7	-44.6	-51.2	...
Balança corrente e de capital	percentagem do PIB	-25.1	109.2	-9.5	-16.7	10.0	-31.5	...
Activos externos líquidos do BCSTP	milhões de EUR	36.2	40.9	56.3	...	50.2	...	57.8 <i>Mai</i>
	milhões de USD	47.7	60.2	79.4	...	72.0	...	71.0 <i>Mai</i>
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>								
Dívida externa total	milhões de USD	359	150	110	...	149	...	...
	percentagem do PIB	265	102	61	...	78	...	...
Serviço da dívida externa	perc. das exportações	66	184	39	...	34	...	...
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>								
Taxa bilateral STD/Euro (mercado oficial)	taxa média	15 630	18 558	21 602	...	22 510	...	24 500 <i>Ago</i>
Taxa bilateral STD/USD (mercado oficial)	taxa média	12 445	13 537	14 685	...	16 208	...	19 582 <i>Mai</i>
ITCE <sup>(b)</sup> nominal [apreciação: +]	tx. variação anual	-17.0	-15.3	-13.5	...	-4.0	...	-7.9 <i>Abr</i>
ITCE <sup>(b)</sup> real [apreciação: +]	tx. variação anual	-2.0	-3.1	9.6	...	10.8	...	1.9 <i>Abr</i>

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2000/04; (b) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas, bónus de assinatura, juros da dívida e despesas de investimento com financiamento externo.

**Quadro A.II.5.2.**
**PRODUTO INTERNO BRUTO, 2006 - 2010**

Em milhares de milhões de Dobras

	2006	2007	2008 Est.	2009 Prog.	2009 Est.	2010 Prog.
<b>Sector Primário</b>	<b>283</b>	<b>346</b>	<b>478</b>	...	...	...
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	192	226	311	...	...	...
Pescas	82	109	152	...	...	...
Indústrias extractivas	9	11	15	...	...	...
<b>Sector Secundário</b>	<b>270</b>	<b>323</b>	<b>468</b>	...	...	...
Indústrias transformadoras	106	122	208	...	...	...
Electricidade, gás e água	37	43	69	...	...	...
Construção	128	157	191	...	...	...
<b>Sector Terciário</b>	<b>1 042</b>	<b>1 240</b>	<b>1 622</b>	...	...	...
Comércio	378	447	613	...	...	...
Alojamento e restauração	21	27	38	...	...	...
Transportes, armazenagem e comunicações	246	290	351	...	...	...
Actividades financeiras	126	184	262	...	...	...
Activ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	69	82	109	...	...	...
Administração pública, defesa e segurança social	117	107	123	...	...	...
Educação	10	11	11	...	...	...
Saúde e acção social	7	7	8	...	...	...
Outras actividades	68	86	106	...	...	...
SIFIM <sup>(a)</sup>	-89	-131	-187	...	...	...
Impostos Indirectos	184	214	284	...	...	...
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO p.m.</b>	<b>1 690</b>	<b>1 992</b>	<b>2 665</b>	<b>3 196</b>	<b>3 106</b>	<b>3 489</b>
<b>Para memória:</b>						
<i>PIBpm (taxa de variação real anual)</i>	<b>6.7</b>	<b>6.0</b>	<b>5.8</b>	<b>5.5</b>	<b>4.0</b>	<b>4.5</b>
<i>PIBpm (taxa de variação nominal anual)</i>	28.6	17.9	33.8	19.9	16.6	12.3
<i>PIB nominal (milhões de EUR; preços correntes)</i>	108.1	107.3	123.4	...	138.0	...
<i>PIB nominal (milhões de USD; preços correntes)</i>	135.8	147.2	181.5	201.0	191.6	208.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

## Quadro A.II.5.3.

## ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2000 - 2010

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
2000	Dezembro	...	9.6	9.6	12.2
2001	Dezembro	...	9.4	9.4	9.2
2002	Dezembro	...	9.0	9.0	10.1
2003	Dezembro	...	10.0	10.0	9.8
2004	Dezembro	...	15.2	15.2	13.3
2005	Dezembro	...	17.2	17.2	17.2
2006	Dezembro	...	24.6	24.6	23.1
2007	Dezembro	...	27.6	27.6	18.5
2008	Dezembro	...	24.8	24.8	32.0
2009	Dezembro	...	16.1	16.1	17.0
2008	Janeiro	1.8	1.8	27.7	19.0
	Fevereiro	3.8	5.7	31.2	20.0
	Março	3.3	9.2	33.8	21.5
	Abril	1.9	11.4	35.1	23.4
	Maio	1.6	13.2	35.8	25.4
	Junho	1.0	14.2	35.3	27.2
	Julho	2.9	17.6	37.0	29.0
	Agosto	1.3	19.2	35.2	30.6
	Setembro	1.1	20.5	32.5	31.7
	Outubro	0.8	21.4	30.2	32.3
	Novembro	1.2	22.9	27.1	32.4
	Dezembro	1.6	24.8	24.8	32.0
2009	Janeiro	0.7	0.7	23.5	31.5
	Fevereiro	0.9	1.6	20.0	30.4
	Março	1.4	3.0	17.7	28.9
	Abril	1.8	4.8	17.5	27.4
	Maio	1.8	6.7	17.7	25.9
	Junho	1.2	7.9	18.0	24.5
	Julho	0.7	8.7	15.4	22.7
	Agosto	0.6	9.3	14.6	21.1
	Setembro	0.9	10.3	14.3	19.7
	Outubro	1.2	11.6	14.7	18.5
	Novembro	1.9	13.7	15.5	17.6
	Dezembro	2.1	16.1	16.1	17.0
	<i>Dezembro (prog.)</i>	...	...	16.0	...
2010	Janeiro	0.6	0.6	15.9	16.4
	Fevereiro	0.8	1.4	15.8	16.1
	Março	0.5	1.9	14.8	15.8
	Abril	0.5	2.4	13.4	15.5
	Maio	0.3	2.7	11.8	15.0
	<i>Dezembro (prog.)</i>	...	...	10.0	...

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.5.4.

**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2006 - 2010**

Em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009		2010
				Est.	Prog.	
<b>1. BALANÇA CORRENTE</b>	<b>-57.6</b>	<b>-64.4</b>	<b>-93.5</b>	<b>-132.8</b>	<b>-77.6</b>	<b>-100.9</b>
1.1. Balança comercial	-51.5	-58.1	-84.4	-103.2	-72.6	-88.6
Exportações (f.o.b.)	7.7	6.8	7.8	8.7	11.2	12.2
<i>das quais:</i>						
Cacau	2.5	3.5	5.0	3.7	5.4	5.4
Reexportações	3.9	2.9	2.2	4.5	5.0	6.1
Importações (f.o.b.)	-59.2	-64.9	-92.2	-111.9	-83.8	-100.8
<i>das quais:</i>						
Bens alimentares	-17.0	-17.6	-24.2	-18.2	-29.0	-27.9
Bens de investimento	-20.6	-25.8	-35.3		-30.0	
Combustíveis	-15.0	-14.6	-22.1	-15.1	-14.7	-20.2
1.2. Balança de serviços	-9.4	-12.0	-11.7	-45.6	-11.8	-24.7
Exportações	8.4	6.7	9.7	11.1	11.4	12.5
<i>das quais:</i> Viagens e turismo	6.5	4.9	7.7	8.8	8.6	10.0
Importações	-17.8	-18.7	-21.4	-56.7	-23.2	-37.2
<i>das quais:</i> Fretes e seguros	-13.6	-13.6	-17.3	...	-16.6	...
1.3. Balança de rendimentos	3.1	4.5	-0.1	4.8	-0.1	3.0
Crédito	6.2	6.8	1.9	...	2.0	...
<i>do qual:</i> Juros da CNP <sup>(a)</sup>	0.6	3.0	0.4	...	1.4	...
Débito	-3.1	-2.3	-2.0	...	-2.1	...
<i>do qual:</i> Juros da dívida programados	-2.5	-1.6	-1.5	...	-1.5	...
1.4. Transferências correntes	0.2	1.2	2.7	11.2	6.9	9.4
Transferências privadas	-0.6	-0.3	-0.2	3.9	-0.9	3.8
<i>das quais:</i> Remessas de emigrantes	1.6	2.0	3.0	...	2.0	...
Transferências oficiais	0.8	1.5	2.9	7.3	7.8	5.6
<b>2. BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA</b>	<b>55.6</b>	<b>73.9</b>	<b>110.5</b>	<b>122.2</b>	<b>89.9</b>	<b>95.3</b>
2.1. Balança de capital	23.5	225.1	76.3	99.2	96.8	35.3
Transferências de capital	23.5	225.1	76.3	99.2	96.8	35.3
<i>das quais:</i>						
Donativos a projectos	20.5	18.5	25.3	...	36.1	...
Outros donativos		12.4	12.0	...	3.0	...
Bónus do petróleo	0.0	28.6	0.0	...	0.0	...
Alívio da dívida		162.7	34.8	52.8	52.8	...
2.2. Balança financeira	32.1	-151.2	34.2	23.0	-6.9	60.0
Administração pública -- Empréstimos	-0.3	-181.1	-35.4	-38.9	-35.9	2.3
<i>dos quais:</i>						
Desembolsos	7.8	4.8	4.7	16.9	23.0	5.4
Amortizações	-8.1	-185.9	-40.1	-53.7	-58.9	-0.9
Outros activos (líq.)	25.5	29.3	58.4	61.6	10.3	57.5
<i>dos quais:</i> Investimento directo estrangeiro	27.6	22.1	56.7	27.9	7.5	15.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	6.9	0.6	11.2	0.0	18.7	0.0
<b>3. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2)</b>	<b>-2.0</b>	<b>9.5</b>	<b>17.0</b>	<b>-10.6</b>	<b>12.3</b>	<b>-5.6</b>
<b>4. FINANCIAMENTO</b>	<b>2.0</b>	<b>-9.5</b>	<b>-17.0</b>	<b>10.6</b>	<b>-12.3</b>	<b>5.6</b>
Variação das reservas cambiais, excl. CNP (aumento: -)	-11.7	-4.7	-22.6	8.3	-12.9	3.8
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	14.9	-6.3	2.7	2.3	2.3	1.8
Variação de atrasados (redução: -)	0.0	0.0	-1.3	0.0	-1.7	0.0
Juros não recebidos	-4.3	-1.5	...	...	...	...
Refinanciamento da dívida	3.1	3.0	4.2	0.0	0.0	0.0
<b>5. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO<sup>(b)</sup>: (4) + (5)</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>
<b>Para memória:</b>						
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-42.4	-43.8	-51.5	-66.1	-40.5	-48.5
Balança Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-25.1	109.2	-9.5	-16.7	10.0	-31.5

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Conta Nacional do Petróleo; CNP; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

**Quadro A.II.5.5.****DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2001 - 2010**

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 I trim.	2001 a 2009
Angola	0.5	2.1	1.7	1.8	4.1	1.1	1.8	0.9	1.1	4.8	1.6
Bélgica	9.7	13.1	15.1	9.5	11.0	14.2	16.8	7.9	18.9	0.5	13.3
Holanda	58.1	60.0	40.7	51.7	39.1	26.9	13.3	28.2	26.8	1.3	37.5
Portugal	12.7	19.6	33.5	25.5	38.0	33.1	44.9	49.2	32.3	52.1	32.9
Outros	19.0	5.2	9.0	11.5	7.7	24.6	23.2	13.8	20.8	41.2	14.7
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

**Quadro A.II.5.6.****DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2001 - 2010**

Em percentagem do total

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 I trim.	2001 a 2009
Angola	15.6	11.2	10.3	16.0	20.3	18.3	20.1	22.9	14.8	3.1	17.7
Bélgica	11.0	14.8	11.9	8.8	6.1	4.6	2.3	1.7	1.9	1.4	5.0
China	0.1	0.0	0.7	0.1	0.2	0.3	1.7	0.9	1.4	4.0	0.8
França	6.2	0.8	3.1	0.5	0.3	1.1	0.3	0.2	0.7	20.3	1.0
Gabão	4.2	3.0	3.1	1.4	0.6	3.5	2.2	3.0	2.7	6.3	2.6
Holanda	0.9	5.7	0.5	1.0	0.3	0.8	1.4	0.1	0.4	0.1	0.9
Japão	6.8	7.0	3.4	6.0	7.4	0.7	0.2	0.8	4.4	1.1	3.2
Portugal	47.8	54.6	62.3	60.4	57.1	63.6	66.2	61.3	56.4	51.7	60.0
Outros	7.5	2.9	4.7	5.8	7.7	7.1	5.6	9.1	17.4	11.8	8.8
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

## Quadro A.II.5.7.

## DÍVIDA EXTERNA, 2006 - 2009

Em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009 Est.
<b>1. Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>341.1</b>	<b>146.6</b>	<b>106.6</b>	<b>125.7</b>
da qual: Atrasados	74.2	77.1	66.0	69.0
1.1 Dívida Multilateral	210.5	35.9	30.6	37.0
da qual: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0
BADEA	3.1	2.5	2.9	4.2
BAD/FAD	99.4	2.2	2.2	2.2
BEI	5.5	2.6	2.4	2.1
FIDA	8.8	10.2	3.9	5.7
FMI	4.1	2.4	3.7	4.4
IDA	82.7	9.7	9.7	13.7
OPEP	7.0	6.2	5.7	4.7
1.2 Dívida Oficial Bilateral	104.0	84.2	49.4	62.9
da qual: Atrasados	47.7	50.5	39.4	43.2
1.2.1 Membros do Clube de Paris	19.6	0.0	0.0	0.0
da qual: Atrasados	0.3	0.0	0.0	0.0
Alemanha	5.9	0.0	0.0	0.0
Bélgica	0.8	0.0	0.0	0.0
Espanha	3.3	0.0	0.0	0.0
França	6.3	0.0	0.0	0.0
Rússia	3.2	0.0	0.0	0.0
1.2.2 Outros credores oficiais	84.4	84.2	49.4	62.9
da qual: Atrasados	47.3	50.5	39.4	43.2
Angola	22.0	22.0	22.0	35.4
Argélia <sup>(a)</sup>	1.3	1.3	1.3	1.3
Cabo Verde	0.0	0.0	0.0	0.0
China	16.9	17.3	17.3	17.0
ex-Jugoslávia	8.8	8.8	8.8	8.8
Portugal	35.4	34.8	0.0	0.4
1.3 Dívida Comercial	26.6	26.6	26.6	25.8
da qual: Atrasados	26.6	26.6	26.6	25.8
Itália <sup>(b)</sup>	26.6	26.6	26.6	25.8
<b>2. Dívida de Curto Prazo</b>	<b>18.4</b>	<b>3.4</b>	<b>3.4</b>	<b>23.4</b>
da qual: Atrasados	3.4	3.4	3.4	3.4
Angola	3.4	3.4	3.4	13.4
Nigéria	15.0	0.0	0.0	10.0
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL [1 + 2]</b>	<b>359.5</b>	<b>150.0</b>	<b>110.0</b>	<b>149.1</b>
da qual: Atrasados	77.6	80.5	69.3	72.4
<b>Para memória:</b>				
Serviço da dívida externa programado				
(em % das exportações de bens e serviços)	65.8	183.7	38.9	33.6
Dívida externa total (em % do PIB)	264.8	101.9	60.6	77.8
Atrasados totais (em % do PIB)	57.2	54.7	38.2	37.8

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Perdão da dívida em negociação; (b) Dívida em litígio, a aguardar decisão do tribunal internacional.

## Quadro A.II.5.8.

## OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2006 - 2010

Em milhares de milhões de Dobras

	2006	2007	2008	2009			2010		
				Orç.	Est.	g.e. (a)	Orç.	Est.	g.e. (a)
<b>1. Receitas Totais</b>	<b>570</b>	<b>3 145</b>	<b>1 216</b>	<b>2 320</b>	<b>1 778</b>	<b>76.6</b>	<b>1 670</b>	<b>349</b>	<b>20.9</b>
1.1. Receitas correntes	324	375	451	633	529	83.6	712	236	33.1
Receitas tributárias	267	320	411	512	473	92.4	611	219	35.8
das quais: Receitas aduaneiras	137	157	215	269	165	61.2	218	93	42.8
Receitas não-tributárias	57	55	40	121	56	46.2	101	17	16.6
das quais: Receitas petrolíferas	18	7	6	33	0	0.0	36	0	0.0
1.2. Donativos	246	2 357	765	1 687	1 249	74.1	958	113	11.8
Donativos para projectos	197	168	165	810	387	47.8	893	102	11.4
Outros donativos	2	21	93	38	13	33.9	38	5	14.1
Donativos associados ao alívio da dívida	47	2 168	507	839	849	101.2	27	6	23.7
1.3. Bónus de assinatura de contratos petrolíferos	0	413	0	0	0	...	0	0	...
<b>2. Despesas Totais</b>	<b>775</b>	<b>755</b>	<b>821</b>	<b>2 167</b>	<b>1 541</b>	<b>71.1</b>	<b>2 429</b>	<b>416</b>	<b>17.1</b>
2.1. Despesas correntes	433	479	549	677	644	95.2	769	288	37.5
Despesas com o pessoal	132	174	219	275	252	91.7	307	127	41.4
Bens e serviços	87	112	164	144	195	135.7	189	77	40.7
Subsídios e transferências	108	135	103	205	144	70.4	218	75	34.4
Juros da dívida pública	52	26	24	23	16	70.2	26	3	10.9
Outras despesas correntes	54	33	39	31	37	121.2	29	6	21.3
2.2. Despesas de investimento	307	225	219	1 417	863	60.9	1 633	125	7.6
Com financiamento interno	51	22	34	153	126	82.1	119	42	35.5
Com financiamento externo	256	203	185	1 264	737	58.3	1 514	83	5.5
2.3. Despesas sociais relacionadas com a Iniciativa HIPC	35	51	53	73	33	45.4	27	3	12.2
<b>3. SALDO GLOBAL (base de compromissos) [1] - [2]</b>	<b>-205</b>	<b>2 390</b>	<b>395</b>	<b>153</b>	<b>237</b>	<b>...</b>	<b>-759</b>	<b>-68</b>	<b>...</b>
<b>4. Variação de Atrasados [redução: -]</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>...</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>...</b>
Atrasados externos (juros)	21	0	0	0	0	...	0	0	...
Atrasados internos	0	5	21	0	0	...	0	59	...
Valores em trânsito, erros e omissões	-9	-29	-31	0	-3	...	0	8	...
<b>5. SALDO GLOBAL (base de caixa) [3] + [4]</b>	<b>-193</b>	<b>2 366</b>	<b>385</b>	<b>153</b>	<b>234</b>	<b>...</b>	<b>-759</b>	<b>-1</b>	<b>...</b>
<b>6. Financiamento</b>	<b>193</b>	<b>-2 366</b>	<b>-385</b>	<b>-153</b>	<b>-234</b>	<b>...</b>	<b>759</b>	<b>1</b>	<b>...</b>
Financiamento interno	162	-31	79	223	270	...	187	-190	...
Crédito bancário (líquido)	162	-31	-233	...	270	...	...	-190	...
do qual: Conta Nacional do Petróleo	184	-72	44	...	39	...	...	0	...
Financiamento não bancário	0	0	312	...	0	...	...	0	...
do qual: Receitas de privatizações	0	0	312	...	0	...	...	0	...
Financiamento externo	31	-2 335	-464	-376	-505	...	572	191	...
Desembolsos para projectos	99	39	20	...	350	...	...	180	...
Outros desembolsos	24	-174	29	...	9	...	...	11	...
Amortizações programadas (incl. Alívio)	-92	-2 203	-520	...	-863	...	...	-1	...
Variação de atrasados (capital)	0	-137	0	...	0	...	...	0	...
Rescalonamento bilateral	0	140	7	...	0	...	...	0	...
<b>7. Diferencial de financiamento [5] + [6]</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>...</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>...</b>

## Para memória:

Saldo Global, base de compromissos (em % do PIB)	-12.1	120.0	14.8	4.8	7.6	...	-21.7	...	...
excluindo Alívio da dívida (em % do PIB)	-14.9	11.1	-4.2	-21.5	-19.7	...	-22.5	...	...
excl. Alívio da dívida e Bónus petrol. (em % do PIB)	-14.9	-9.6	-4.2	-21.5	-19.7	...	-22.5	...	...
Saldo Primário Interno <sup>(b)</sup> (Dbs 10 <sup>9</sup> )	-161	-158	-167	-281	-259	...	-213	-95	...
(em % do PIB)	-9.5	-7.9	-6.3	-8.8	-8.3	...	-6.1	...	...
Saldo Prim. Int. <sup>(b)</sup> , excl. Desp. Investimento tot. (Dbs 10 <sup>9</sup> )	-110	-136	-133	-127	-133	...	-94	-53	...
(em % do PIB)	-6.5	-6.8	-5.0	-4.0	-4.3	...	-2.7	...	...

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado; (b) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas, bónus de assinatura, juros da dívida e despesas de investimento com financiamento externo.

**Quadro A.II.5.9.**
**SÍNTESE MONETÁRIA, 2006 - 2009**

Em milhares de milhões de Dobras

	2006	2007	2008	2008/2007		2009 Jun	2009 Set	2009		2009e/2008	
				(A)	(B)			Prog.	Est.	(A)	(B)
1. ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS	863	1 202	1 676	39.5	57.8	1 604	1 529	1 549	1 659	-1.0	-1.5
1.1. Banco Central	623	864	1 209	39.9	42.0	1 218	1 141	1 220	1 210	0.1	0.1
dos quais: Reservas internacionais líquidas	557	777	1 116	43.7	41.3	1 132	1 201	1 152	1 256	12.5	12.5
das quais: Conta Nacional do Petróleo	111	212	183	-13.5	-3.5	151	155	162	163	-11.2	-1.9
1.2. Bancos comerciais	240	338	467	38.4	15.8	387	388	329	450	-3.8	-1.6
2. ACTIVOS INTERNOS LÍQUIDOS	-261	-380	-566	-48.8	-22.6	-564	-392	-346	-384	32.1	16.4
2.1. Crédito interno líquido	351	436	318	-27.2	-14.4	493	746	457	792	149.3	42.7
2.1.1. Crédito líquido ao Governo	-115	-179	-436	-143.3	-31.3	-412	-266	-314	-276	36.6	14.4
Crédito ao Governo	106	112	126	12.5	1.7	137	153	150	167	32.4	3.7
Depósitos do Governo	-221	-291	-562	93.1	-33.0	-549	-418	-464	-443	-21.2	10.7
2.1.2. Crédito à economia	466	616	754	22.5	16.9	905	1 011	771	1 069	41.7	28.3
do qual: Em moeda estrangeira	362	472	528	12.0	6.9	650	723	590	766	45.1	21.4
2.2. Outros activos líquidos	-611	-816	-883	-8.2	-8.2	-1 057	-1 138	-803	-1 176	-33.1	-26.4
3. MASSA MONETÁRIA	603	822	1 110	35.2	35.2	1 041	1 137	1 203	1 275	14.9	14.9
3.1. Moeda	226	286	454	58.9	...	365	400	504	469	3.2	...
3.1.1. Circulação monetária	92	110	120	9.2	...	104	116	149	151	25.9	...
3.1.2. Depósitos à ordem em m/n	133	176	334	90.1	...	261	284	355	317	-4.9	...
3.2. Quase-moeda	377	536	656	22.5	...	676	737	699	806	22.9	...
3.2.1. Depósitos a prazo em moeda nacional	28	27	44	61.6	...	73	75	47	80	83.5	...
3.2.2. Depósitos em moeda estrangeira	349	509	612	20.4	...	603	662	652	726	18.6	...
3.2.1.1. À ordem	229	327	409	25.1	...	399	409	...	431	5.3	...
3.2.1.2. A prazo	121	182	204	12.1	...	204	253	...	295	45.1	...

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (A) Taxa de variação percentual face a Dezembro anterior; (B) Taxa de variação em percentagem da massa monetária de Dezembro anterior (factores de variação da liquidez).

**Quadro A.II.5.10.**
**TAXAS DE JURO, 2006 - 2009**

Taxas anuais

	2006 Dez	2007 Dez	2008 Dez	2009 Mar	2009 Jun	2009 Set	2009 Dez
1. Taxa de Referência do BCSTP	28.0	28.0	28.0	23.5	19.0	17.0	16.0
2. Taxas Activas							
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	31.0	34.3	31.2	31.2	31.2	31.2	31.2
2.2. Créditos de 181 dias a 1 um ano	32.0	32.1	28.7	28.7	28.7	28.7	28.7
2.3. Créditos superiores a 1 um ano	32.5	30.8	28.0	28.0	28.0	28.0	28.0
3. Taxas Passivas							
3.1. Depósitos a prazo até 90 dias	12.0	12.3	10.2	10.2	10.2	10.2	10.2
3.2. Depósitos a prazo entre 91 dias e 1 ano	14.5	13.2	11.3	11.3	11.3	11.3	11.3
3.3. Depósitos a prazo maior que 1 ano	16.0	Negociável	Negociável	Negociável	Negociável	Negociável	Negociável

Para memória:

Inflação (t. v. homóloga anual)	24.6	27.6	24.8	17.7	18.0	14.3	16.1
---------------------------------	------	------	------	------	------	------	------

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

**Quadro A.II.5.11.****TAXAS DE CÂMBIO, 2000 - 2010**

Taxas médias do período

	Dobra / Euro		Dobra / USD		ITCE <sup>(a)</sup> <sup>(b)</sup>		
	Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real	
2000	7 367	-3.7	7 978	12.0	159.5	134.1	
2001	7 901	7.2	8 842	10.8	165.7	128.9	
2002	8 586	8.7	9 088	2.8	169.2	127.1	
2003	10 568	23.1	9 348	2.9	151.7	111.0	
2004	12 306	16.4	9 902	5.9	134.1	103.7	
2005	13 123	6.6	10 519	6.2	126.6	109.5	
2006	15 630	19.1	12 445	18.3	105.2	107.3	
2007	18 558	18.7	13 537	8.8	89.1	104.0	
2008	21 602	16.4	14 685	18.0	77.0	113.9	
2009	22 510	4.2	16 208	19.7	74.0	126.2	
2008	Janeiro	21 487	26.2	14 608	11.6	77.5	103.8
	Fevereiro	21 551	24.9	14 621	10.6	77.3	106.9
	Março	22 960	30.5	14 824	11.5	73.0	103.1
	Abril	23 234	29.5	14 738	10.8	72.2	103.6
	Maio	22 927	25.7	14 736	9.2	73.2	106.0
	Junho	22 790	25.8	14 666	8.7	73.6	107.1
	Julho	23 065	24.6	14 620	8.3	72.9	109.4
	Agosto	21 925	19.3	14 600	8.2	76.1	115.8
	Setembro	20 907	10.0	14 526	6.1	79.4	121.5
	Outubro	19 719	0.9	14 726	7.1	83.3	128.5
	Novembro	18 738	-8.1	14 716	5.9	87.1	136.5
	Dezembro	19 920	-3.8	14 839	4.4	82.6	131.7
2009	Janeiro	21 839	1.6	16 475	12.8	75.2	121.8
	Fevereiro	21 936	1.8	17 150	17.3	74.4	120.9
	Março	21 940	-4.4	16 866	13.8	74.7	122.1
	Abril	21 944	-5.6	16 627	12.8	75.0	124.2
	Maio	21 950	-4.3	16 133	9.5	75.4	127.1
	Junho	21 966	-3.6	15 677	6.9	75.7	128.7
	Julho	21 989	-4.7	15 610	6.8	75.6	130.2
	Agosto	22 173	1.1	15 548	6.5	75.1	129.7
	Setembro	23 099	10.5	15 869	9.2	72.3	125.9
	Outubro	23 554	19.4	15 915	8.1	71.9	126.5
	Novembro	23 867	27.4	16 173	9.9	71.2	127.3
	Dezembro	23 861	19.8	16 451	10.9	71.2	129.5
2010	Janeiro	24 500	12.2	17 277	4.9	69.4	127.5
	Fevereiro	24 500	11.7	18 037	5.2	69.0	127.1
	Março	24 500	11.7	18 194	7.9	69.0	126.4
	Abril	24 500	11.6	18 394	10.6	69.0	126.5
	Maio	24 500	11.6	19 582	21.4	...	...

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2001/2004; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra. Base 100: Janeiro de 1999.



## TIMOR-LESTE



Área: 14 600 Km<sup>2</sup>

Capital: Dili

População: 1.1 milhões (2009)

Moeda: USD



## II.6.1. Síntese

Em 2009, verificou-se um abrandamento do crescimento económico. O PIB não-petrolífero, mesmo assim, atingiu uma variação em termos reais de 7.4%, estando prevista para 2010 a manutenção na prática deste ritmo de crescimento (7.5%). O crescimento da procura interna tem vindo, desde 2008, a beneficiar de uma política orçamental de cariz claramente mais expansionista em resultado também de um melhor funcionamento da administração pública, que permitiu uma mais eficaz execução orçamental face à prática dos anos anteriores.

**Quadro II.6.1.**

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS (2007-2010)				
	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
PIB real não-petrolífero ( <i>t.v.a.</i> )	8.4	12.8	7.4	7.5
Inflação ( <i>t.v.a. média</i> )	10.3	9.0	0.7	4.0
Massa monetária ( <i>t.v.a.</i> )	44.0	34.0	39.0	...
Balança corrente (% PIB <i>n.petrol.</i> )	258.6	357.0	214.1	159.8
Receitas petrolíferas (% PIB <i>n.p.</i> )	330.0	424.2	265.1	197.3
Saldo orçamental (% PIB <i>n.p.</i> ) <sup>(a)</sup>	284.0	338.6	175.8	101.3
Dívida pública (USD)	0.0	0.0	0.0	0.0

**Fontes:** MPF de Timor-Leste, ABP, FMI e cálculos do Banco de Portugal

**Notas:** (a) Saldo orçamental em base de caixa.

A inflação, que até meados de 2008 apresentou uma tendência crescente, resultante da forte subida dos preços dos bens alimentares - essencialmente o arroz – apresentou uma redução significativa em 2009 em consequência da normalização dos preços daqueles produtos. Para 2010 prevê-se uma taxa de inflação de 4.0%, que compara com uma taxa de 0.7% em 2009.

Após o forte aumento das despesas públicas em 2008, as despesas do Estado continuaram em 2009 a registar um valor elevado em termos relativos (acima de 100% do PIB não petrolífero). Importa considerar que estas despesas não põem em causa a solidez das finanças públicas, tendo em conta as substanciais receitas fiscais da exploração dos recursos energéticos, sendo, na realidade, necessárias para diminuir as deficiências estruturais que ainda caracterizam a economia timorense. O Estado timorense continua a não registar qualquer dívida, interna ou externa, e, pelo contrário, mantém uma significativa posição credora internacional, expressa pelo valor crescente do seu Fundo do Petróleo, que, no final de 2009, superava já os 5 mil milhões de dólares.

Dada a incapacidade do aparelho produtivo de Timor em responder prontamente aos estímulos da procura, uma das consequências da política expansionista adoptada foi um notável incremento das importações, particularmente em 2008, mas também em 2009, o que no entanto não impossibilitou o registo de um elevado excedente da balança corrente graças às receitas petrolíferas. Este, contudo, registou uma redução significativa em 2009, em resultado da diminuição das transferências correntes provenientes das referidas receitas.

O sector bancário apresenta ainda um nível reduzido de intermediação financeira e um contributo fraco para o desenvolvimento económico. Os depósitos captados são cerca do dobro do crédito concedido e a sua rendibilidade é assegurada por um diferencial elevado entre as taxas de juro das aplicações (crédito e aplicações no exterior) e as taxas de remuneração dos depósitos (praticamente nulas), o que não estimula a formação de hábitos de poupança. O grau de penetração

bancária junto da população timorense é aliás muito diminuto, só ganhando alguma expressão em Dili, nomeadamente entre os funcionários públicos.

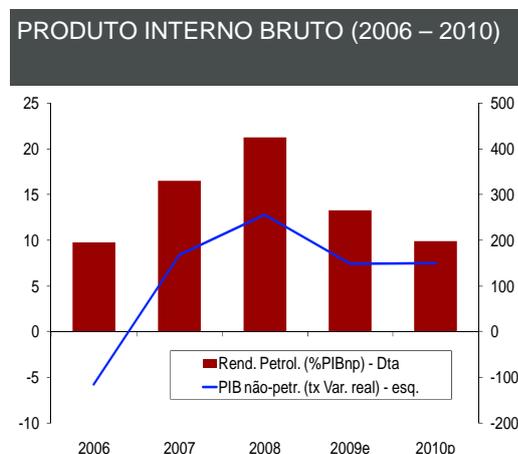
O principal efeito da crise económica internacional sobre Timor-Leste fez-se notar na diminuição do preço do petróleo a partir de meados de 2008, que se reflectiu nas contas públicas e na balança de pagamentos em 2009. Relativamente a outros possíveis canais de transmissão internacional da crise – redução do comércio internacional, exposição do sistema bancário e dificuldades no acesso ao financiamento – a reduzida dimensão e grau de desenvolvimento da economia timorense contribuiu para que o seu efeito não tenha sido particularmente relevante.

## II.6.2. Procura, Produção e Preços

A economia timorense continua a registar um elevado crescimento económico, embora inferior ao verificado em 2008. Com efeito, a taxa de crescimento real do PIB não petrolífero ascendeu a 7.4% em 2009, esperando-se um crescimento de 7.5% em 2010. Projecta-se também que neste ano o produto proveniente da exploração do petróleo atinja 1.6 mil milhões de dólares, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 7% face a 2009 (ou seja, ligeiramente inferior ao crescimento do PIB não petrolífero). Importa realçar que, apesar de uma ligeira redução do seu peso na economia timorense, em virtude da diminuição do preço do petróleo, o sector petrolífero representa ainda mais do dobro do valor da produção não-petrolífera.

O dinamismo da actividade económica, ao longo dos últimos anos, tem beneficiado de uma política orçamental de cariz expansionista.

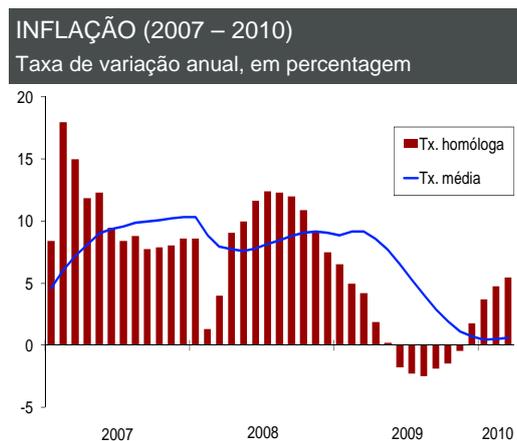
**Gráfico II.6.1.**



Fonte: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

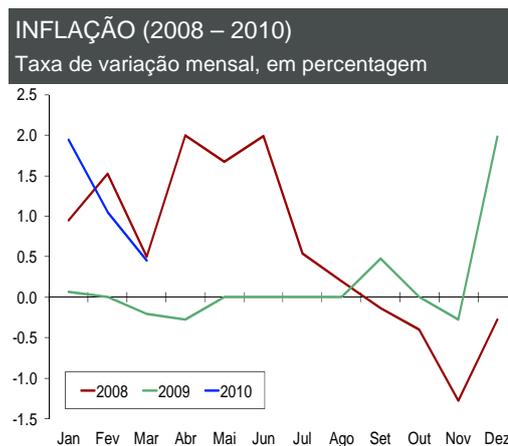
De salientar que a exploração de recursos energéticos (petróleo e gás) decorre em jazidas *off-shore*, tendo um envolvimento de factores nacionais praticamente nulo. Por esse motivo a sua produção não é incluída nas exportações e a sua contribuição para a economia timorense resulta essencialmente dos rendimentos do exterior (*royalties* e impostos sobre a produção) que constituem uma muito importante fonte de receitas fiscais. O peso do sector petrolífero no PIB total foi de cerca de 71% em 2009, contrastando com os 80% do ano anterior, em virtude da queda do preço do crude.

Gráfico II.6.2.



Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

Gráfico II.6.3.



O comportamento da taxa de inflação em Timor tem apresentado uma trajetória decrescente ao longo de 2009. Esta evolução deu origem a uma taxa de variação média de 0,7% no final daquele ano, valor bastante inferior aos observados em anos anteriores. Esta evolução foi sobretudo ditada pela normalização dos preços dos bens alimentares (após o forte crescimento de 2008) em particular do arroz, que constitui o item com peso mais elevado no cabaz de consumo das famílias timorenses.

### II.6.3. Contas Externas

As receitas decorrentes da concessão de exploração de recursos naturais energéticos têm sido determinantes no comportamento da balança de pagamentos timorense desde 2004. Com efeito, apesar da redução do défice da balança comercial em 2009, o significativo decréscimo dos rendimentos provenientes do petróleo contribuiu para uma diminuição do elevado excedente da balança corrente.

De salientar que, em virtude dos custos de exploração e do regime de *royalties* e impostos, o efeito de uma variação do preço do petróleo tem um impacto sobre as receitas captadas pelo Estado mais do que proporcional ao efeito sobre o valor da produção. Para além disso, a acumulação de recursos sobre o exterior provenientes das receitas petrolíferas não se traduz no crescimento das disponibilidades líquidas sobre o exterior do sistema bancário residente, nomeadamente das reservas oficiais detidas pela Autoridade Bancária, mas sim no valor dos activos do Fundo do Petróleo.

Este Fundo foi criado em 2005 com o objectivo de estabilizar a política orçamental face à volatilidade do comportamento do preço do petróleo e, simultaneamente, promover uma maior justiça na afectação inter-temporal desta riqueza não renovável. Em 2009 o Fundo do Petróleo registou receitas acumuladas no montante de 5,1 mil milhões de dólares.

**Quadro II.6.2.**

BALANÇA DE PAGAMENTOS (2007-2010)				
Em percentagem do PIB não-petrolífero				
	2007	2008	2009	2010
			Est.	Proj.
Balança corrente	258.6	357.0	214.1	159.8
(excl. Assistência internacional)	196.9	294.3	149.7	115.2
Balança comercial	-36.9	-60.1	-45.8	-64.6
Exportações	1.6	2.3	1.4	1.8
Importações	38.6	62.3	47.2	66.4
Serviços (líq.)	-57.8	-72.0	-73.0	-54.5
Rendimentos (líq.)	292.3	427.0	268.4	234.1
dos quais: Rend. petrolíferos	288.1	424.2	265.1	231.3
Transferências correntes (líq.)	61.0	62.1	64.4	44.8
Bal. de capital e financeira	-226.2	-360.5	-206.3	-169.5
Bal. de capital e financeira "ajustada" (a)	-4.0	-6.4	-39.5	-8.1
Balança global	32.5	-3.5	7.8	-9.8
Balança global "ajustada" (a)	254.7	350.7	174.6	151.7

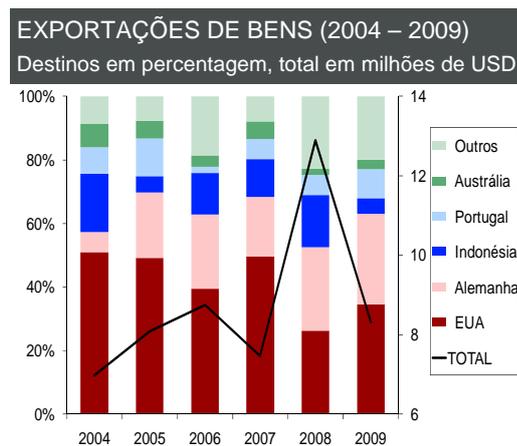
Fontes: ABP e FMI.

Notas: (a) As balança de capital e global "ajustadas" excluem os fluxos de capital associados às aplicações do Fundo de Petróleo.

De salientar ainda a redução observada no défice da balança de capital e financeira, que reflecte os resultados da aplicação no exterior das poupanças petrolíferas. As aplicações no exterior do Fundo do Petróleo são registadas negativamente na balança de capital e financeira e, ocasionalmente, têm superado em valor absoluto os excedentes da balança corrente, dando origem a saldos negativos da balança global.

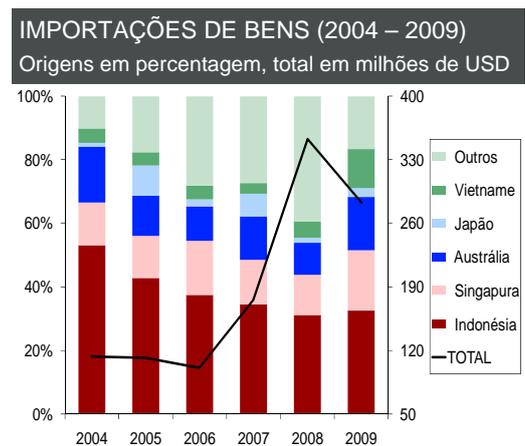
Terá assim mais significado avaliar o comportamento destes agregados separando os activos do Fundo do Petróleo, os quais, devido à sua natureza, propósito e titularidade, poderiam ser considerados como "reservas oficiais", à semelhança do que se verifica noutros países produtores.

**Gráfico II.6.4.**



Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

**Gráfico II.6.5.**



Em termos de distribuição geográfica das exportações, os EUA continuam a ter uma posição de destaque em resultado do duradouro envolvimento deste país no processo de apoio à colheita e comercialização do café, praticamente o único bem de exportação de Timor, com excepção dos

bens energéticos (os quais, como foi referido, não são contabilizados no comércio externo). Pela primeira vez, esta posição foi superada pela Alemanha em 2008 (mas já não no ano seguinte), em parte devido à actividade de cooperação germânica em projectos de recuperação e desenvolvimento agrícola.

No que respeita a origem das importações, os países vizinhos (Indonésia e Austrália) e ainda Singapura, entreposto comercial de todo o sudeste asiático, constituem os principais fornecedores.

## II.6.4. Finanças Públicas

As despesas públicas continuaram a registar valores bastante elevados em 2009 (superiores a 100% do PIB não petrolífero), embora, em termos relativos, inferiores aos do ano anterior.

**Quadro II.6.3.**

FINANÇAS PÚBLICAS (2007-2010)				
Em percentagem do PIB não-petrolífero				
Ano fiscal:	2007	2008	2009	2010
			Est.	Proj.
Receitas totais	343	432	275	210
Rec. internas	11	8	10	12
Rec. petrolíferas	330	424	265	197
Donativos	3	0	0	0
Despesas totais	59	94	99	108
Desp. correntes	46	62	62	73
Desp. de investimento	13	31	38	36
Saldo Global (base caixa)	284	339	176	101

**Fontes:** Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

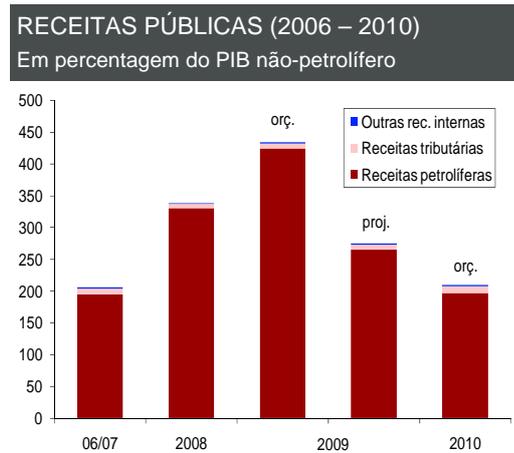
Praticamente todas as componentes da despesa têm vindo a aumentar muito significativamente desde 2007, tendo as despesas com o pessoal e as despesas de investimento registado os maiores acréscimos em 2009.

Estas despesas, em particular as de investimento, demonstram a intenção do Governo em desenvolver estruturas que possibilitem um acelerado desenvolvimento económico e social e revelam igualmente uma melhor capacidade de execução de projectos de investimento. De referir também o aumento substancial com as despesas com transferências e subsídios, consideradas indispensáveis para mitigar as condições de pobreza da generalidade da população.

A política expansionista, juntamente com a menor captação de receitas fiscais decorrente da redução do preço do petróleo contribuiu para que o excedente fiscal deste último ano (178% do PIB não petrolífero) se cifrasse em menos de metade do registado no ano anterior.

O orçamento para 2010 prevê a continuação da política expansionista, apresentando um volume de despesas totais equivalente a 108% do produto interno não-petrolífero. As componentes de investimento e de transferências e subsídios são aquelas que, de acordo com o orçamento, registarão os maiores aumentos.

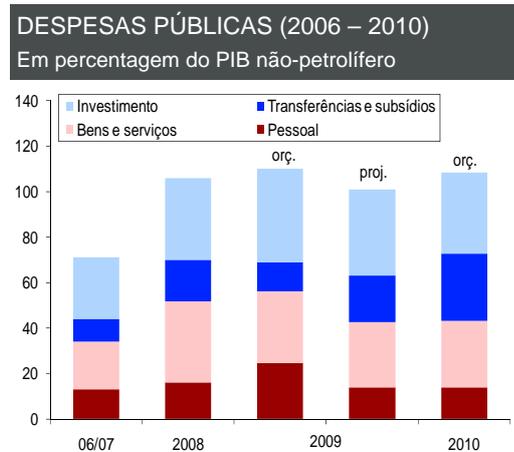
**Gráfico II.6.6.**



Fonte: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

O Fundo do Petróleo, que atingiu em 2009 o montante, atrás referido, de 5.1 mil milhões de dólares, continua a ser considerado uma peça chave na adequada gestão dos recursos energéticos, impedindo que a volatilidade destas receitas se traduza em comportamentos fiscais e macroeconómicos erráticos e criando, ao mesmo tempo, as condições para uma mais justa distribuição intergeracional de receitas.

**Gráfico II.6.7.**



Fonte: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

A estratégia conservadora da gestão destes activos revelou-se particularmente adequada face ao comportamento dos mercados financeiros em 2008: enquanto a generalidade dos fundos soberanos registaram perdas moderadas a severas, a opção do fundo timorense em deter em exclusivo títulos de dívida governamental dos EUA, de curta e média duração, permitiu realizar mais-valias significativas.

## II.6.5. Situação Monetária e Cambial

O funcionamento do sistema monetário e cambial em Timor-Leste continua a ser determinado pela opção tomada em 2001 pela ONU - reafirmada pelas autoridades timorenses após a restauração

da independência - de empregar o USD como moeda oficial. Naturalmente que esta opção inviabiliza a utilização activa de medidas de política monetária e cambial, as quais teriam aliás fortes limitações dado o elevado grau de abertura ao exterior da economia timorense e a reduzida expressão do seu sector bancário.

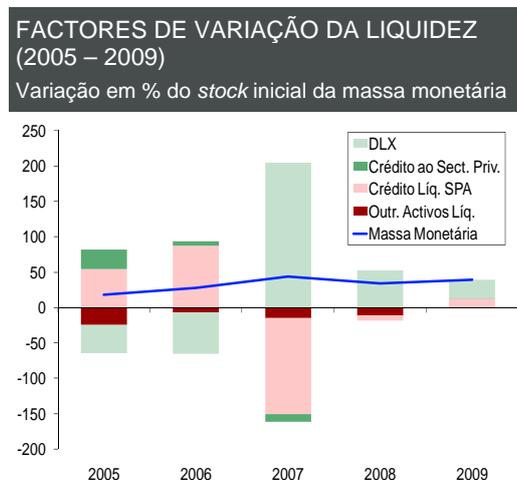
Em 2009 o factor mais relevante a nível dos agregados monetários foi o incremento dos depósitos no sector bancário, que teve como contrapartida um aumento dos activos líquidos sobre o exterior destas instituições. O crédito ao sector privado continua a ter uma expressão reduzida.

O desenvolvimento do crédito bancário está condicionado pelo baixo nível de rendimento e, sobretudo, pela falta de um enquadramento jurídico adequado, nomeadamente de registo de propriedade e de procedimentos de colateralização e de recuperação de empréstimos.

A actividade financeira em Timor-Leste continua concentrada nas cinco instituições bancárias existentes desde 2003. A Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) desempenha as funções básicas de banco central, como a regulação e supervisão bancárias, a distribuição de notas de USD e a emissão de moeda metálica nacional e a gestão do sistema de pagamentos, bem como a gestão operacional do Fundo do Petróleo.

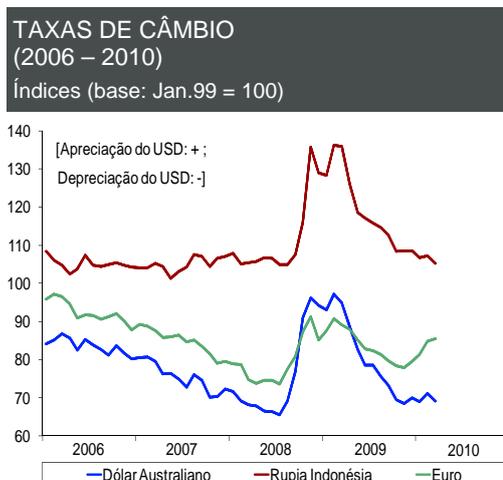
Para além da ABP existem ainda três bancos comerciais, sucursais de reconhecidos bancos internacionais, e uma instituição de micro-crédito (autorizada também a recolher depósitos), a qual é actualmente de propriedade pública.

Gráfico II.6.8.



Fonte: ABP e FMI.

Gráfico II.6.9.



Fonte: FMI e Banco de Portugal.

A nível cambial, merece relevo a depreciação (real e nominal) do dólar norte-americano face às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, ocorrida durante o ano de 2009 e atenuada desde o início de 2010.

## Quadro A.II.6.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2006 - 2010

	UNIDADES	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>						
PIB nominal	milhões de USD	964	1 713	2 850	2 097	2 312
PIB não-petrolífero	milhões de USD	352	455	566	599	706
	tx. variação real	-5.8	8.4	12.8	7.4	7.5
Inflação (IPC)	t. v. homóloga anual	7.3	8.6	7.5	1.8	4.0
	t. v. média anual	3.9	10.3	9.0	0.7	4.0
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>						
Receitas totais	% do PIB não-petrol.	205	343	432	275	210
Receitas internas	% do PIB não-petrol.	10	11	8	10	12
Receitas petrolíferas (petróleo e gás)	% do PIB não-petrol.	195	330	424	265	197
Donativos	% do PIB não-petrol.	0	3	0	0	0
Despesas totais (base caixa)	% do PIB não-petrol.	32	59	94	99	108
Despesas correntes	% do PIB não-petrol.	27	46	62	62	73
Despesas de investimento	% do PIB não-petrol.	5	13	31	38	36
Saldo orçamental (base caixa)	% do PIB não-petrol.	174	284	339	176	101
Saldo orçamental (base compromissos)	% do PIB não-petrol.	218	298	333	176	101
Dívida pública	% do PIB não-petrol.	0	0	0	0	0
Fundo Petrolífero	milhões de USD	1 012	2 086	4 197	5 109	6 197
	% do PIB não-petrol.	287.2	458.1	742.0	852.9	877.8
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>						
Activos Externos Líquidos <sup>(a)</sup> (fim de período)	% PIB não petrol.	319.2	527.9	811.5	926.8	...
	taxa de variação anual	112.6	113.7	90.9	21.0	...
Activos Internos Líquidos <sup>(b)</sup> (fim de período)	% PIB não petrol.	-3.7	-38.2	-35.4	-29.1	...
	taxa de variação anual	-84.0	1 238.5	14.9	-12.8	...
Massa Monetária <sup>(c)</sup> (fim de período)	% PIB não petrol.	28.4	31.6	34.1	44.8	...
	taxa de variação anual	28.2	44.0	34.0	39.0	...
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>						
Balança corrente, s/ assist. internacional	% do PIB não-petrol.	100.8	196.9	294.3	149.7	115.2
Balança corrente, c/ assist. internacional	% do PIB não-petrol.	153.0	258.6	357.0	214.1	159.8
Balança Comercial	% do PIB não-petrol.	-26.1	-36.9	-60.1	-45.8	-64.6
Exportações de mercadorias <sup>(d)</sup>	% do PIB não-petrol.	2.5	1.6	2.3	1.4	1.8
	taxa de variação anual	9.3	-14.7	72.8	-35.5	56.3
Importações de mercadorias	% do PIB não-petrol.	28.5	38.6	62.3	47.2	66.4
	taxa de variação anual	-10.2	74.7	100.7	-19.8	66.0
Balança Global	% do PIB não-petrol.	-19.8	32.5	-3.5	7.8	-9.8

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) O Fundo do Petróleo considera-se fazendo parte dos Activos Externos, apesar de não estar incluído no balanço consolidado do sector bancário; (b) Os Activos Internos líquidos são negativos devido ao elevado peso dos depósitos bancários do Sector Público; (c) Não inclui as notas (de USD) em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário devido à dolarização; (d) As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, sendo registadas nas contas de rendimentos do exterior (royalties) e de transferências (impostos).

## Quadro A.II.6.2.

**PRODUTO INTERNO BRUTO, 2006 - 2010**

Preços correntes, em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
<b>Agricultura, pescas e silvicultura</b>	<b>116.6</b>	<b>124.7</b>	<b>151.4</b>	...	...
Agricultura tradicional	84.3	90.7	104.8	...	...
Agric. comercial, pescas e silvicultura	32.3	34.0	46.6	...	...
<b>Indústria e Serviços</b>	<b>105.1</b>	<b>127.0</b>	<b>158.5</b>	...	...
Indústria extractiva (não-petrolífera)	1.9	2.2	2.6	...	...
Indústria transformadora	8.7	10.2	12.3	...	...
Construção (sector privado)	14.9	19.0	26.2	...	...
Transportes e comunicações	25.4	31.0	37.5	...	...
Comércio por grosso e a retalho	25.4	31.0	39.2	...	...
Serviços financeiros e outros	28.8	33.6	40.7	...	...
<b>Sector Público</b>	<b>130.7</b>	<b>203.7</b>	<b>255.7</b>	...	...
Serviços públicos	85.2	112.6	145.4	...	...
Electricidade, gás e água	5.0	6.0	7.9	...	...
Construção pública	14.9	27.4	36.0	...	...
Administração das Nações Unidas	25.6	57.7	66.4	...	...
<b>PIB não petrolífero</b>	<b>352.4</b>	<b>455.4</b>	<b>565.6</b>	<b>599.0</b>	<b>706.0</b>
<b>Rendimentos petrolíferos</b>	<b>612.0</b>	<b>1 258.0</b>	<b>2 284.0</b>	<b>1 498.0</b>	<b>1 606.0</b>
<b>PIB TOTAL</b>	<b>964.4</b>	<b>1 713.4</b>	<b>2 849.6</b>	<b>2 097.0</b>	<b>2 312.0</b>
<b>Consumo</b>	<b>376.6</b>	<b>513.2</b>	...	...	...
Consumo privado	200.7	254.2	...	...	...
Consumo público	175.9	259.0	...	...	...
<b>Investimento bruto</b>	<b>67.8</b>	<b>111.2</b>	...	...	...
FBCF	61.0	103.0	...	...	...
Sector Público	53.5	91.1	...	...	...
Sector Privado	7.5	11.9	...	...	...
Variação de Stocks	6.8	8.2	...	...	...
<b>Exportações líquidas</b>	<b>-92.0</b>	<b>-169.0</b>	<b>-339.0</b>	<b>-430.0</b>	<b>-456.0</b>
Exportações	9.0	7.0	14.0	10.0	13.0
Importações	101.0	176.0	353.0	440.0	469.0
<b>Por memória:</b>					
<i>PIB não-petrolífero (variação real em %)</i>	-5.8	8.4	12.8	7.4	7.5

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

**Quadro A.II.6.3.**

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2002- 2010 <sup>(a)</sup>**

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2002	Dezembro	...	9.5	4.7
2003	Dezembro	...	4.2	7.2
2004	Dezembro	...	1.8	3.2
2005	Dezembro	...	0.9	1.1
2006	Dezembro	...	7.3	3.9
2007	Dezembro	...	8.6	10.3
2008	Dezembro	...	7.5	9.0
2009	Dezembro	...	1.8	0.7
2008	Janeiro	1.0	8.6	10.3
	Fevereiro	1.5	1.3	8.9
	Março	0.5	4.0	7.9
	Abril	2.0	9.1	7.7
	Maio	1.7	10.0	7.6
	Junho	2.0	11.6	7.8
	Julho	0.5	12.4	8.1
	Agosto	0.2	12.3	8.4
	Setembro	-0.1	12.0	8.8
	Outubro	-0.4	10.9	9.0
	Novembro	-1.3	9.2	9.1
	Dezembro	-0.3	7.5	9.0
2009	Janeiro	0.1	6.5	8.9
	Fevereiro	0.0	4.9	9.2
	Março	-0.2	4.2	9.2
	Abril	-0.3	1.9	8.5
	Maio	0.0	0.2	7.7
	Junho	0.0	-1.7	6.5
	Julho	0.0	-2.3	5.3
	Agosto	0.0	-2.5	4.0
	Setembro	0.5	-1.9	2.9
	Outubro	0.0	-1.5	1.9
	Novembro	-0.3	-0.5	1.1
	Dezembro	2.0	1.8	0.7
2010	Janeiro	1.9	3.7	0.5
	Fevereiro	1.1	4.8	0.5
	Março	0.5	5.5	0.6

**Fontes:** Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste, ABP e cálculos do Banco de Portugal.

**Notas:** (a) Índice nacional (Base: Dez. 2001 = 100).

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n do ano anterior); [3] média últimos 12 meses / média 12 meses anteriores.

## Quadro A.II.6.4.

**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2006 - 2010**

Em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
<b>BALANÇA CORRENTE</b>					
<b>Excluindo Assistência Internacional</b>	<b>355</b>	<b>897</b>	<b>1 664</b>	<b>897</b>	<b>813</b>
<b>Incluindo Assistência Internacional</b>	<b>539</b>	<b>1 178</b>	<b>2 019</b>	<b>1 283</b>	<b>1 128</b>
Mercadorias	-92	-168	-340	-274	-456
Exportações de bens <sup>(a)</sup>	9	7	13	8	13
das quais: Café	9	6	12	7	9
Importações de bens <sup>(b)</sup>	101	176	353	283	469
Serviços (líquidos)	-199	-263	-407	-437	-385
Rendimentos (líquidos)	645	1 331	2 415	1 608	1 653
dos quais: Rendimentos do petróleo e do gás	637	1 312	2 399	1 588	1 633
Transferências correntes (líq.)	185	278	351	386	316
das quais: Assistência internacional	184	281	355	386	315
<b>BALANÇA DE CAPITAL E OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>-609</b>	<b>-1 030</b>	<b>-2 039</b>	<b>-1 236</b>	<b>-1 197</b>
Transferências de capital oficiais	42	32	29	36	37
Balança financeira <sup>(c)</sup>	-651	-1 062	-2 068	-1 200	-1 234
da qual: Aplicaç. no exterior de poup. petrolíferas	-637	-1 012	-2 003	-999	-1 140
<b>Bal. de Capital e Operaç. Financeiras, excluindo os fluxos associados às aplicações do Fundo do Petróleo</b>	<b>28</b>	<b>-18</b>	<b>-36</b>	<b>-237</b>	<b>-57</b>
<b>BALANÇA GLOBAL</b>	<b>-70</b>	<b>148</b>	<b>-20</b>	<b>47</b>	<b>-69</b>
Variação nos activos externos líquidos [Aumento: - ]	70	-147	20	-47	69
<b>BALANÇA GLOBAL, excluindo os fluxos associados às aplicações do Fundo do Petróleo</b>	<b>567</b>	<b>1 160</b>	<b>1 983</b>	<b>1 046</b>	<b>1 071</b>
<i>Por memória:</i>					
	<i>(em percentagem do PIB não petrolífero)</i>				
<i>Balança corrente (incl. Assistência Internacional)</i>	153	259	357	214	160
<i>Balança Comercial</i>	-26	-37	-60	-46	-65
<i>Balança de Serviços (líquida)</i>	-56	-58	-72	-73	-55
<i>Balança de Rendimentos (líquida)</i>	183	292	427	268	234
<i>Transferências Correntes (líquidas)</i>	52	61	62	64	45
<i>Balança de Capital e Operações Financeiras</i>	-173	-226	-361	-206	-170
<i>Bal. de Capital e Operaç. Financeiras, excluindo os fluxos associados às aplicações do Fundo do Petróleo</i>	8	-4	-6	-40	-8
<i>Balança Global</i>	-20	32	-3	8	-10
<i>Balança Global, excluindo os fluxos associados às aplicações do Fundo do Petróleo</i>	161	255	351	175	152

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

Notas: (a) As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, sendo contabilizadas nas contas de rendimentos do exterior (royalties e juros) e de transferências (impostos); (b) Em 2005 as importações incluem os bens transferidos pela UNMISSET no final do seu mandato (valor estimado de USD 12 milhões); (c) Inclui erros e omissões.

**Quadro A.II.6.5.**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2004 - 2009**

Em milhares de USD

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alemanha	441	1 671	2 042	1 404	3 392	2 370
Austrália	511	444	302	415	267	252
EUA	3 551	3 973	3 446	3 696	3 381	2 871
Indonésia	1 277	406	1 146	886	2 120	413
Portugal	579	966	178	477	808	756
Singapura	158	91	642	252	1 399	290
Taiwan	...	197	99	0	41	32
Outros	455	338	889	333	1 491	1 334
Exportações totais	6 972	8 086	8 744	7 463	12 899	8 318

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI

**Quadro A.II.6.6.**

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2004 - 2009**

Em milhares de USD

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Austrália	20 051	14 145	10 949	23 981	35 708	47 197
China	1 149	1 684	2 208	4 545	5 363	11 571
Indonésia	60 200	47 769	37 734	60 515	109 863	92 108
Japão	1 269	10 535	2 182	12 521	5 880	7 750
Portugal	1 686	1 656	1 947	2 151	3 137	9 488
Singapura	15 154	14 796	17 001	24 726	44 115	53 517
Vietname	5 242	4 534	4 406	5 810	18 102	34 602
Outros	8 738	16 500	24 141	41 432	130 403	26 360
Importações totais	113 489	111 619	100 568	175 681	352 571	282 593

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI

## Quadro A.II.6.7.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2006 - 2010 <sup>(a), (b)</sup>

Em milhões de USD

	Ano fiscal: 2006/07		2007 2ºsem.		2008		2009		2010
	Orç.	Est.	Orç.	Est.	Orç.	Est.	Orç.	Proj.	Proj.
<b>Receitas totais</b>	<b>732</b>	<b>1 044</b>	<b>575</b>	<b>692</b>	<b>1 979</b>	<b>2 444</b>	<b>1 312</b>	<b>1 649</b>	<b>1 481</b>
Receitas internas	39	40	19	20	40	45	59	61	88
Impostos directos	8	12	6	5	13	19	11	11	...
Impostos indirectos	21	19	10	9	18	19	38	38	...
Outras receitas	10	9	3	6	10	6	10	11	11
Receitas petrolíferas	683	993	556	672	1 939	2 399	1 253	1 588	1 393
Receitas fiscais	644	956	519	640	1 846	2 284	1 163	1 498	1 144
Royalties e juros	40	37	37	42	93	115	90	90	249
Donativos	10	11	0	0	0	0	0	0	0
<b>Despesas totais (base de caixa)</b>	<b>309</b>	<b>172</b>	<b>109</b>	<b>105</b>	<b>742</b>	<b>529</b>	<b>648</b>	<b>596</b>	<b>766</b>
Despesas correntes	172	133	101	62	592	351	405	371	514
Despesas com o pessoal	47	40	27	24	61	53	91	82	98
Bens e serviços	94	64	48	15	171	179	185	170	208
Transferências e subsídios	31	29	26	23	360	119	129	119	208
Despesas de investimento	137	21	8	1	150	178	243	225	252
Despesas do exercício anterior		18		42					
<b>Saldo global (base caixa)</b>	<b>423</b>	<b>872</b>	<b>466</b>	<b>587</b>	<b>1 237</b>	<b>1 915</b>	<b>664</b>	<b>1 053</b>	<b>715</b>
<b>Saldo sem rec. petrolíferas</b>	<b>-260</b>	<b>-121</b>	<b>-90</b>	<b>-85</b>	<b>-702</b>	<b>-484</b>	<b>-589</b>	<b>-535</b>	<b>-678</b>
<b>Financiamento</b>	260	121	90	85	702	484	589	535	678
Variação nos saldos de caixa (aumento: -)	0	-139	50	45	54	87	1	-54	176
Utilização dos rendim. petrolíferos	260	260	40	40	687	397	588	589	502
<i>Por memória:</i>									
<i>Saldo global (base compromissos)</i>									
Em milhões de USD	424	787	466	594	1 198	1 663	663	1 052	715
Em % do PIB não-petrolífero	130	241	234	298	240	333	111	176	101
<i>Fundo Petrolífero (valor acumulado)</i>									
Em milhões de USD (fim período)		1 211		2 793		4 197		5 109	6 197
Em % do PIB não-petrolífero		370		702		841		853	878

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

Notas: (a) Orçamento da Administração Central; (b) Até Julho de 2007, o ano fiscal em Timor-Leste correspondia ao período compreendido entre 1 de Julho de um determinado ano civil e 30 de Junho do ano civil seguinte.

## Quadro A.II.6.8.

## SÍNTESE MONETÁRIA, 2005 - 2009

Em milhões de USD

	2005	2006	2007	2008		2009
				Proj.	Est.	
<b>SISTEMA BANCÁRIO CONSOLIDADO</b>						
<b>Disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX)</b>	<b>159</b>	<b>113</b>	<b>318</b>	<b>305</b>	<b>393</b>	<b>443</b>
Disponibilidades sobre o exterior	206	144	356	351	422	469
Disponibilidades em caixa (numerário em USD)	24	...	...	...	...	...
Disponibilidades sobre bancos exteriores <sup>(a)</sup>	182	...	...	...	...	...
Responsabilidades perante o exterior	47	31	38	46	29	26
<b>Activos internos líquidos</b>	<b>-81</b>	<b>-13</b>	<b>-174</b>	<b>-118</b>	<b>-200</b>	<b>-174</b>
Crédito líquido ao Sector Público	-151	-83	-219	-140	-230	-206
Crédito ao sector privado	106	111	101	106	102	104
Outros activos (líquidos)	-36	-41	-56	-84	-72	-72
<b>Massa Monetária <sup>(c)</sup></b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>144</b>	<b>187</b>	<b>193</b>	<b>268</b>
Moeda metálica em circulação	2	2	2	2	2	3
Depósitos à ordem	38	52	73	95	102	155
Depósitos a prazo e outros depósitos	38	46	68	90	88	111
<b>AUTORIDADE BANCÁRIA</b>						
<i>Por memória:</i>						
<i>Activos do Fundo do Petróleo <sup>(b)</sup></i>	<i>370</i>	<i>1 012</i>	<i>2 086</i>	<i>3 834</i>	<i>4 197</i>	<i>5 109</i>
<i>DLX - Sector bancário consolidado (tx. var. anual)</i>	<i>-14.2</i>	<i>-28.9</i>	<i>181.4</i>	<i>-4.1</i>	<i>23.6</i>	<i>12.7</i>
<i>DLX - Autoridade Bancária (tx. var. anual)</i>	<i>-16.2</i>	<i>-45.1</i>	<i>173.8</i>	<i>-30.4</i>	<i>-8.7</i>	<i>-100.0</i>
<i>Massa Monetária <sup>(c)</sup> (tx. var. anual)</i>	<i>18.2</i>	<i>28.2</i>	<i>44.0</i>	<i>29.9</i>	<i>34.0</i>	<i>39.0</i>

Fonte: ABP e FMI.

Notas: (a) Até Junho de 2005 (inclusivé) esta rubrica integrava os activos que a partir dessa data foram integrados no Fundo de Petróleo de Timor-Leste; (b) O Fundo do Petróleo de Timor-Leste foi criado em Julho de 2005; até essa data os activos que nele vieram a ser integrados faziam parte das disponibilidades sobre o exterior da ABP; (c) Em Timor-Leste o agregado Massa Monetária não inclui as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto de dolarização; inclui no entanto as moedas metálicas (centavos) emitidas pela ABP e que representam em Timor-Leste sub-denominações do USD.

## Quadro A.II.6.9.

## TAXAS DE CÂMBIO, 2001 - 2010

Taxas médias

	Dólar Australiano	Rupia da Indonésia	Euro	ITCE <sup>(a)</sup>	
	USD/AUD	IDR/USD	USD/EUR	Nominal	Real
2001	0.52	10 260.90	0.89	...	...
2002	0.54	9 311.20	0.94	...	...
2003	0.65	8 577.10	1.13	93.18	106.43
2004	0.74	8 938.85	1.24	93.28	104.77
2005	0.76	9 704.74	1.25	97.57	102.99
2006	0.76	9 159.77	1.26	94.87	95.08
2007	0.84	9 142.83	1.37	91.88	96.93
2008	0.86	9 698.96	1.47	93.63	98.63
2009	0.79	10 389.94	1.39	99.88	102.77
2008 Janeiro	0.88	9 394.80	1.47	91.34	95.29
Fevereiro	0.91	9 164.00	1.47	89.33	93.84
Março	0.92	9 185.80	1.55	88.79	93.02
Abril	0.93	9 212.00	1.57	88.55	93.42
Maio	0.95	9 300.30	1.56	88.83	94.18
Junho	0.95	9 283.50	1.56	88.86	95.36
Julho	0.96	9 145.30	1.58	87.87	93.76
Agosto	0.91	9 149.25	1.50	89.31	94.99
Setembro	0.82	9 372.80	1.44	92.53	98.02
Outubro	0.69	10 100.00	1.33	100.17	105.47
Novembro	0.66	11 836.00	1.27	111.08	115.27
Dezembro	0.67	11 243.80	1.36	106.95	110.92
2009 Janeiro	0.68	11 178.50	1.32	106.73	110.99
Fevereiro	0.65	11 866.30	1.28	111.75	116.05
Março	0.66	11 847.50	1.30	111.25	115.08
Abril	0.71	10 978.30	1.32	105.54	109.32
Maio	0.76	10 339.50	1.36	100.25	103.47
Junho	0.80	10 209.30	1.40	98.50	101.55
Julho	0.80	10 095.80	1.41	97.82	100.32
Agosto	0.83	9 984.50	1.43	96.49	98.54
Setembro	0.86	9 816.80	1.46	94.82	96.75
Outubro	0.91	9 445.50	1.48	91.68	93.26
Novembro	0.92	9 459.50	1.49	91.50	92.72
Dezembro	0.90	9 457.75	1.46	92.24	95.14
2010 Janeiro	0.91	9 296.50	1.43	91.30	95.35
Fevereiro	0.89	9 346.50	1.37	92.34	97.13
Março	0.91	9 168.50	1.36	90.86	95.90

Fontes: FMI, Banco da Indonésia e Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice de Taxa de Câmbio Efectiva. Base = 100 (Dez. 2005); o cálculo do índice é efectuado utilizando como ponderadores das taxas de câmbio bilaterais (e da inflação relativa) os pesos dos cinco principais parceiros comerciais de Timor-Leste no período 2004 a 2008 (Indonésia, Singapura, Austrália, Vietname e Zona do Euro).



CAPÍTULO III  
RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS  
DE PORTUGAL  
COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

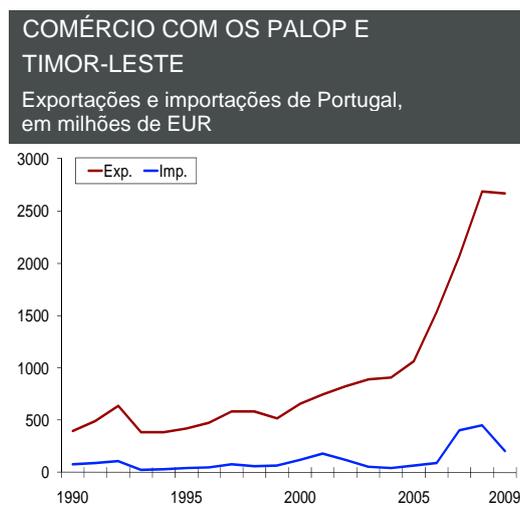




### III.1. Relações comerciais e balanços de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

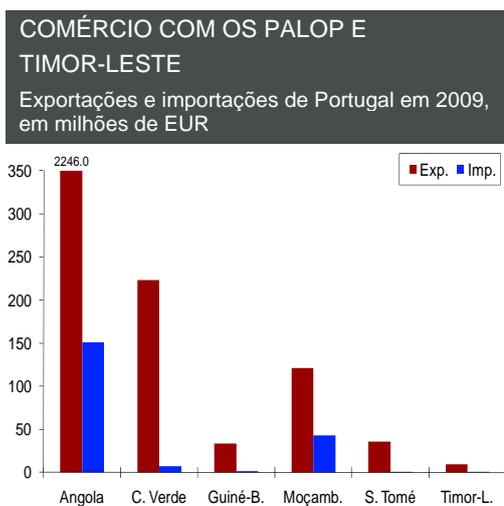
Acompanhando a retracção do comércio mundial, as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste inverteram em 2009 a trajectória de crescimento dos últimos anos. Contudo, a quebra das exportações totais portuguesas foi mais pronunciada com o resto do mundo que com este conjunto de países, pelo que o peso das exportações para os PALOP e Timor-Leste evidenciou algum crescimento, chegando a 8.36%. As importações portuguesas oriundas daqueles países são menos significativas, representando apenas 0.41% do total em 2009.

Gráfico III.1.1.



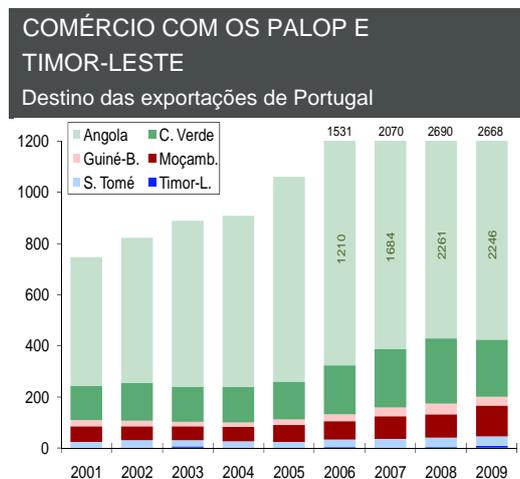
Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.2.



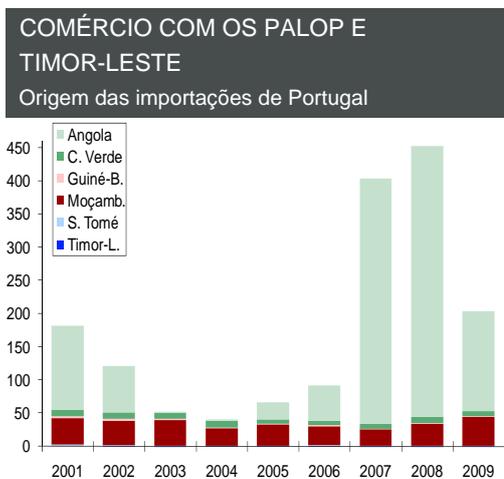
Em 2009, as exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste evidenciaram uma quebra de 0.8% relativamente ao ano anterior, fixando-se em EUR 2.67 mil milhões. As importações daquele conjunto de países registaram uma diminuição de 54.9%, para EUR 0.2 mil milhões.

Gráfico III.1.3.



Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.4.



A redução das importações induziu um novo reforço do saldo positivo da balança comercial com os PALOP e Timor-Leste em 2009, evolução que se repete desde 1999, atingindo EUR 2.46 mil milhões (subida de 10% relativamente ao ano anterior).

O menor volume de exportações decorreu sobretudo das diminuições relativas aos produtos enviados para Cabo Verde (em EUR 34.6 milhões) e Angola (em EUR 15.2 milhões), ainda que parcialmente compensadas pelo crescimento das exportações destinadas a Moçambique (subida de EUR 28.7 milhões). Quanto às importações, o decréscimo verificado no total resultou em larga margem da redução dos produtos oriundos de Angola (em EUR 256.9 milhões), como reflexo do menor valor de importações inscrito na classe *Combustíveis Minerais* (onde consta o petróleo).

Angola mantém-se, desde 2006 e neste grupo de países, como o principal destino das exportações portuguesas e o maior originador das importações, representando respectivamente 84% e 74% do total, em 2009.

Gráfico III.1.5.



Gráfico III.1.6.



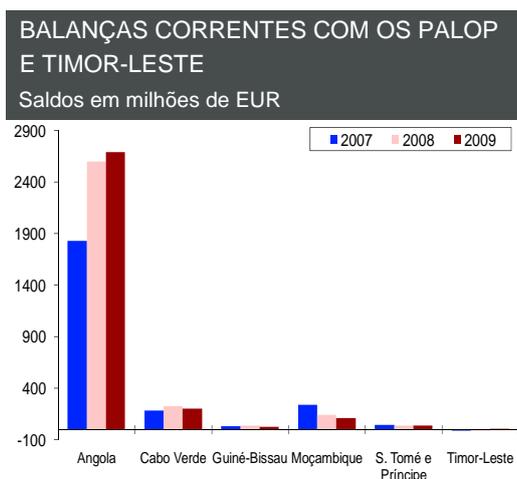
Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Por grupos de produtos, a estrutura das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste mantém como principais categorias as relativas a *Máquinas e Aparelhos*, *Alimentares* e *Metais Comuns*, responsáveis, no seu conjunto, por 55% do total de produtos exportados.

O decréscimo registado nas importações de *Combustíveis Minerais* provenientes de Angola não impediu que esta se mantivesse como categoria dominante, com 73% do total das importações de Portugal de produtos deste conjunto de países. Tal como nos últimos anos, as classes de produtos *Agrícolas* e *Alimentares* oriundos de Moçambique denotaram, em 2009, valores com alguma relevância, representando no seu conjunto 20% do total.

Continuando a tendência iniciada em 2000, o saldo agregado das balanças correntes bilaterais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste denotou uma nova melhoria em 2009, elevando-se a EUR 3.09 mil milhões. Este excedente resulta sobretudo dos valores positivos das balanças comercial e de serviços, as quais registaram crescimentos de 9.5% e 3.8%, respectivamente, em relação a 2008.

A balança de rendimentos assumiu um valor deficitário no final do ano transacto, devido aos fluxos líquidos de rendimentos em relação a Angola e a diminuição das entradas de Moçambique.

**Gráfico III.1.7.**

Fonte: Banco de Portugal

As transferências correntes com os PALOP e Timor-Leste denotaram em 2009, pela primeira vez, um saldo favorável para Portugal, sustentado pelas remessas de emigrantes portugueses em Angola. O volume de remessas líquidas atingiu EUR 67.1 milhões, uma subida de cerca de 130% em relação ao ano anterior.

**Quadro A.III.1.1.**
**PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS (ÓPTICA DE PORTUGAL)**

Em milhões de EUR, preços correntes

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1990	62.5	291.9	1.7	36.7	2.3	29.4	11.0	30.6	0.2	7.7			77.6	396.2
	72.1	394.4	2.2	37.2	3.3	24.4	12.3	27.7	0.2	7.9			90.1	491.5
	78.1	551.6	1.9	38.6	3.2	17.7	23.7	22.8	0.3	8.3			107.2	639.0
	4.8	277.8	1.4	47.2	3.3	18.2	15.7	29.9	0.2	10.4			25.4	383.5
1995	4.7	242.3	2.6	69.4	4.1	25.5	20.7	35.8	0.1	10.5			32.3	383.5
	9.8	259.5	5.5	89.5	4.9	22.7	22.6	36.8	0.2	12.9			43.0	421.3
	9.7	304.8	7.8	96.6	3.7	21.5	24.0	40.3	0.2	12.9			45.4	476.2
	39.3	393.6	9.1	109.3	2.4	24.6	27.4	43.4	0.5	13.2			78.7	584.2
2000	21.9	368.3	9.0	118.0	2.0	15.6	28.5	61.5	1.1	16.9			62.5	580.4
	10.1	276.7	9.7	138.3	0.4	17.0	39.3	66.7	4.2	18.7			63.7	517.4
	57.7	371.0	9.8	169.6	1.5	27.7	45.2	69.1	8.9	19.3			123.0	656.8
	127.0	503.6	9.5	134.6	2.7	22.8	39.7	63.1	2.6	21.3			181.5	745.4
2005	69.9	569.6	9.3	148.2	3.3	20.7	36.8	53.9	0.5	29.6	1.1	0.9	120.9	822.8
	2.4	651.7	8.8	136.7	1.9	17.0	38.4	54.0	0.3	25.3	0.5	5.0	52.3	889.7
	1.8	671.1	10.8	139.7	0.8	17.8	26.1	54.9	0.3	24.0	0.8	1.4	40.6	908.9
	25.1	801.9	7.3	148.3	1.0	23.6	31.6	64.1	0.2	22.2	1.1	1.1	66.3	1061.2
2009	52.7	1210.2	7.1	189.7	1.2	27.1	28.7	73.7	0.7	28.3	1.3	2.4	91.7	1531.4
	369.4	1684.3	7.3	228.0	0.5	34.5	25.6	89.4	0.3	33.1	0.2	1.2	403.3	2070.5
	408.0	2261.3	9.0	257.5	0.6	40.4	33.7	92.4	0.3	36.5	0.5	2.1	452.1	2690.2
	151.1	2246.0	7.2	223.0	1.4	33.5	42.8	121.0	0.5	35.6	0.9	9.3	203.9	2668.4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

**Quadro A.III.1.2.**
**PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: PESO DO COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE NO COMÉRCIO PORTUGUÊS**

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1990	0.35	2.51	0.01	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.07			0.43	3.40
	0.38	3.36	0.01	0.32	0.02	0.21	0.06	0.24	0.00	0.07			0.47	4.19
	0.38	4.47	0.01	0.31	0.02	0.14	0.12	0.18	0.00	0.07			0.53	5.18
	0.02	2.25	0.01	0.38	0.02	0.15	0.08	0.24	0.00	0.08			0.13	3.11
1995	0.02	1.63	0.01	0.47	0.02	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07			0.14	2.58
	0.04	1.70	0.02	0.59	0.02	0.15	0.09	0.24	0.00	0.08			0.17	2.76
	0.04	1.58	0.03	0.50	0.01	0.11	0.09	0.21	0.00	0.07			0.17	2.46
	0.13	1.84	0.03	0.51	0.01	0.12	0.09	0.20	0.00	0.06			0.26	2.73
2000	0.06	1.61	0.03	0.52	0.01	0.07	0.08	0.27	0.01	0.07			0.18	2.54
	0.03	1.17	0.03	0.58	0.00	0.07	0.10	0.28	0.02	0.08			0.17	2.18
	0.13	1.36	0.02	0.62	0.00	0.10	0.10	0.25	0.03	0.07			0.28	2.41
	0.29	1.81	0.02	0.48	0.01	0.08	0.09	0.23	0.01	0.08			0.41	2.68
2005	0.16	2.00	0.02	0.52	0.01	0.07	0.09	0.19	0.00	0.10	0.00	0.00	0.28	2.89
	0.01	2.23	0.02	0.47	0.00	0.06	0.09	0.18	0.00	0.09	0.00	0.02	0.12	3.04
	0.00	2.17	0.02	0.45	0.00	0.06	0.06	0.18	0.00	0.08	0.00	0.00	0.09	2.94
	0.05	2.57	0.01	0.48	0.00	0.08	0.06	0.21	0.00	0.07	0.00	0.00	0.13	3.41
2009	0.10	3.38	0.01	0.53	0.00	0.08	0.05	0.21	0.00	0.08	0.00	0.01	0.17	4.27
	0.64	4.37	0.01	0.59	0.00	0.09	0.04	0.23	0.00	0.09	0.00	0.00	0.70	5.37
	0.66	5.77	0.01	0.66	0.00	0.10	0.05	0.24	0.00	0.09	0.00	0.01	0.73	6.86

Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal. Cálculos do Banco de Portugal.

**Quadro A.III.1.3.**
**PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: COMÉRCIO BILATERAL POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓPTICA DE PORTUGAL)**

Em milhões de EUR, preços correntes

GRUPOS DE PRODUTOS	2007												2008												2009											
	Angola			C. Verde			G. Bissau Moçamb.			S. Tomé			Timor-L.			Total			Angola			C. Verde			G. Bissau Moçamb.			S. Tomé			Timor-L.			Total		
Agrícolas	77,49	18,18	1,98	3,94	4,96	0,00	106,56	109,06	21,62	2,67	4,10	5,18	0,03	142,65	100,76	21,40	1,77	4,01	3,81	0,22	131,98															
Alimentares	253,25	29,33	7,01	9,49	5,40	0,23	304,71	311,51	31,56	6,18	11,01	5,38	0,36	366,00	304,79	29,26	8,52	13,80	6,22	0,63	362,21															
Combustíveis Minerais	18,50	1,93	0,84	2,39	0,51	0,00	20,41	34,54	8,51	1,42	3,54	0,43	0,00	34,31	13,48	3,59	3,74	2,06	0,55	0,00	23,42															
Químicos	99,01	18,34	1,07	7,72	2,17	0,00	128,31	123,11	18,76	0,80	8,67	3,00	0,00	154,34	124,38	18,88	1,08	9,75	2,68	0,02	156,78															
Plásticos, Borracha	59,61	10,93	0,76	3,96	1,39	0,00	76,66	85,64	13,28	0,96	4,47	1,50	0,00	106,85	85,05	13,10	0,80	6,44	1,77	0,00	107,26															
Peleis, Couros	3,90	1,39	0,02	0,27	0,04	0,00	5,63	5,63	1,17	0,03	0,25	0,08	0,00	7,16	6,17	1,52	0,03	0,35	0,05	0,00	8,12															
Madeira, Cortiça	15,99	5,62	0,26	0,59	0,39	0,00	22,85	19,21	4,85	0,30	0,51	0,58	0,00	25,45	23,78	4,66	0,19	0,42	0,12	0,05	29,22															
Pastas Celulósicas, Papel	54,69	6,15	0,33	12,89	0,60	0,27	74,93	75,04	7,27	0,37	10,95	0,84	0,54	95,01	64,10	6,90	0,56	12,78	0,86	1,29	86,49															
Matérias Têxteis	20,94	4,85	0,34	1,05	0,44	0,00	27,62	24,50	4,07	0,31	1,33	0,80	0,01	31,02	30,20	3,96	0,26	1,43	0,41	0,02	36,28															
Vestuário	25,34	1,92	0,21	1,31	0,69	0,00	29,47	39,46	2,80	0,50	1,71	0,31	0,00	44,78	32,99	2,44	0,43	1,55	0,19	0,01	37,62															
Caçado	12,87	1,36	0,19	1,08	0,13	0,00	15,64	14,55	1,05	0,17	0,87	0,13	0,00	16,76	13,07	0,69	0,15	1,04	0,15	0,00	15,10															
Minerais e suas obras	62,96	22,45	4,94	2,63	2,44	0,00	95,41	87,94	30,95	6,59	2,54	2,61	0,00	130,64	85,28	24,11	5,29	3,79	2,10	0,18	120,76															
Metais Comuns	159,53	22,33	3,69	7,27	3,56	0,06	196,44	275,24	30,37	3,08	10,03	2,96	0,08	321,75	297,01	22,13	2,40	8,61	3,17	0,13	333,65															
Máquinas, Aparelhos	506,33	55,48	7,15	26,66	7,86	0,54	604,01	661,84	53,80	5,49	24,81	7,73	0,84	754,62	671,45	40,46	3,87	35,29	9,42	6,46	766,94															
Veículos e Outro Mat. de Transp.	158,55	13,68	3,69	1,87	1,36	0,07	179,24	220,72	13,92	2,88	2,35	1,81	0,00	241,67	203,00	13,71	2,48	9,53	2,54	0,08	231,34															
Aparelhos de Óptica e Precisão	34,80	2,71	0,17	1,53	0,16	0,01	39,38	37,34	2,79	0,17	1,99	0,39	0,04	42,73	39,48	3,16	0,17	4,04	0,19	0,12	47,16															
Outros Produtos	119,56	11,29	1,89	4,76	0,96	0,02	138,47	150,06	15,76	1,37	5,36	2,82	0,08	175,46	151,02	13,02	1,60	5,94	1,38	0,07	173,04															
<b>Total</b>	<b>1 684,33</b>	<b>227,95</b>	<b>34,53</b>	<b>89,41</b>	<b>33,08</b>	<b>1,20</b>	<b>2 070,49</b>	<b>2 261,26</b>	<b>257,54</b>	<b>40,40</b>	<b>92,36</b>	<b>36,55</b>	<b>2,08</b>	<b>2 690,19</b>	<b>2 246,02</b>	<b>222,87</b>	<b>33,46</b>	<b>121,03</b>	<b>35,61</b>	<b>9,28</b>	<b>2 669,37</b>															

GRUPOS DE PRODUTOS	2007												2008												2009											
	Angola			C. Verde			G. Bissau Moçamb.			S. Tomé			Timor-L.			Total			Angola			C. Verde			G. Bissau Moçamb.			S. Tomé			Timor-L.			Total		
Agrícolas	0,12	0,77	0,26	15,17	0,20	0,11	16,62	0,38	1,08	0,16	9,20	0,24	0,41	11,46	0,52	0,35	0,13	10,56	0,26	0,89	12,72															
Alimentares	367,29	0,42	0,00	7,23	0,03	0,00	7,67	0,04	0,47	0,00	23,17	0,04	0,00	23,72	0,00	1,16	0,06	30,83	0,04	0,00	32,09															
Combustíveis Minerais	0,00	0,01	0,00	0,04	0,01	0,00	0,02	0,08	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02															
Químicos	0,02	0,01	0,00	0,04	0,01	0,00	0,07	0,01	0,01	0,01	0,07	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05															
Plásticos, Borracha	0,04	0,00	0,01	0,08	0,01	0,00	0,14	0,01	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,11															
Peleis, Couros	0,26	0,01	0,16	0,23	0,00	0,00	0,66	0,48	0,00	0,29	0,15	0,01	0,00	0,92	0,26	0,00	0,02	0,00	0,05	0,00	0,34															
Madeira, Cortiça	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04															
Pastas Celulósicas, Papel	0,02	0,00	0,00	1,06	0,00	0,00	1,08	0,01	0,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,76	0,00	0,01	0,00	0,85	0,00	0,00	0,87															
Matérias Têxteis	0,00	2,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2,49	0,02	1,94	0,00	0,03	0,00	0,00	2,00	0,00	2,16	0,01	0,02	0,00	0,00	2,19															
Vestuário	0,06	2,46	0,00	0,04	0,00	0,00	2,46	0,00	3,12	0,00	0,01	0,00	0,00	3,13	0,00	2,89	0,00	0,00	0,01	0,00	2,90															
Caçado	0,30	0,18	0,04	0,05	0,01	0,00	0,10	0,14	0,00	0,04	0,04	0,00	0,00	0,18	0,11	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,14															
Minerais e suas obras	1,04	0,60	0,01	0,09	0,01	0,11	1,86	0,88	1,34	0,01	0,16	0,01	0,11	2,50	0,70	0,28	0,05	0,09	0,00	0,00	0,92															
Máquinas, Aparelhos	0,06	0,28	0,02	0,06	0,01	0,00	0,43	0,11	0,14	0,02	0,04	0,01	0,00	0,32	0,34	0,31	0,03	0,00	0,06	0,00	0,74															
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0,12	0,03	0,00	0,01	0,00	0,00	0,17	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,16	0,04	0,00	0,02	0,03	0,00	0,25															
Aparelhos de Óptica e Precisão	0,02	0,01	0,00	1,58	0,00	0,00	1,61	0,31	0,01	0,01	0,05	0,00	0,00	0,39	0,04	0,02	0,04	0,06	0,01	0,00	0,17															
Outros Produtos	369,38	7,27	0,51	25,64	0,25	0,22	403,27	408,00	8,96	0,59	33,69	0,31	0,52	452,06	151,09	7,24	1,38	42,80	0,48	0,91	203,90															

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

## Quadro A.III.1.4.

**BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE**  
 (ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR

	Balança Corrente									Balança de Capital	
	Mercadorias			Serviços	Rendimentos	Transferências Correntes			Saldo		
	Exportações	Importações	Saldo			Total	dg: Remessas de				
					Emigrantes	Imigrantes					
Angola	2004	677.9	5.9	672.0	187.5	99.8	7.1	20.6	11.1	966.4	-2.1
	2005	796.5	28.6	767.9	184.7	180.3	10.1	23.4	13.7	1142.9	-4.7
	2006	1211.6	58.8	1152.8	280.0	175.8	28.2	32.9	11.5	1636.7	10.4
	2007	1682.5	362.5	1320.0	364.9	123.9	21.2	48.1	12.3	1829.9	-87.5
	2008	2270.6	402.5	1868.1	557.2	130.1	43.2	70.9	13.1	2598.6	20.6
	2009	2244.9	151.7	2093.3	566.4	-78.2	112.1	103.5	12.3	2693.6	-4.5
Cabo Verde	2004	141.1	12.4	128.7	16.2	-22.0	-22.1	3.0	12.7	100.8	-1.5
	2005	147.6	7.8	139.8	20.3	7.7	-32.1	2.0	17.3	135.7	-3.7
	2006	188.6	7.5	181.2	20.9	-5.3	-30.0	2.9	20.0	166.7	-4.6
	2007	226.2	7.8	218.3	16.6	-9.3	-36.5	2.6	22.3	189.2	-5.4
	2008	259.1	9.2	249.8	24.8	-8.3	-35.8	2.1	23.7	230.5	-7.7
	2009	222.8	7.5	215.4	28.5	-5.6	-35.9	2.5	20.9	202.4	-1.3
Guiné-Bissau	2004	18.0	0.8	17.2	-0.8	0.9	-5.7	0.0	5.7	11.5	-1.9
	2005	23.9	1.0	22.9	2.8	1.0	-2.5	0.0	2.6	24.2	-2.1
	2006	27.0	1.1	25.9	2.7	1.6	-5.5	0.0	4.6	24.7	-1.1
	2007	34.2	0.5	33.7	3.8	1.1	-6.5	0.6	6.1	32.1	-1.3
	2008	40.3	0.6	39.7	3.0	9.4	-9.4	0.1	6.5	42.7	-1.2
	2009	33.4	1.4	32.1	3.7	-1.1	-4.5	0.3	5.1	30.2	-1.5
Moçambique	2004	55.5	28.9	26.6	11.7	135.0	-1.0	1.9	2.7	172.4	-4.0
	2005	64.2	30.8	33.3	9.1	149.3	-1.8	1.8	4.1	190.0	-5.6
	2006	73.7	35.9	37.8	14.7	166.8	-2.9	1.9	4.4	216.4	-3.6
	2007	89.5	34.8	54.7	21.1	161.0	5.6	2.4	5.9	242.3	-2.5
	2008	92.7	42.2	50.5	21.2	77.5	-2.3	2.3	3.2	146.9	-101.3
	2009	121.0	46.6	74.4	19.8	19.8	-3.2	2.4	3.2	110.7	-14.2
S. Tomé e Príncipe	2004	24.3	0.6	23.6	3.3	1.2	-0.1	0.1	0.4	28.1	-1.1
	2005	22.2	0.7	21.5	3.5	1.2	-0.2	0.1	0.8	26.0	-0.2
	2006	28.3	1.2	27.0	6.5	1.0	0.1	0.4	0.8	34.6	0.0
	2007	33.1	0.8	32.3	9.3	3.1	-0.7	0.4	1.0	44.0	0.0
	2008	36.6	2.0	34.6	5.4	1.1	-0.8	0.1	0.6	40.3	-0.2
	2009	35.6	2.0	33.5	6.0	1.2	0.4	0.2	0.4	41.1	-1.4
Timor-Leste	2004	1.4	0.8	0.6	-2.8	-0.5	-1.6	0.0	0.1	-4.2	-2.5
	2005	1.2	1.2	0.0	-1.7	-0.4	-9.0	0.0	0.1	-11.2	-3.8
	2006	2.5	1.2	1.2	-5.2	-25.3	-2.8	0.0	0.1	-32.0	-4.6
	2007	1.2	0.2	1.0	-4.6	3.3	0.1	0.0	0.1	-0.1	-0.3
	2008	2.1	0.5	1.6	-9.5	6.5	-1.3	0.2	0.1	-2.7	-0.5
	2009	9.4	0.9	8.5	0.7	0.3	-0.9	0.3	0.1	8.6	-1.0
Total dos PALOP e Timor-Leste	2004	918.2	49.4	868.8	215.2	214.4	-23.5	25.7	32.8	1275.0	-13.1
	2005	1055.5	70.1	985.5	218.6	339.0	-35.4	27.3	38.7	1507.6	-20.1
	2006	1531.7	105.8	1425.9	319.6	314.5	-12.9	38.2	41.5	2047.2	-3.5
	2007	2066.6	406.7	1659.9	411.1	283.1	-16.8	54.0	47.6	2337.4	-97.1
	2008	2701.4	457.0	2244.4	602.2	216.2	-6.4	75.7	47.1	3056.4	-90.2
	2009	2667.2	210.1	2457.1	625.1	-63.6	67.9	109.1	42.0	3086.5	-23.9

Fonte: Banco de Portugal.

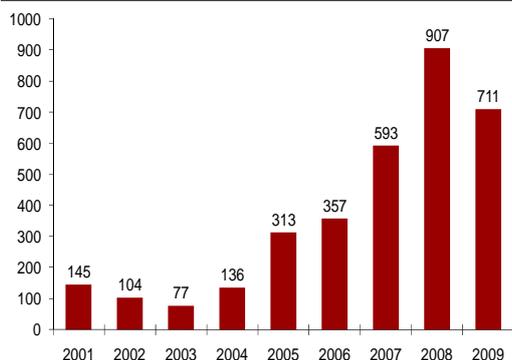
Nota: As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubricas mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INF dos quadros precedentes.

### III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste

Em 2009, o investimento directo bruto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste inverteu a tendência de crescimento que evidenciava desde 2004, registando EUR 710.5 milhões, uma quebra de cerca de 20% em relação a 2008. Os montantes destinados àquele conjunto de países representaram 8.9% do total do investimento directo bruto de Portugal no exterior em 2009.

Gráfico III.2.1.

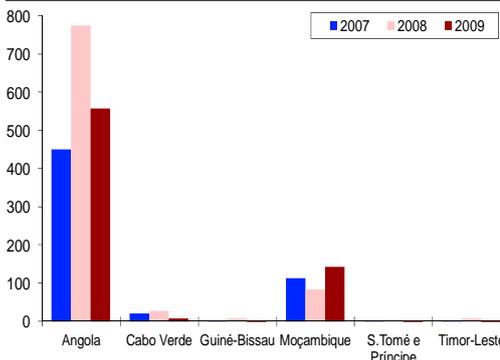
**INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE**  
Total anual, em milhões de EUR



Fontes: Banco de Portugal

Gráfico III.2.2.

**INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE**  
Por país, em milhões de EUR



Em termos geográficos, o investimento realizado por Portugal neste conjunto de países concentrou-se principalmente em Angola (78.5% do total) e Moçambique (20.2%), tendo ainda alguma expressão em Cabo Verde (1.2%).

Por sectores de destino, e tal como em 2008, no ano transacto o investimento português nos PALOP e em Timor-Leste foi sobretudo destinado à *Construção* (46%), às *Actividades financeiras* (28%) e ao *Comércio* (18%). Também à semelhança do ano anterior, o desinvestimento português naqueles países no ano em análise registou-se maioritariamente na *Construção* e *Actividades financeiras*, ambas sobretudo relativas a Angola.

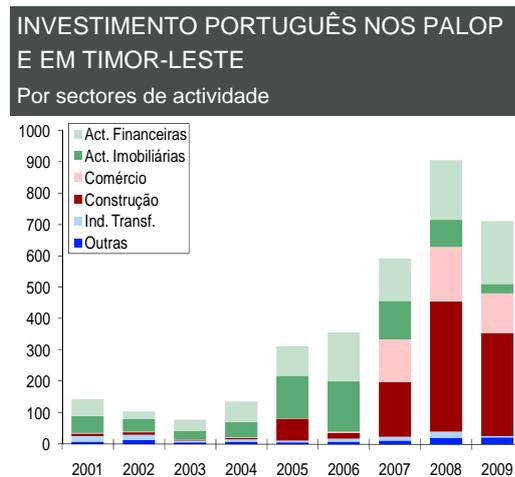
O investimento directo bruto português dirigido a **Angola** atingiu, em 2009, EUR 557 milhões (inferior em EUR 218 milhões ao de 2008), destinado sobretudo aos sectores da *Construção*, *Actividades financeiras* e *Comércio*, representando no seu conjunto 95% do total do investimento directo estrangeiro naquele país.

**Moçambique** foi o único país onde se registou um crescimento do investimento directo bruto português em 2009, atingindo EUR 143 milhões, uma subida de EUR 60 milhões face a 2008, decorrente do acréscimo inscrito na classe *Actividades financeiras*.

O investimento português em **Cabo Verde** cifrou-se EUR 8.5 milhões em 2009, bastante abaixo dos EUR 28.1 milhões do ano anterior, decréscimo principalmente relacionado com a diminuição verificada nos valores relativos a *Actividades financeiras*.

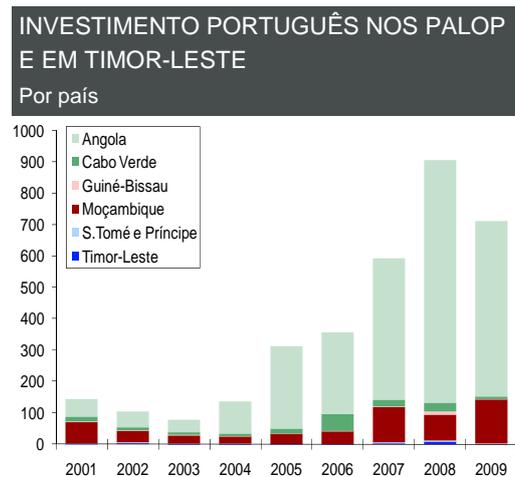
Os restantes países evidenciaram montantes menos significativos em 2009: EUR 0.6 milhões em **S. Tomé e Príncipe** (maioritariamente *Actividades imobiliárias*, *alugueres* e *serviços prestados às empresas*), EUR 0.4 milhões para **Timor-Leste** (registados sobretudo em *Outros*) e EUR 0.1 milhões no caso da **Guiné-Bissau** (principalmente em *Construção*).

Gráfico III.2.3.



Fontes: Banco de Portugal

Gráfico III.2.4.



O investimento directo dos PALOP e Timor-Leste em Portugal mais que duplicou em 2009, chegando a um total de EUR 117.5 milhões, representando contudo apenas cerca de 0.4% do total de investimento directo do exterior em Portugal. Na sua quase totalidade, este investimento teve origem em Angola (97% do total) e foi principalmente destinado a *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, Comércio e Actividades financeiras*.

Quadro III.2.1.

**BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE**

Situação em Junho de 2010

País / Banco	Forma de Representação	País / Banco	Forma de Representação
<b>Angola <sup>(a)</sup></b>		<b>Moçambique</b>	
Banco BPI	Banco de Fomento (Angola)	Banco BPI <sup>(c)</sup>	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Millenium Angola	Banco Com. Português	Banco Internac. de Moçambique
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola, SARL	Banco EFISA	Escritório em Maputo
Banco Santander Totta <sup>(c)</sup>	Banco Caixa Geral Totta de Angola	Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Caixa Geral Depósitos <sup>(c)</sup>	Banco Caixa Geral Totta de Angola		
<b>Cabo Verde <sup>(b)</sup></b>		<b>S. Tomé e Príncipe</b>	
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico Banco Comercial do Atlântico	Caixa Geral Depósitos <sup>(c)</sup>	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
<i>estabelecidos em off-shore</i>			
Caixa Central CAM	Sucursal CA Finance - Gestão de Activos	<b>Timor-Leste</b>	
Montepio Geral	Banco Montepio Geral Cabo Verde	Caixa Geral Depósitos	Sucursal
Banco Port. Negócios	BPN Cabo Verde		
Banco Espírito Santo	Sucursal		

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Adicionalmente, a Finibanco Holding SGPS possui uma participação maioritária no Finibanco Angola; (b) Adicionalmente, a BANIF SGPS possui uma participação maioritária no Banco Cabo-Verdiano de Negócios; (c) Participações minoritárias.

## Quadro A.III.2.1.

		2007		2008		2009	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Actividades Financeiras	120.7	9.9	166.7	378.5	96.6	418.2
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	27.0	685.2	28.4	51.1	21.2	156.8
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0.2		0.3	0.9		
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	133.6	15.8	167.0	17.3	123.6	10.6
	Construção	154.8	490.2	395.1	950.8	309.4	497.5
	Indústrias Transformadoras	7.7	3.0	7.0	13.7	3.1	10.4
	Transportes, Armazenagem e Comunicações	0.1		0.1	0.5		0.2
	Outros	7.0	14.9	10.6	21.3	3.3	31.0
	<b>Total</b>	<b>451.1</b>	<b>1218.9</b>	<b>775.1</b>	<b>1434.1</b>	<b>557.4</b>	<b>1124.6</b>
Cabo Verde	Actividades Financeiras	10.2	0.3	17.1	1.3	1.2	0.1
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	5.5	109.7	2.5	2.9	1.5	9.7
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	2.2	0.2	1.8	0.2	0.7	
	Construção	0.4	3.5	6.1	23.0	4.5	20.1
	Indústrias Transformadoras	0.4	0.0	0.1		0.2	
	Transportes, Armazenagem e Comunicações	1.4					1.5
	Outros	1.3	0.2	0.5	0.7	0.5	0.5
	<b>Total</b>	<b>21.3</b>	<b>113.9</b>	<b>28.1</b>	<b>28.1</b>	<b>8.5</b>	<b>31.8</b>
Guiné-Bissau	Actividades Financeiras	0.6	0.9	0.0	0.3	0.0	
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas		4.2	0.0	0.2		
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	0.0					
	Construção		2.8	0.4	0.8	0.1	1.9
	Indústrias Transformadoras	0.5		8.5		0.0	
	Transportes, Armazenagem e Comunicações		3.1				
	Outros	0.1	1.1	0.0	0.1	0.0	0.1
	<b>Total</b>	<b>1.1</b>	<b>12.0</b>	<b>8.9</b>	<b>1.4</b>	<b>0.1</b>	<b>1.9</b>
Moçambique	Actividades Financeiras	3.6	1.9	5.0	4.0	100.8	0.9
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	87.9	12.7	54.4	6.8	8.0	8.6
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)		0.3				
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	0.3	0.1	6.2		0.9	
	Construção	18.4	16.2	12.5	18.6	15.1	14.6
	Indústrias Transformadoras	2.1	0.3	4.8	1.4	1.0	
	Transportes, Armazenagem e Comunicações		0.0			0.2	0.1
	Outros	0.9	1.0	0.6	7.8	17.6	117.3
	<b>Total</b>	<b>113.2</b>	<b>32.6</b>	<b>83.4</b>	<b>38.8</b>	<b>143.4</b>	<b>141.5</b>
S. Tomé e Príncipe	Actividades Financeiras	0.0					
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.4		0.0		0.4	
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0.7				0.2	
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.			0.0	0.0	0.0	
	Construção	0.8	1.4	0.5	1.7	0.0	0.4
	Indústrias Transformadoras						0.0
	Transportes, Armazenagem e Comunicações	0.3	10.0				
	Outros	0.3	0.2	2.2	1.8	0.0	0.4
	<b>Total</b>	<b>2.5</b>	<b>11.5</b>	<b>2.7</b>	<b>3.5</b>	<b>0.6</b>	<b>0.9</b>
Timor-Leste	Actividades Financeiras	0.9		3.2			0.1
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	2.0		0.2	2.0	0.1	
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.						
	Construção						
	Indústrias Transformadoras						
	Transportes, Armazenagem e Comunicações			4.5		0.1	6.0
	Outros	0.4	0.2	0.7	0.2	0.2	0.2
	<b>Total</b>	<b>3.2</b>	<b>0.2</b>	<b>8.5</b>	<b>2.2</b>	<b>0.4</b>	<b>6.3</b>
<b>Total PALOP e Timor-Leste</b>		<b>592.5</b>	<b>1389.1</b>	<b>906.8</b>	<b>1508.1</b>	<b>710.5</b>	<b>1307.0</b>

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

## Quadro A.III.2.2.

**INVESTIMENTO DIRECTO DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL**  
 Por sectores de actividade, em milhões de EUR

	2007		2008		2009		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Actividades Financeiras	1.8		4.5		15.2	
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	9.2	10.0	25.6	2.7	75.0	15.8
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0.2		0.1			0.2
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	0.9	0.7	2.4	1.4	17.5	
	Construção	1.9		4.9		4.0	
	Indústrias Transformadoras	0.2	0.1	0.2		0.1	
	Transportes, Armazenagem e Comunicações						0.0
	Outros	0.9	0.0	12.1		2.3	0.0
<b>Total</b>	<b>15.2</b>	<b>10.8</b>	<b>49.8</b>	<b>4.1</b>	<b>113.9</b>	<b>16.0</b>	
Cabo Verde	Actividades Financeiras			0.1		0.1	
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.1	0.2	0.5		0.5	0.1
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.					0.0	0.1
	Construção					0.0	0.1
	Indústrias Transformadoras	0.1					
	Transportes, Armazenagem e Comunicações			0.2			
	Outros	0.0	1.0	0.1	1.9	1.3	0.0
<b>Total</b>	<b>0.2</b>	<b>1.2</b>	<b>0.9</b>	<b>1.9</b>	<b>1.9</b>	<b>0.2</b>	
Guiné-Bissau	Actividades Financeiras						
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas						
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.						
	Construção						
	Indústrias Transformadoras						
	Transportes, Armazenagem e Comunicações						
	Outros	0.0		0.0		0.0	0.0
<b>Total</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	
Moçambique	Actividades Financeiras					0.1	
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.2	0.0	0.0	0.8	0.1	0.2
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						1.4
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.						
	Construção		0.1		1.9		
	Indústrias Transformadoras						0.0
	Transportes, Armazenagem e Comunicações						
	Outros	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
<b>Total</b>	<b>0.2</b>	<b>0.1</b>	<b>0.0</b>	<b>2.8</b>	<b>1.6</b>	<b>0.3</b>	
S. Tomé e Príncipe	Actividades Financeiras						
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas						
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)						
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.						
	Construção						
	Indústrias Transformadoras						
	Transportes, Armazenagem e Comunicações						
	Outros					0.1	0.0
<b>Total</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.1</b>	<b>0.2</b>	
Timor-Leste	Actividades Financeiras						
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas						
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)				0.0	0.0	
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.						
	Construção						
	Indústrias Transformadoras						
	Transportes, Armazenagem e Comunicações						
	Outros						0.0
<b>Total</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	
<b>Total PALOP e Timor-Leste</b>	<b>15.6</b>	<b>12.1</b>	<b>50.8</b>	<b>8.8</b>	<b>117.5</b>	<b>16.8</b>	

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

### III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal

A dívida oficial dos PALOP a Portugal – englobando a dívida directa ao Estado português e a por este garantida – totalizava USD 2132 milhões em 31 de Dezembro de 2009, mais 165 milhões de USD que no final do ano anterior, o que corresponde a um aumento de 8.4%.

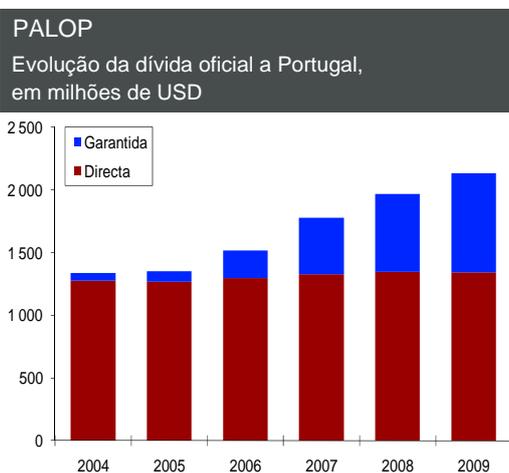
Quadro III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL		
Em 31-12-2009		
	Em milhões	
	de USD	Em %
Angola	1356	63.6
Moçambique	436	20.5
Cabo Verde	169	7.9
Guiné-Bissau	134	6.3
S. Tomé e Príncipe	37	1.7
<b>TOTAL</b>	<b>2132</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Min. Finanças e Admin. Pública - GPEARl

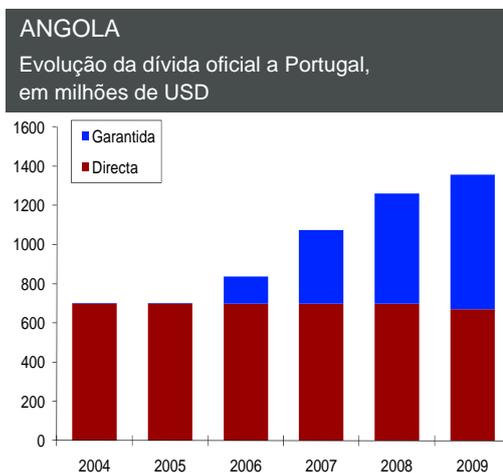
A dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado mantém-se desde 2005 como o principal determinante do crescimento da dívida oficial deste conjunto de países (mais USD 167 milhões em 2009). No ano findo, a dívida directa ao Estado evidenciou mesmo uma ligeira descida face a 2008 (menos USD 2 milhões), contrariando a tendência verificada nos anos anteriores.

Gráfico III.3.1.



Fontes: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

Gráfico III.3.2.

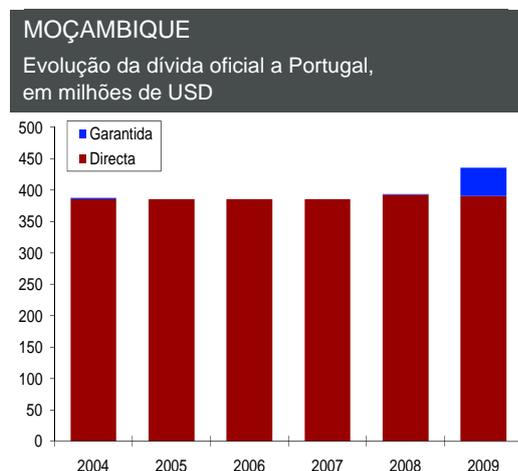


A dívida oficial de **Angola** a Portugal cresceu USD 96 milhões em 2009, impulsionada, tal como nos anos anteriores, pelo aumento dos empréstimos de médio e longo prazos garantidos pelo Estado. Findo o período de carência em 2008, Angola começou a amortizar a sua dívida directa vincenda, tal como estipulado no acordo de reescalonamento assinado em 2004.

**Moçambique** iniciou em 2009 a utilização das linhas de crédito concessionais acordadas com Portugal em 2008 e 2009, o que conduziu ao crescimento da dívida garantida a médio e longo prazo

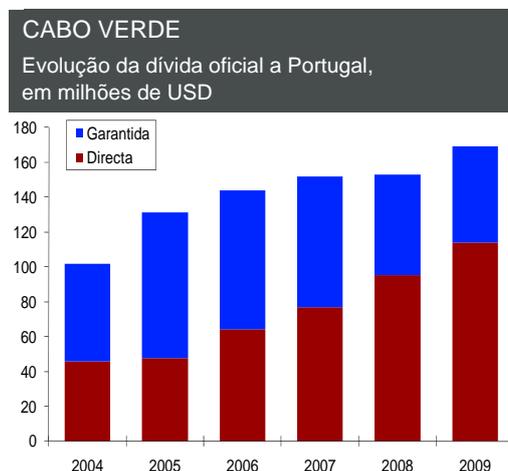
em USD 45 milhões no final de 2009, induzindo um aumento na dívida total de USD 43 milhões. A parcela relativa à dívida directa apresentou portanto uma redução no ano transacto, na sequência do acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em Julho de 2008, no âmbito da Iniciativa HIPC.

**Gráfico III.3.3.**



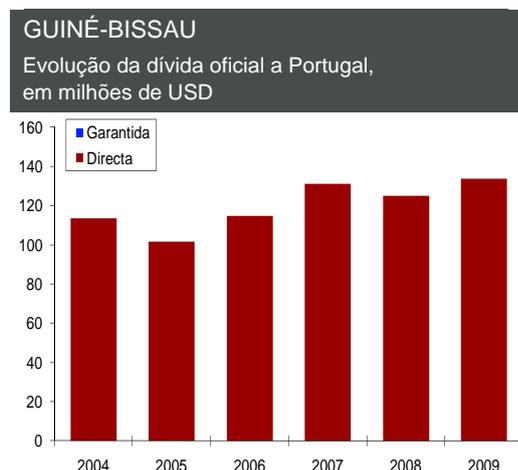
Fontes: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARI

**Gráfico III.3.4.**



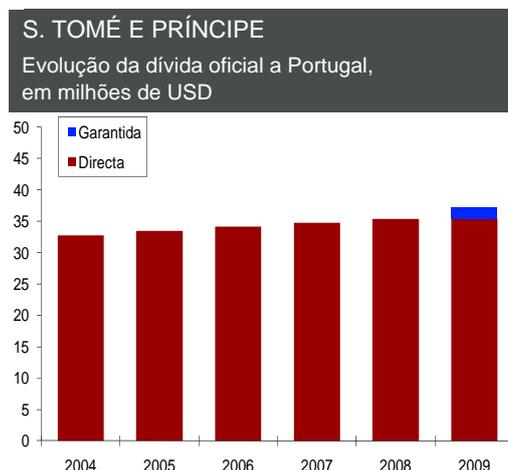
A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal manteve em 2009 a tendência de aumento que vem evidenciando desde 1998, alcançando os USD 169 milhões (mais USD 16 milhões que em 2008). Tal como acontece desde 2006, o crescimento decorreu da subida da dívida directa ao Estado, relacionada com novos desembolsos de empréstimos contraídos para infra-estruturas rodoviárias.

**Gráfico III.3.5.**



Fontes: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARI

**Gráfico III.3.6.**



A evolução da dívida oficial da **Guiné-Bissau** a Portugal em 2009 reflecte, por um lado, a depreciação do USD face ao EUR, uma vez que os créditos estão denominados na moeda europeia, e por outro, a acumulação de juros em atraso. Ambos os factores resultaram num aumento de USD 9 milhões.

Após o cumprimento do programa assinado em Janeiro de 2008 ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito do FMI (EPCA, da terminologia inglesa), foi em Maio de 2010 aprovado um acordo para 3 anos no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF), através do qual a Guiné-Bissau irá aceder a USD 33.3 milhões. Espera-se que a prossecução favorável do programa apoiado pela ECF resulte na obtenção, ainda em 2010, do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC e, simultaneamente, do acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral.

Na sequência da obtenção do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, em Março de 2007, foi assinado, em Julho de 2008, um acordo relativo à reestruturação e cancelamento progressivo da dívida de **São Tomé e Príncipe** a Portugal. A dívida directa vincenda mantém-se desde então em USD 35 milhões. O aumento da dívida total de S. Tomé e Príncipe (em USD 2 milhões) repercutiu, deste modo, o crescimento da dívida garantida a médio e longo prazos, onde se incluiu a primeira utilização de parte da linha de crédito concessional assinada com Portugal em Fevereiro de 2009.

**Quadro A.III.3.1.**

**DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL**

Em milhões de USD

		Dívida Directa ao Estado			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado			Dívida Oficial		
		(1)			(2)			(1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2004	698		698	4	1	5	701	1	702
	2005	698		698	1		1	699		699
	2006	698		698	140		140	838		838
	2007	698		698	375		375	1 073		1 073
	2008	698		698	562		562	1 260		1 260
	2009	670		670	686		686	1 356		1 356
Cabo Verde	2004	46		46	56		56	102		102
	2005	48		48	83	1	84	131	1	131
	2006	64		64	78	2	80	142	2	144
	2007	77		77	75		75	152		152
	2008	95		95	58		58	153		153
	2009	114		114	55		55	169		169
Guiné-Bissau	2004	81	33	114				81	33	114
	2005	70	31	102				70	31	102
	2006	77	38	115				77	38	115
	2007	85	46	131				85	46	131
	2008	77	48	125				77	48	125
	2009	81	53	134				81	53	134
Moçambique	2004	386		386	2		2	388		388
	2005	386		386				386		386
	2006	386		386				386		386
	2007	386		386				386		386
	2008	393		393	0		0	393		393
	2009	391		391	45		45	436		436
S. Tomé e Príncipe	2004	29	4	33				29	4	33
	2005	27	7	34				27	7	34
	2006	25	9	34				25	9	34
	2007	23	12	35				23	12	35
	2008	35		35				35		35
	2009	35		35	2		2	37		37
Total dos PALOP	2004	1 239	37	1 276	61	1	62	1 300	38	1 338
	2005	1 229	38	1 267	84	1	85	1 313	39	1 352
	2006	1 250	47	1 297	219	2	220	1 468	49	1 517
	2007	1 269	58	1 327	450		450	1 718	58	1 776
	2008	1 299	48	1 346	620		620	1 919	48	1 967
	2009	1 291	53	1 344	788		788	2 079	53	2 132

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - GPEARL.